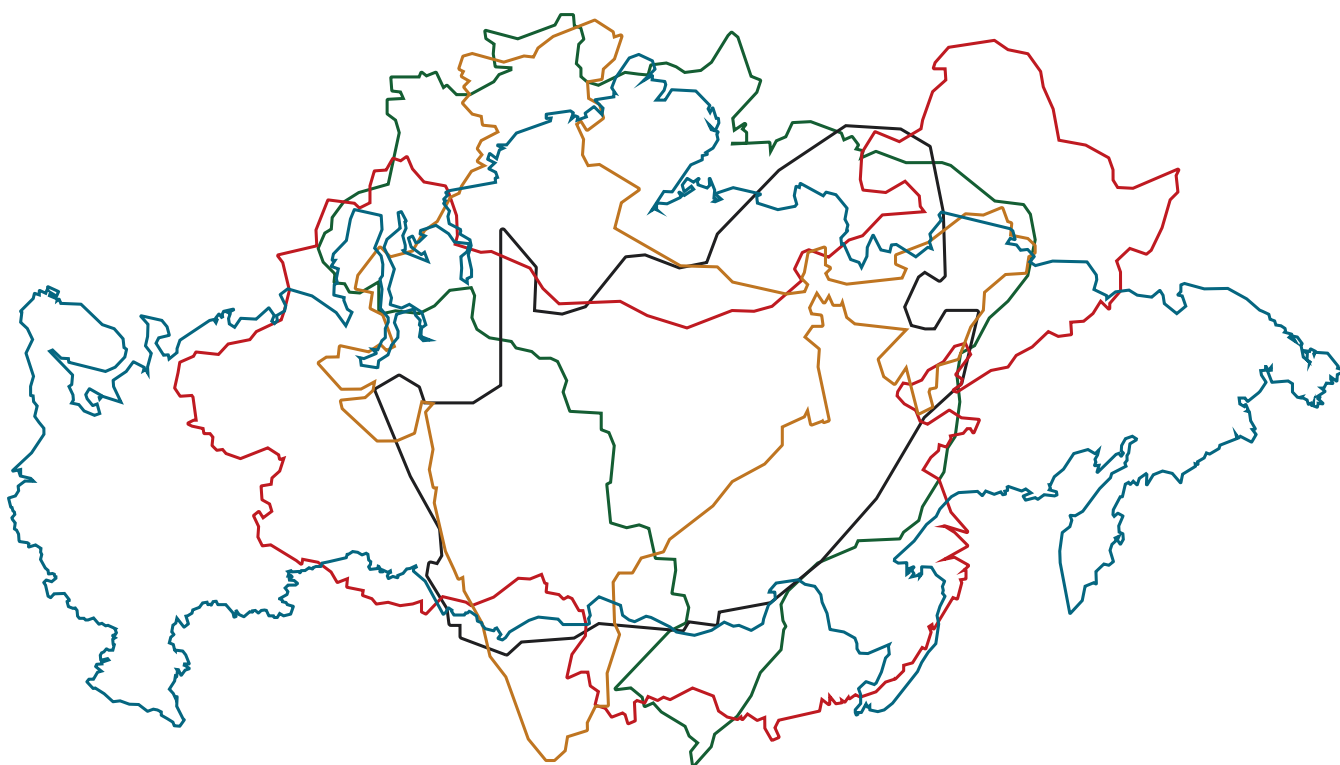




OS BRICS E SEUS DESAFIOS NO COMBATE À DESIGUALDADE







COORDENADOR
Sérgio Veloso

ASSISTENTE
André Jobim

COORDENAÇÃO FINANCEIRA
Aurélie Delater

DESIGNER GRÁFICO
Tiago Macedo
tgmacedo.art@gmail.com

TRADUÇÃO E REVISÃO
Barbara Alves
Renata Gomide

ORGANIZAÇÃO



OXFAM

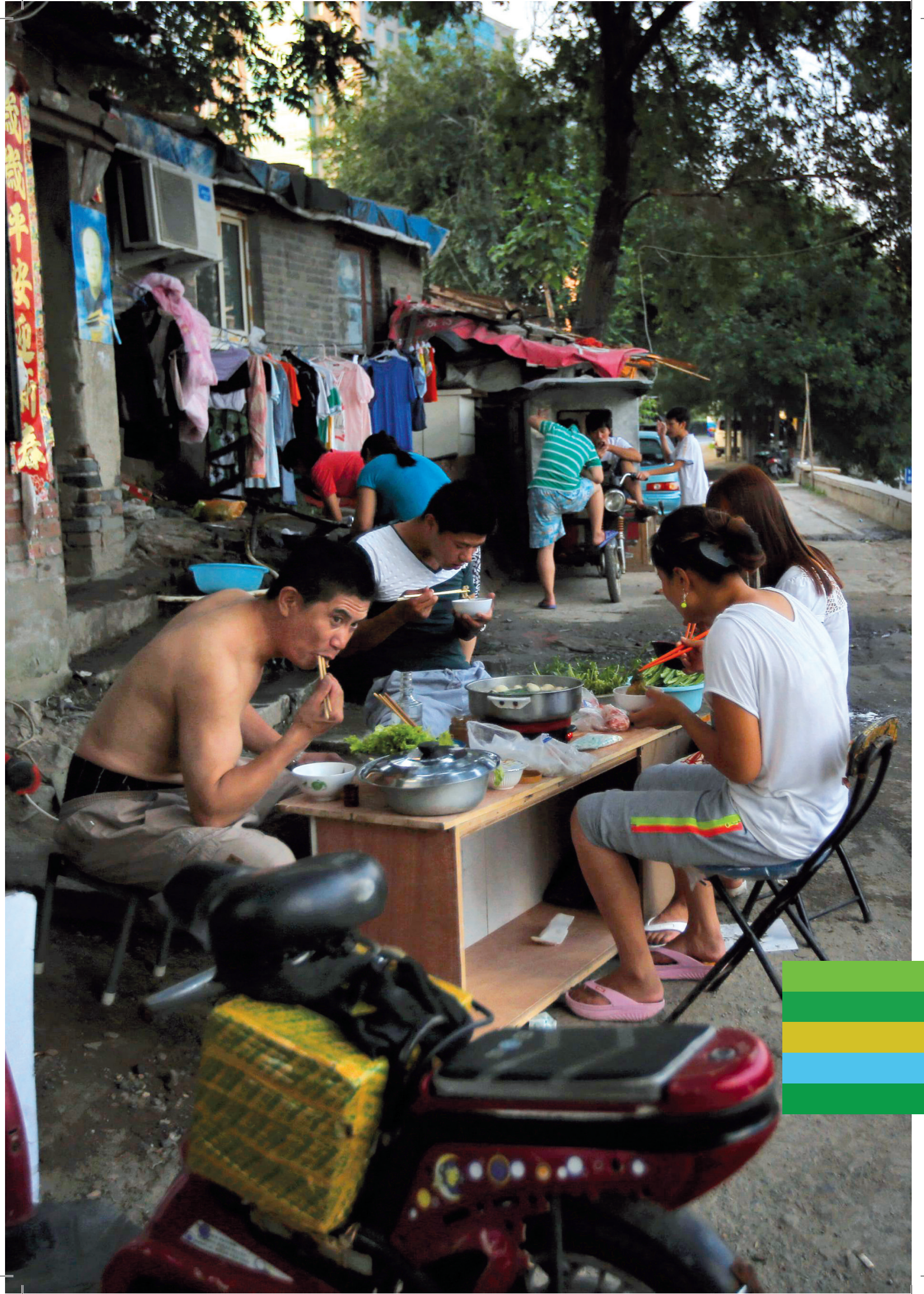
SCS Quadra 08, bloco B-50,
sala 401, edifício Venâncio 2000
70333-900 Brasília - DF
Brasil
www.oxfam.org



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Rua Dona Mariana, 63
Botafogo 22280-020
Rio de Janeiro - RJ
Brasil
www.bricspolicycenter.org

O conteúdo desta publicação não reflete
necessariamente a visão do BRICS Policy Center ou da Oxfam.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O PRIMEIRO CICLO DE CÚPULAS: UM BALANÇO CRÍTICO	7
3 DESIGUALDADE URBANA	20
4 GASTOS PÚBLICOS COM INOVAÇÃO	33
5 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	47

INTRODUÇÃO

Passados treze anos desde que foi idealizado por Jim O'Neill, o BRICS passou por diversas fases até se consolidar como um grupo de países capaz de estabelecer uma agenda internacional conjunta. Mais do que um novo norte para investidores globais, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul protagonizam a construção de um grupamento que espalha, por todo o globo, esperanças pela redução da pobreza e da desigualdade social, assim como pela construção de uma nova ordem mundial, marcada por novas centralidades e protagonismos.

A existência de um grupamento tão marcado por divergências e diferenças como o BRICS demonstra para todo o mundo que mobilidade é uma possibilidade real no cenário internacional. O que o BRICS não deixa claro, no entanto, é se essa mobilidade ocasionará em transformações sistêmicas profundas na direção de um mundo menos desigual e mais democrático. Assim, de modo a compreender como o BRICS pode, de fato, protagonizar a construção de um mundo menos desigual e mais democrático, faz-se necessário entender o mundo que os BRICS estão criando para si mesmo.

Produzido em parceria pelo BRICS Policy Center e pela Oxfam, esse documento traz quatro análises sobre questões fundamentais para a compreensão do mundo do BRICS e das possibilidades de transformações trazidas à tona pela atuação conjunta desses cinco países. Pretendemos, dessa forma, fortalecer o debate entre organizações da sociedade civil dos países BRICS em temas-chaves para o combate à desigualdade e desenvolvimento sustentável e, assim, encontrar caminhos para que o BRICS seja, de fato, um vetor para um mundo menos desigual e mais democrático.

Sérgio Veloso, BRICS Policy Center

O PRIMEIRO CICLO DE CÚPULA DOS BRICS: UM BALANÇO CRÍTICO

AUTORES: JUREK SZEIFERT, SÉRGIO VELOSO*

INTRODUÇÃO

Um processo fascinante e dinâmico, iniciado com o fim da Guerra-Fria, colocou Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – os chamados BRICS – no centro da cena global. Nascido como um acrônimo, os BRICS deram vida a novos arranjos políticos e econômicos, abrindo espaço para novas relações de poder e para a emergência de novos atores na arena internacional.

Ao longo das últimas décadas do século vinte, transformações sociais e políticas proporcionadas por reformas neoliberais foram automaticamente replicadas em países endividados. Nesse período, os BRICS eram atores periféricos com pouco ou nenhum poder de barganha. No contexto atual, todavia, os BRICS emergem como pilares para a sustentação das dinâmicas de produção e circulação de capital pelo globo.

No rescaldo do relativo declínio dos Estados Unidos e da crise europeia, os BRICS situam-se como mediadores, principalmente no que diz respeito a consolidação do G20, assim como para novos acordos comerciais e para a construção de novos modelos de cooperação. Este contexto de novas perspectivas e possibilidades se deve ao papel extraordinariamente ativo que os BRICS vêm desempenhando em suas regiões e continentes. Crescentemente eles se consolidaram como novos protagonistas na cena global, criando novas pontes para cooperação e integração Sul-Sul e Leste-Oeste.

Desde 2009, os BRICS se encontram anualmente em uma série de eventos que reúnem Chefes de Estado, assim como ministros, homens de negócios, acadêmicos, diplomatas e atores da sociedade civil. No decorrer desses anos, o grupo foi capaz de desenvolver uma agenda comum guiada por objetivos desenvolvimentistas. O anúncio que o grupo lançaria um banco de desenvolvimento indica a abertura de uma nova fase na relação desses cinco países, fase esta que coincide com o fim do primeiro ciclo de cúpulas e marca um momento decisivo na consolidação dos BRICS como um grupo.

Esse working paper busca analisar alguns aspectos chaves da agenda estabelecida no decorrer do primeiro ciclo de cúpulas. Para tal o texto será organizado em três partes, que buscam dar uma visão geral do primeiro ciclo de cúpulas, assim como cobrir alguns aspectos específicos forma:

- 1) Breve resumo das primeiras cinco cúpulas;
- 2) A posição dos BRICS como atores centrais para a consolidação do G20;
- 3) Os BRICS e cooperação Sul-Sul.

Para concluir, o texto apresenta algumas considerações sobre o processo de coopetição e sobre o novo estágio de sinergia entre os BRICS.

* Jurek Szeifert (pesquisador BRICS Policy Center), Sérgio Veloso (Pesquisador BRICS Policy Center).

UM BREVE RESUMO DO PRIMEIRO CICLO DE CÚPULA DOS BRICS

O primeiro encontro oficial entre Chefes de Estado do, então, BRIC, ainda sem África do Sul, foi organizado pelo então presidente russo Medvedev, na cidade de Ecaterimburgo, em 16 de junho de 2009. No contexto da crise econômica global de 2008, os quatro países focaram suas discussões em possíveis mudanças no sistema financeiro internacional e no papel que os BRICs deveriam desempenhar na recuperação da crise. Na declaração conjunta publicada após a cúpula, os BRICS expressavam claramente sua posição na governança financeira global ao declarar que “As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior peso e representação nas instituições financeiras internacionais, cujos diretores e executivos devem ser indicados por intermédio de processo aberto, transparente e com base no mérito”¹.

É possível afirmar que, ao dar um passo na direção da consolidação do grupo por meio de cúpulas anuais, os BRICs buscaram fortalecer sua presença e influência na governança global. No entanto, não se pode afirmar que os BRICs se posicionam pela transformação completa do sistema institucional internacional, por mais que possa existir essa impressão. O objetivo parece ser uma mudança no equilíbrio de poderes para um cenário mais favorável a novos atores. Essa postura é demonstrada pela adesão explícita dos BRICs em suas declarações conjuntas às regras da democracia e da transparência, a condenação do terrorismo, e a reafirmação do multilateralismo. Ademais, a declaração sublinha os princípios da Declaração do Rio e deixa claro o apoio aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU. No que diz respeito ao G20, os BRICS expressaram suas intenções de coordenar e alinhar seu posicionamento no grupo.

TABELA 1 – AS CÚPULAS DOS BRICS (2009 – 2013)

Cúpula	Data	Locação	Publicações
1ª	16 de junho de 2009	Ecaterimburgo , Rússia	Declaração Conjunta BRICS Joint; Statement on Global Food Safety
2a	15 de abril de 2010	Brasília, Brasil	Declaração Conjunta
3a	14 de abril de 2011	Sanya, China	Declaração Conjunta
4a	29 de maio de 2012	Nova Delhi, Índia	Declaração de Delhi; Plano de Ação
5a	27 de março de 2013	Durban, África do Sul	Declaração de eThekweni; BRICS Leaders Statement on the Establishment of the BRICS-Led Development Bank

Fonte: <http://www.brics5.co.za/about-brics> (último acesso 26/03/2014).¹

No décimo quinto dia de abril de 2010, o Brasil sediou a segunda Cúpula dos BRICS em Brasília. Mais uma vez, eles sublinharam o “apoio a uma ordem mundial multipolar, equitativa e democrática, baseada no Direito Internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, na ação coordenada e na tomada de decisão coletiva de todos os Estados”². No que diz respeito à crise financeira, os BRICS reafirmaram sua posição no G20, enfatizando sua importância como fórum fundamental para a resolução da crise. Além disso, a Cúpula focou em questões econômicas, como comércio internacional, agricultura e energia, assim como o papel dos BRICS no FMI e em outras instituições multilaterais. O compromisso dos BRICS com os ODM da ONU foi mais uma vez ressaltado, da mesma forma que foi afirmado o compromisso do grupo em favorecer países em desenvolvimento por meio de cooperação para o desenvolvimento.

A terceira Cúpula dos BRICS foi organizada na cidade chinesa de Sanya, no dia 14 de abril de 2011. Foi a primeira edição da Cúpula com a África do Sul como membro do grupo. Os cinco países, além de renovar seu compromisso com o multilateralismo internacional, focaram mais uma vez na reforma do sistema financeiro internacional. O grupo também reforçou seu compromisso em intensificar cooperação entre seus membros.

¹ <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/17/cupula-dos-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-brics> (último acesso em 26/03/2014)

² <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de-governo-pelos-chanceleres/comunicado-ii-cupula-bric> (último acesso 26/03/2014)

A quarta Cúpula foi organizada no dia 29 de maio, na cidade de Nova Delhi, em 2012, sob o tema *“BRICS Partnership for Global Stability, Security and Prosperity”*. A Declaração de Nova Delhi faz referência à crise na zona do euro, à conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que fora organizada no mês de maio do mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro, à Cúpula do G20 e à 8ª Conferência Ministerial da OMC, em Genebra. A Declaração também sublinha a importância dos BRICS para a resolução da crise financeira, assim como a boa performance da economia dos cinco países, ainda que em um cenário de crise. Os BRICS também congratularam o fato do G20 “ter sido confirmado como o principal fórum de coordenação econômica e de cooperação internacional de todos os seus Estados-membros”³. Além disso, os Chefes de Estado discutiram a ideia de criar um fundo de desenvolvimento Sul-Sul (Singh, 2012), apontado como primeiro passo para a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS.

A última Cúpula do primeiro ciclo foi organizada pela África do Sul, membro mais recente do grupo, na cidade de Durban, em março de 2013. O tema do encontro foi *“BRICS and Africa: parceria para desenvolvimento, integração e industrialização”*. A Declaração de TheKwini dá atenção especial a cooperação com outros países emergentes e em desenvolvimento, particularmente na África. Ela também expressa a intenção de organizar um encontro entre os Chefes de Estado dos BRICS com Chefes de Estados de outros países africanos.

No que diz respeito ao Banco de Desenvolvimento dos BRICS – apresentado como um passo fundamental para a institucionalização do grupo – a Cúpula mais uma vez endossou sua criação. No entanto, não houve acordo sobre o volume de capital que cada país deveria dispor. Assim, a fundação do banco foi adiada para a Cúpula que será sediada no Brasil em 2014. Os BRICS, todavia, concordaram em criar uma reserva de contingência de US\$100 bilhões, que funcionaria como uma salvaguarda financeira para os países do grupo. Enquanto alguns interpretaram a Cúpula de Durban como um fracasso na consolidação e fortalecimento da institucionalização dos BRICS (The Economist, 2013), outros concordam que Durban montou o palco para novos passos na direção de fortalecer institucionalmente o grupamento na Cúpula de 2014 (Hou, 2013).

Como pode ser visto no primeiro ciclo de Cúpula dos BRICS, os encontros anuais serviram como plataforma para que os cinco países conhecessem uns aos outros e construíssem uma base de atuação conjunta. Eles aprenderam a melhorar a coordenação, bem como consolidar e articular sua posição como potências emergentes no sistema internacional. Todavia, esse processo foi lento e não ultrapassou, até o presente momento, o nível das declarações de intenções. Nas partes seguintes, duas agendas das Cúpulas dos BRICS serão analisadas: o G20 e a relação dos BRICS com outros países em desenvolvimento na consolidação do Sul-Global através da intensificação da cooperação Sul-Sul.

OS BRICS E O G20

No decorrer do primeiro ciclo de Cúpulas, o G20 foi reiteradamente apontado como ponto de referência para a consolidação dos BRICS como um grupo, assim como para a definição de uma posição comum aos cinco. A ideia de fundar um grupo que reúna as principais economias e inclua não só os países já em estágio avançado de industrialização (que já coordenam suas políticas econômicas no G7 desde 1970) surgiu em 1999. O primeiro encontro do G20 aconteceu em Washington, em 2006, e, desde então, passou a servir como fórum de alto nível para a coordenação das políticas econômicas globais.

³ <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de-governo-pelos-chanceleres/comunicado-ii-cupula-bric> (último acesso 26/03/2014)

A criação do G20 pode ser interpretada como uma resposta a conclusão de que desafios globais não podem ser abordados somente pelo G7/G8 (Smith, 2011). A crise financeira internacional de 2008 – causado, para muitos, pelas contradições de um sistema financeiro dominado pelo Ocidente – e o fato dos membros do G7/G8 não estarem preparados para lidarem sozinho com a crise, sublinharam a necessidade de criar outro fórum, mais capaz de lidar com esse contexto. A tarefa de redesenhar o sistema financeiro e econômico global, pode ser visto, portanto, como o tema central que conecta o G20 desde 2008.

TABELA 2 - LISTAS DAS CÚPULAS DO G20 (2008-2013)

Cúpula	Ano	Data	Local
1ª	2008	14 e 15 de novembro	Washington, D.C., EUA
2ª	2009	2 de abril	Londres, Reino Unido
3ª	2009	24 e 25 de setembro	Pittsburgh, EUA
4ª	2010	26 e 27 de junho	Toronto, Canadá
5ª	2010	11 e 12 de novembro	Seoul, Coreia do Sul
6ª	2011	3 e 4 de novembro	Cannes, França
7ª	2012	18 e 19 de junho	Los Cabos, México
8ª	2013	5 e 6 de setembro	Saint Petersburg, Rússia

Fonte: http://www.g20.org/about_g20/past_summits (último acesso 01/12/2013)

Quanto a possíveis soluções para a crise financeira, as proposições feitas nas cúpulas do G20 podem ser interpretadas como oscilações entre intervenção mais forte do Estado no sistema econômico e financeiro mundial e medidas que favorecem a desregulamentação e liberalização dos mercados. Essa diferença foi vista já na Cúpula de Washington em 2008, na qual a contundente impressão da instabilidade econômica mundial amplificou vozes em defesa de maior regulação estatal. Entretanto, na Cúpula seguinte, em Pittsburgh, em 2009, os primeiros passos para recuperação econômica apontavam o retorno do credo liberal de mercados livres (Badin, 2012).

Os BRICS fizeram esforços constantes para encontrar posições comuns e coordenar seus interesses no G20. No entanto, política doméstica e diferenças de agendas e abordagens econômicas dificultaram esse processo, ainda que não o tenham tornado impossível.

Por exemplo, enquanto o Brasil e China se posicionaram em favor de política mais expansionista e aumento dos gastos estatais, Rússia, Índia e África do Sul não aderiram automaticamente a esta posição (Badin, 2012). Em geral, os BRICS adotaram uma posição que favorece regulação mais forte dos mercados financeiros internacionais e intervenção estatal. Comentaristas ressaltaram a relevância dos BRICS para a implementação de medidas efetivas de tomada de decisão durante as Cúpulas do G20 (Halligan, 2011). A consolidação de uma coordenação completa dos BRICS permanece, todavia, como uma “obra em curso”, que em diversos momentos inclui a coalização com outros países emergentes, como com a Coreia do Sul na Cúpula de 2010 (ODI, 2010).

Na busca por identificar interesses convergentes e aprimorar a coordenação, os BRICS organizam encontros preparatórios antes das Cúpulas do G20, assim como utilizam suas próprias Cúpulas desde 2011. Estratégia essa que parece estar funcionando. Antes da Cúpula do G20 na França, em 2011, os BRICS (ainda sem a África do Sul) consolidaram uma posição comum na questão da intervenção militar na Líbia, abstendo-se na votação da ONU que autorizava ataques militares (Wihardja, 2011).

Os BRICS têm sido o alvo principal do processo de expansão G7 / G8 que levou à fundação do G20. Ainda assim, o G20 demonstrou pouco reconhecimento oficial do grupamento BRICS. Como Cooper (2013) notou, as declarações do G20 não fazem menção explícita aos BRICS. Esse cenário pode ser explicado pelo fato dos próprios BRICS não terem avançado significativamente no seu processo de institucionalização

É importante frisar, assim, que ainda que os BRICS façam parte do G20 e podem ser considerados como as economias emergentes de maior importância, eles ainda têm de barganhar para firmar sua posição no G20 e consolidar-se como atores internacionais de peso. Durante a última Cúpula do G20, em São Petersburgo, em 2013, comentadores mais uma vez sublinharam a importância da coordenação entre os cinco países como condição chave para aumentar sua relevância, particularmente no contexto de diminuição de crescimento econômico que os cinco países estão imersos (Costas, 2013). A próxima Cúpula do G20 acontecerá em Brisbane, Austrália, nos dias 15 e 16 de novembro de 2014. Até então, coordenação entre os BRICS vêm se intensificando de forma lenta, porém contínua. O próximo ano será fundamental para que resultados tangíveis sejam atingidos no processo de coordenação dos BRICS.

OS BRICS E A COOPERAÇÃO SUL-SUL

Como já dito, os BRICS assumiram o papel de tornarem-se vetores para a que países em desenvolvimento tenham maior influência no sistema internacional. Um importante elemento desse projeto é que os BRICS sejam percebidos como partes, ou representantes do chamado Sul Global. Assim, nas últimas duas décadas, os BRICS aumentaram significativamente sua cooperação com países em desenvolvimento e assumiram a posição de doadores de cooperação para o desenvolvimento. Nesta seção, abordaremos os BRICS e sua agenda no contexto da cooperação internacional no desenvolvimento e analisaremos as mudanças que os BRICS causam nesse campo de políticas, assim como o papel dos países como provedores de cooperação no desenvolvimento.

Ainda que os BRICS tenham aumentado sua cooperação, eles tiveram o cuidado de manter distância do grupo de doadores “tradicionais”, os membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (CAD-OCDE). Esse posicionamento alimentou amplas discussões sobre mudanças no sistema internacional de cooperação (Manning, 2006; Dieter, 2003; Mawdsley, 2012). Até então, o CAD-OCDE permanece como a principal espaço para o estabelecimento dos padrões para cooperação para o desenvolvimento. Seus membros são responsáveis por aproximadamente 90% de toda Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA). Todavia, o aumento de ODA por membros não-CAD tem sido rápido e significativo.

Espera-se que sua importância atinja 20% até 2015 (Park, 2011; Quadir, 2013, p.331-332). Ainda assim, o grupo de membros não-CAD, incluindo os BRICS, Porém, o grupo de membros não-CAD, incluindo os BRICS, é difícil de se mapear por pelo menos duas razões: de um lado, não aderem aos princípios da OCDE-CAD em relação ao monitoramento e avaliação dos projetos de cooperação no desenvolvimento, o que é o motivo por que a cooperação é difícil de se dar conta e ainda mais difícil de se comparar aos volumes da AOD. Além disso, os membros não-CAD não distinguem precisamente as cooperações técnica, financeira e econômica.

Do outro lado, o total dos atores não-CAD na cooperação ao desenvolvimento é bastante heterogêneo e varia desde provedores de desenvolvimento como os países árabes (Denny/Wild 2011, Momani/ Enis 2012) a países que mostram grande proximidade com a OCDE-CAD como Chile e México àqueles que engajam no diálogo Norte-Sul, mas têm sido cuidadosos em manter – ao menos publicamente – sua distância do “clubes dos países do Norte” da OCDE-CAD – como, por exemplo, os países BRICS. Conforme supracitado, os BRICS são bastante diferentes entre si e isso também procede em relação ao seu engajamento na cooperação internacional ao desenvolvimento.

Com a exceção da Rússia, porém, os países BRICS têm uma característica em comum: apresentam suas atividades crescentes de cooperação no contexto da cooperação Sul-Sul⁴ e fazem questão de se distinguirem da cooperação Norte-Sul como modalidade separada. Por exemplo, Brasil, China, Índia e África do Sul não assinaram a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda do CAD e não se consideram “doadores” (Mawdsley, 2011), motivo pelo qual o termo “novos parceiros no desenvolvimento” foi estabelecido recentemente. Os “novos parceiros” – liderados pelos B(R)ICS – enfatizam o passado em comum como países em desenvolvimento com os países parceiros, a proximidade cultural e, como resultado, mais conhecimento relevante e maior compreensão dos desafios locais para o desenvolvimento como vantagens de sua cooperação. Similarmente, a cooperação Sul-Sul seria mais uma modalidade horizontal que almeja criar situações que beneficiem a todos com benefícios mútuos para os parceiros de cooperação ao interferir menos que a cooperação Norte-Norte (Costa Leite 2012).

Em relação à arquitetura da cooperação no desenvolvimento internacional, a discussão tem sido em torno da questão se os “novos parceiros no desenvolvimento” irão prover algum tipo de alternativa ao sistema existente ao configurar novas instituições ou se irão integrar às estruturas existentes. Sem dúvidas, a importância dos novos atores está reconhecida pela OCDE-CAD e seus membros e esses atores estabelecidos vêm pedindo auxílio dos praticantes da cooperação Sul-Sul. Isso se tornou óbvio durante os encontros anuais de alto nível do CAD nos anos recentes – especificamente desde a reunião em Busan, Coreia em 2011 que contou com a presença dos mais importantes atores novos.

Na declaração de Busan⁵, a cooperação Sul-Sul foi destacada como uma importante modalidade nova de cooperação e novamente propôs alguns princípios para a cooperação internacional⁶, os quais podem ser seguidos por “novos parceiros no desenvolvimento” de forma voluntária. Em Busan, as partes concordaram em fundar a “parceria global para Cooperação Efetiva de Cooperação” (GPEDC) em 2012, que é apoiada em conjunto com a OCDE e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP).⁷ Até agora, o GPEDC é o principal grêmio que fomenta diálogo⁸ entre os praticantes de cooperação no desenvolvimento do Norte e Sul desde os “novos parceiros no desenvolvimento” – devido a sua heterogeneidade e interesses variados – até agora não mostraram iniciativa para estabelecer uma entidade coordenativa para a cooperação Sul-Sul. No entanto, além das cooperações Norte-Sul e Sul-Sul, a cooperação Triangular como terceira modalidade de cooperação vem recebendo cada vez mais atenção como uma possibilidade de intensificar o diálogo entre doadores do Norte e parceiros do Sul, já que ambos os provedores de cooperação no desenvolvimento parecem se beneficiar de projetos de cooperação conjunta (Abdenur/ Fonseca 2013). Futuras mudanças no sistema de cooperação no desenvolvimento internacional estão por vir. No entanto, já se pode dizer que os países BRICS parecem determinados em desempenhar um grande papel nessa reestruturação.

⁴ Como dito anteriormente (Costa Leite 2012), a cooperação Sul-Sul não é um fenômeno novo, mas nasce dos anos 1950 quando os países em desenvolvimento de todas as regiões do mundo se encontraram para coordenar suas posições vis-à-vis com o “Norte Global” (por exemplo, a Conferência de Bandung em 1955, na Indonésia) e tentaram estabelecer formas de cooperação entre eles através das décadas seguintes (como no Plano de Ação Buenos Aires [SU TCDC 1978]). É por isso que muitos falam hoje em dia do ressurgimento da cooperação Sul-Sul (Mawdsley 2012). No entanto, devido às mudanças de poder que ocorreram desde a ascensão dos BRICS na arena internacional e as consequências que isso traz à cooperação Sul-Sul e o sistema internacional de cooperação ao desenvolvimento, esse ressurgimento atual pode ser considerado como um novo fenômeno e poderá levar a mudanças para o paradigma de dominante de desenvolvimento estabelecido pelos países do Norte depois da Segunda Guerra Mundial. Reações ao ressurgimento do Sul Global variam. Enquanto alguns são as boas-vindas aos novos atores e as mudanças que trazem como uma oportunidade para questionar e melhorar as normas e práticas estabelecidas na cooperação no desenvolvimento global, alguns têm alertado sobre possíveis consequências negativas que podem vir com uma abordagem diferenciada dos “novos parceiros no desenvolvimento” ao introduzir o termo “rogue aid” (‘ajuda trapaceira’) (Naim 2007; Mawdsley 2010: 363). Nos mesmos moldes, as ideias dos novos atores em relação à condicionalidade da ajuda e as implicações políticas ao lidar com regimes não democráticos em países em desenvolvimento seria preocupante.

⁵ Parceria global para Cooperação Efetiva de Cooperação de Busan. www.oecd.org/dac/effectiveness/49650173.pdf.

⁶ Esses princípios incluem (a) Propriedade dos países em desenvolvimento das prioridades de desenvolvimento; (b) Foco em resultados; (c) Parcerias no desenvolvimento inclusivas e (d) Transparência e responsabilidade uns aos outros. Veja o parágrafo 11 da Declaração de Busan.

⁷ Outra instituição importante para os provedores de Norte e Sul é o “Fórum de Cooperação no Desenvolvimento” (FCD) do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) e fundada em 2007.

⁸ Para a estrutura institucional do GPEDC, veja Fues (2012).

Conforme citado anteriormente, o grupo BRICS consiste em cinco países com amplas variações em relação ao desempenho econômico, nível de renda, sistemas políticos e influência regional (entre outros fatores). Em relação à cooperação no desenvolvimento, é importante ressaltar que pouco tempo atrás, todos os BRICS eram recipiendários da cooperação Norte (Rowlands 2012: 633-634). Ainda, os cinco países entendem que ser um provedor ativo de cooperação no desenvolvimento ajuda a consolidar suas agendas de política externa, sua posição como poderes emergentes e seu papel como “Sul Global”, ou, conforme Rowlands (2012: 633-634) aponta: “[...] o grupo BRICS inclui os poderes regionais e globais com suas agendas geopolíticas distintas que faz com que seja mais difícil simplesmente aceitarem e aderirem às normas do CAD.”

Porém, isso não quer dizer que os BRICS têm uma relação negativa com o sistema de cooperação existente. Todos os cinco países expressaram explicitamente seu apoio à Parceria para uma Cooperação para o Desenvolvimento Efetiva de Busan, e consequentemente para a Parceria Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (PGCDE).⁹ Portanto, apesar de não terem a intenção de serem cooptados ou integrados pelo sistema do Norte, é claro que os BRICS engajam ativamente no diálogo Norte-Sul na cooperação no desenvolvimento. Esse engajamento – e, em questões práticas, a participação na cooperação Triangular – tem a vantagem de ser percebida como capaz de interagir com os doadores “tradicionais” no mesmo nível e, assim, aprimorando o perfil próprio de cooperação no desenvolvimento sem perder a identidade de país do “Sul”.

Os BRICS priorizam a cooperação entre si e com outros países em desenvolvimento em todas as declarações do primeiro ciclo de cúpulas. As declarações fazem referência à cooperação e desenvolvimento dentro do contexto da ONU e reforçam o comprometimento dos BRICS aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU – além do objetivo constantemente mencionado de se estabelecer um sistema de comércio internacional mais favorável aos países não industrializados. No entanto, até agora não se andou nenhum passo na direção de coordenar a cooperação técnica dos países através do estabelecimento de normas em nível técnico ou na concordância em princípios gerais – muito menos a institucionalização de qualquer atividade de cooperação conjunta nos países em desenvolvimento. Mais uma vez, isso pode ser explicado pela heterogeneidade do grupo BRICS. Apesar de compartilhar posições similares no contexto político de cooperação internacional no desenvolvimento (com a Rússia sendo um caso particular), cada país até agora desenvolveu características individuais com relação ao foco geográfico, concentração de área e volumes e abordagens à cooperação Sul-Sul, como veremos abaixo.

BRASIL - Considerado um dos provedores mais proeminentes da cooperação Sul-Sul, o Brasil mantém forte retórica de solidariedade entre países em desenvolvimento e suas políticas de acompanhamento de instituições multilaterais (como a OMC). A cooperação Sul-Sul foi particularmente promovida como parte da política externa brasileira sob o último presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), uma política que continua – mesmo com menos esforço – por sua sucessora Dilma Rousseff. O Brasil criou sua agência oficial de cooperação ABC em 1997 como parte do Ministério das Relações Exteriores, o qual administra um orçamento comparativo de aproximadamente 30 milhões de dólares (2010) (Abreu, 2013), os quais são canalizados por instituições multilaterais. No entanto, outros ministérios federais e instituições estatais também estão engajados ativamente na cooperação Sul-Sul, por isso o total de gastos estimados do Brasil ficaram entre 0,4 e 1,2 bilhões de dólares em 2010 (Cabral e Shankland 2013; Inoue e Vaz 2012). O Brasil foca na América do Sul e na África (ambos recebendo mais ou menos metade da cooperação total), em especial nos países lusófonos. Suas áreas principais são a agricultura, saúde, assistência humanitária e criação de capacidades.

⁹ Veja: <http://www.oecd.org/dac/effectiveness/busanadherents.htm> and <http://effectivecooperation.org/about-list.html>.

Particularmente, nos primeiros dois, o Brasil tem mostrado qualidade de padrão internacional. Além do mais, o Brasil perdoou recentemente dívidas significativas de países africanos.¹⁰ O país se engaja ativamente na cooperação Trilateral – por exemplo com Japão, Alemanha e Itália – mas mantém-se firme na posição de não se juntar ao OCDE-CAD nem aderir aos seus princípios. Mais recentemente, o Brasil vem discutindo a criação de uma agência separada para sua cooperação com a África que combinaria cooperação técnica e econômica (Rossi 2013).

RÚSSIA - A Rússia, talvez o membro que mais difere dos outros BRICS, marca sua diferença também no que diz respeito ao papel como provedor de cooperação no desenvolvimento. Devido a seu passado como potência global depois da Segunda Guerra Mundial e sua relativa proximidade com os países industrializados ocidentais, a Rússia não apresenta cooperação no contexto de solidariedade do “Sul” e parece mais um doador recém-emergido. Além disso, a Rússia gasta pouco em comparação aos outros BRICS em cooperação técnica. Apesar do orçamento estar crescendo desde 2003, estima-se que chegou a meio bilhão de dólares em 2012 – a menor figura de todos os países do G8 e menor que as estimativas para China, Brasil e Índia. Uma mudança pode ser observada em relação à forma com que a Rússia canaliza esses fundos: enquanto é utilizado para apoiar instituições inicialmente multilaterais, em 2012 o país gastou 61% do seu orçamento de cooperação técnica em projetos bilaterais. Assim como os outros países BRICS, a Rússia se concentra primeiro na cooperação com seus países vizinhos na Europa Oriental e Ásia Central (com 28% em 2011), no entanto a África é igualmente importante (28%) e vem antes da América Latina (20%).

O portfólio inclui assistência humanitária e educação. Com relação a uma agência de cooperação, a Rússia publicou planos de criar uma Agência Russa para o Desenvolvimento Internacional (ARDI) em 2007 que deveria ter começado as operações em 2012 sob controle do Ministério das Finanças e o Ministério de Relações Exteriores. No entanto, os planos ficaram em pausa até agora devido à competição interministerial por competências. A Rússia é o único país BRICS que assinou a Declaração de Paris do OCDE-CAD e tem mostrado uma tendência de cooperação que mais se assemelha aos “doadores tradicionais” que os outros quatro países (Khamatshin, 2013).

ÍNDIA - A Índia é igualmente um caso proeminente de provedor de cooperação no desenvolvimento do Sul. Devido às enormes discrepâncias sociais e o passado colonial, o país segue um discurso de retórica Sul-Sul mais similar ao Brasil e goza de alguma credibilidade como representante de países em desenvolvimento (Debiel e Wulff 2013). Como todos os países BRICS, a preferência da Índia é por parceiros de desenvolvimento em sua própria região – os países vizinhos receberam 85% da cooperação indiana em 2010 – mas também tem fortes laços com a África (especialmente Quênia, Tanzânia e Maurício devido à diáspora indiana que se concentra nesses países). Assim como com os outros BRICS, é difícil se dar conta de todos os meios indianos relacionados à cooperação no desenvolvimento, mas as estimativas vão de 420 milhões a 1 bilhão de dólares em 2010 (Stuenkel 2010). Mesmo assim, essas figuras não incluem cooperação financeira significativa e alívio da dívida. A cooperação técnica da Índia se concentra na redução da pobreza, criação de capacidade e assistência humanitária. Similar à Rússia, a Índia publicou planos de estabelecer sua própria Agência Indiana de Cooperação no Desenvolvimento Internacional (AICDI), mas devido a discordâncias ainda não se concretizou, por isso o Ministério de Relações Exteriores (MRE) e seu programa pela Cooperação Técnica e Econômica da Índia (CTEI) são os coordenadores mais importantes da cooperação indiana. Até Busan, a Índia se manteve distante da ODCE-CAD e sua agenda e até agora parece continuar relutante em engajar na cooperação triangular. No entanto, o país participa ativamente no diálogo entre os provedores de desenvolvimento do Norte e Sul.

¹⁰ Com um total de US\$ 897,7 milhões em 12 países africanos (Cintra 2013).

CHINA - Devido a seu desempenho econômico, seu peso político nas relações internacionais e ao volume de suas atividades de cooperação (estimado em 1,4 bilhões de dólares em 2010 (Cabral e Shankland 2013) a China vem recebendo muita atenção como doadora emergente. Durante a última década, a China foi de recebedora a “doador líquido” de cooperação (Chin, 2012), mas tem mantido distância – assim como os outros BRICS – dos doadores “estabelecidos”. Além disso, a China mistura a cooperação técnica e econômica, fazendo com que a obtenção de dados confiáveis seja quase impossível, e tem, portanto, evocado críticas dos membros do CAD e outros observadores (Bräutigam 2011; Dreher e Fuchs 2011). No entanto, isso não quer dizer que a cooperação chinesa seja recebida negativamente pelos países parceiros (Kagame 2009) – já que se concentra em infraestrutura e energia. Como os outros BRICS, a China é um peso pesado em sua região e se utiliza da cooperação Sul-Sul para assegurar seu papel. Mesmo assim, a China tem forte atuação na África (Fonseca 2012) e na América Latina (Abdenur e Marcondes 2013). Apesar de seu papel como potência global, a China ainda apresenta cooperação Sul-Sul para marcar proximidade com os parceiros do Sul e sua diferença dos doadores do Norte.

ÁFRICA DO SUL - A África do Sul como parceiro no desenvolvimento tem um papel significativamente diferente dos outros países. Devido ao fato de que a maior parte de sua cooperação no desenvolvimento se direciona ao sul do continente africano, o país precisa encontrar o equilíbrio entre ser percebido como poder regional (de forma positiva e negativa), ser provedor de cooperação técnica e um poder internacional emergente que se põe a representar sua região. Além disso, a África do Sul é o menor dos BRICS e sua cooperação é relativamente pequena, somando entre 363 e 475 milhões de dólares em 2006 (Sidiropoulos, 2008). Portanto, o país é chamado “um poder médio na diplomacia no desenvolvimento” (Vickers, 2012).

Mesmo assim, a cooperação no desenvolvimento da África do Sul é dinâmica – com a fundação de sua própria Agência Sul-africana de Parceria no Desenvolvimento (ASAPD) como sucessora do Fundo de Renascimento da África (FRA) neste ano – e tem tomado uma posição de liderança em iniciativas regionais de desenvolvimento como a supracitada NEPAD. A África do Sul, como Brasil e Índia, enfaticamente inclui suas atividades de cooperação no contexto de solidariedade Sul-Sul e tenta se posicionar como representante de seus parceiros de cooperação.

Como pôde ser observado, os cinco países do BRICS, sem dúvidas conseguiram estabelecer-se como atores relevantes na cooperação para o desenvolvimento. No entanto, ainda podem ser considerados na fase de definição de sua função e posição da cooperação para o desenvolvimento dentre suas respectivas agendas de políticas externas. Mesmo assim, a emergência dos BRICS (e outros) no cenário leva a uma discussão fundamental sobre a estrutura do sistema – até agora dominado pelo Norte – internacional de desenvolvimento.

Quanto aos BRICS como grupo, pode-se dizer que devido a fatores domésticos em cada país e à fase inicial de suas agendas de desenvolvimento, os BRICS ainda não alcançaram o ponto de coordenar suas políticas de cooperação. Ademais, para Índia, Brasil e África do Sul, o grupo BRICS parece não ser necessariamente a primeira escolha para a coordenação da cooperação no desenvolvimento. Os três países fundaram um fundo de cooperação em 2004¹¹ com o apoio do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PDNU) no contexto do fórum trilateral IBSA (Alden e Vieira 2011) – fato que pode ser atribuído à abordagem diferente da Rússia e o peso esmagador da China na cooperação Sul-Sul.

Todavia, o fato da cooperação Sul-Sul ter encontrado seu lugar na agenda dos BRICS durante o primeiro ciclo de cúpulas indica que esse campo de políticas continuará a ganhar força em cada país e provavelmente em algum ponto para o grupo inteiro. Mais uma vez, a fundação do banco de desenvolvimento dos BRICS é o indicador mais importante desse processo.

¹¹ d. Rev. 10.12.2013.

Apesar de ser pensado como mecanismo para a cooperação financeira para fomentar o desenvolvimento dos países BRICS e a cooperação entre eles, poderá facilmente virar uma ferramenta para coordenar a cooperação com terceiros ou para financiar projetos de cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA COOPETIÇÃO E O FORTALECIMENTO DA SINERGIA

Em sua quinta reunião anual, em abril de 2013, durante a última cúpula do primeiro ciclo, os BRICS anunciaram que construiriam um banco próprio de desenvolvimento, que terá lançamento pleno na primeira cúpula do segundo ciclo em Fortaleza, Brasil, em 2014.

Depois de cinco anos, durante os quais os representantes de diferentes setores dos cinco países se juntaram para discutir uma ampla gama de questões, os BRICS obtiveram lições sobre suas próprias diferenças e limitações assim como compreenderam em quais áreas e como poderiam atuar juntos. Durante esse primeiro ciclo, foi lançada uma série de documentos, declarações e relatórios, a maioria constando que esses cinco países estão dispostos a cooperar para fortalecer sua própria posição na arena internacional e tornarem-se uma rede de apoio para os países menos desenvolvidos a aumentar seu poder de barganha e desenvolver.

O banco ainda não existe de fato e uma série de estudos e análises estão sendo conduzidos para compreendermos o cenário no qual será lançado e também para compreender a possível estrutura do banco e como os cinco países operarão coletiva e individualmente através dele. Esse será o primeiro passo para a institucionalização do grupo, um passo que permite, ao mesmo tempo, o fortalecimento dos BRICS como grupo e de cada um dos cinco países como atores em desenvolvimento em um cenário de *coopetição*.

Conforme citado no nono artigo da Declaração eTheKwini da cúpula de Durban, o Banco de Desenvolvimento BRICS tem a intenção de funcionar como mecanismo para facilitar países em desenvolvimento, como os BRICS, em especial no desenvolvimento da infraestrutura. Esse objetivo é explicitado no nono artigo da Declaração eTheKwini:

9. Os países em desenvolvimento enfrentam desafios para o desenvolvimento da infraestrutura devido à insuficiência de financiamentos de longo prazo e de investimento externo direto, especialmente do investimento em capital. Isso restringe a demanda agregada global. A cooperação do BRICS no sentido da utilização mais produtiva dos recursos financeiros globais pode contribuir positivamente para o tratamento desse problema. Em março de 2012, instruímos os nossos Ministros das Finanças a analisar a factibilidade e a viabilidade de se criar um Novo Banco de Desenvolvimento para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, para complementar os esforços já existentes de instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento global e o desenvolvimento. Em vista do relatório dos nossos Ministros das Finanças, estamos satisfeitos com a constatação de que o estabelecimento de o novo Banco de Desenvolvimento é factível e viável. Nós concordamos em estabelecer um Novo Banco de Desenvolvimento. A contribuição inicial ao Banco deverá ser substancial e suficiente para que ele seja efetivo no financiamento à infraestrutura.

O termo *coopetição* é um neologismo que descreve *cooperação competitiva*. É bastante claro que, ao lançar uma instituição como um banco coletivo, os BRICS aprenderam como cooperar apesar das inúmeras diferenças e divergências entre si. No entanto, ao mesmo tempo, a cooperação não vem sem competição. A África está prestes a se tornar um jogo de tabuleiro para a competição entre diferentes atores dos cinco países BRICS. Com um banco coletivo canalizando investimentos em projetos para o desenvolvimento de infraestrutura, as empresas e contratados dos cinco países competirão na arena internacional, mesmo essa competição ocorrendo entre si e suas empresas e corporações.

A consolidação da agenda dos BRICS durante esses primeiros cinco anos de cúpulas criou um cenário de sinergia entre diferentes e numerosos atores dos cinco BRICS. Os atores têm suas próprias agendas, como podemos ver através do fortalecimento da agência da sociedade civil em organizar uma contra cúpula chamada “BRICS From Below” (‘BRICS de baixo’) em Durban em 2013. Entretanto, por mais divergentes que essas agendas possam ser, o fato é que a aproximação de diferentes atores em torno da ideia de um grupo de países como os BRICS não seria remotamente possível sem o fortalecimento do grupo em si, o que não poderia acontecer sem as cúpulas e todos os eventos em torno delas.

Através do processo de institucionalização em torno do Banco, os BRICS aumentaram essa sinergia ao criar um mecanismo de financiamento permitindo que suas empresas encontrem uma posição melhor e mais competitiva no desenvolvimento do continente africano. Esse cenário também aumenta a sinergia entre outros atores também, em um contexto onde todas as agendas em torno, sendo oficiais, críticas ou contra, são fortalecidas. Depois de cinco anos de encontros anuais, os BRICS ainda são um grupo de países cheios de diferenças e divergências. Mesmo assim, o grupo conseguiu construir uma agenda de cooperação e estabelecer um cenário onde uma ampla gama de atores se junta pela primeira vez em torno de um grupo improvável de países. Diversas são as especulações se os BRICS ameaçam ou não o status quo na arena internacional. O que parece ser um fato é que os BRICS abrem espaço para novas orquestrações não só entre países, diferentes dos poderes tradicionais do Norte, como os Estados Unidos ou os antigos países europeus, mas também entre diversos e diferentes atores desses cinco países. Através da sinergia estabelecida pelos BRICS durante esse primeiro ciclo de cúpulas, o multilateralismo se torna, de fato, cada vez mais um pilar do sistema internacional.

REFERÊNCIAS

- Abdenur, Adriana; Fonseca, João Moura Estevão Marques Da (2013): The North’s Growing Role in South–South Cooperation: keeping the foothold 34 (8), pp. 1475–1491. Available online at <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2013.831579>.
- Abreu, Fernando de (2013): O Brasil e a Cooperação Sul-Sul. Apresentação no BRICS Policy Center. Agência Brasileira de Cooperação - (ABC). Rio de Janeiro, Brazil. Available online at <http://bricspolicycenter.org/homolog/arquivos/e.pdf>, checked on 8/4/2013.
- Alden, Chris; Vieira, Marco Antonio (2011): India, Brazil, and South Africa (IBSA): South-South Cooperation and the Paradox of Regional Leadership. In *Global Governance* 17 (4), pp. 507–528.
- Badin, Luciana (2012): Os BRICS no G20 – as perspectivas de uma unidade. BRICS Policy Center. Rio de Janeiro, Brazil (BRICS Policy Center - Policy Brief). Available online at <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5786/doc/1537552356.pdf>, checked on 12/1/2013.
- Bräutigam, Deborah (2011): Aid ‘With Chinese Characteristics’: Chinese Foreign Aid and Development Finance Meet the OECD-DAC Aid Regime. In *J. Int. Dev* 23 (5), pp. 752–764. DOI: 10.1002/jid.1798.
- Cabral, Lidia; Shankland, Alex (2013): Narratives of Brazil-Africa Cooperation for Agricultural Development: New Paradigms? Future Agricultures (Working Paper, 51), checked on 3/15/2013.
- Cintra, Tatiana (2013): Rumo à África. Construção e Negócios (Reportagem). Available online at <http://www.revistaconstrucaoenegocios.com.br/materias.php?FhIdMateria=277>, checked on 12/10/2013.
- Cooper, Andrew (2013): BRICS in the G-20 wall. In *Indian Express*, 9/10/2013. Available online at <http://www.indianexpress.com/news/brics-in-the-g20-wall/1166933/>.
- Costa Leite, Iara (2012): Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. In *Observador On-line* (03), checked on 12-Apr-12.
- Costas, Ruth (2013): Reunião no G20 é ‘teste’ para cooperação dos Brics. In *BBC Brasil*, 9/5/2013. Available online at http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130904_g20_brics_ru.shtml, checked on 12/10/2013.
- Debiel, Tobias; Wulff, Herbert (2013): Indiens BRICS-Politik: Unentschlossen im Club. Bundeszentrale für politische Bildung (bpb). Available online at <http://www.bpb.de/apuz/173800/indien-unentschlossen-im-club>, checked on 11/4/2013.

Denney, Lisa; Wild, Leni (2011): Arab Donors: Implications for Future Development Cooperation. European Development Co-operation to 2020 - EDC2020 (EDC2020, 13). Available online at http://www.edc2020.eu/fileadmin/publications/EDC_2020_-_Policy_Brief_No_13_-_Arab_Donors_Implications_for_Future_Development_Cooperation.pdf, updated on 16-Mar-11, checked on 05-Feb-12.

Dieter, Heribert (2003): Die Welthandelsorganisation nach Cancún. Hält die neue Macht des Südens an? Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP)-Deutsches Institut fuer Internationale Politik und Sicherheit Berlin. Berlin (SWP-Aktuell, A 34). Available online at http://www.swp-berlin.org/common/get_document.php?asset_id=374, checked on 2/26/2009.

Dreher, Axel; Fuchs, Andreas (2011): Rogue Aid? The Determinants of China's Aid Allocation. Edited by Georg-August-Universität Göttingen. Göttingen. Available online at http://www2.vwl.wiso.uni-goettingen.de/courant-papers/CRC-PEG_DP_93.pdf, checked on 10/19/2011.

Fonseca, João Moura Estevão Marques da (2012): A China na África e o campo da cooperação internacional para o desenvolvimento. In Adriana Abdenur, Paulo Esteves (Eds.): Os BRICS e a Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, Brazil: Editora PUC-Rio, pp. 167–194.

Fues, Thomas (2012): At a crossroads. In D+C - *Development and Cooperation* (7-8), pp. 301–303. Available online at <http://www.dandc.eu/articles/220599/index.en.shtml>.

Halligan, Liam (2011): The BRIC countries' Hainan summit could make the G20 redundant. In The Telegraph, 4/16/2011. Available online at <http://www.telegraph.co.uk/finance/comment/liamhalligan/8455956/The-BRIC-countries-Hainan-summit-could-make-the-G20-redundant.html>, checked on 12/10/2013.

Hou, Zhenbo (2013): The BRICS Summit in Durban: too soon to write it off. Overseas Development Institute (ODI). Available online at <http://www.odi.org.uk/opinion/7359-aid-development-finance-brics-brazil-russia-india-china-south-africa>, checked on 12/10/2013.

Inoue, Cristina Yumie Aoki; Vaz, Alcides Costa (2012): Brazil as 'Southern donor': beyond hierarchy and national interests in development cooperation? In *Cambridge Review of International Affairs* 25 (4), pp. 507–534. DOI: 10.1080/09557571.2012.734779.

Khamatshin, Albert (2013): Russia, the forgotten donor, BPC Monitor. BRICS Policy Center, Rio de Janeiro. Forthcoming.

Manning, Richard (2006): Will Emerging Donors Change the Face of International Co-operation Development? In *Development Policy Review* (24 (4)), pp. 371–385. Available online at <http://www.oecd.org/dataoecd/35/38/36417541.pdf>, checked on 2/27/2009.

Mawdsley, Emma (2011): The changing geographies of foreign aid and development cooperation: contributions from gift theory. In *Transactions of the Institute of British Geographers NS* 2011, pp. 1–17. Available online at <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-5661.2011.00467.x/pdf>, checked on 12/27/2011.

Mawdsley, Emma (2012): From recipients to donors. Emerging powers and the changing development landscape. London,, New York: Zed Books.

Momani, Bessma; Ennis, Crystal A. (2012): Between caution and controversy: lessons from the Gulf Arab states as (re-)emerging donors. In *Cambridge Review of International Affairs* 25 (4), pp. 605–627. DOI: 10.1080/09557571.2012.734786.

Naim (2007): Rogue Aid. What's wrong with the foreign aid programs of China, Venezuela, and Saudi Arabia? They are enormously generous. And they are toxic. In *Foreign Policy* (March/April 2007), pp. 95–96. Available online at <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=4&hid=108&sid=b3338981-fd9d-4e80-aa3d-b59e0eae2fd4%40sessionmgr104>, checked on 4/20/2011.

ODI (2010): The G-20 in 2010: cementing the BRICKs of development. Overseas Development Institute (ODI) (Policy Brief). Available online at <http://www.odi.org.uk/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/5922.pdf>.

Park, Kang-Ho (2011): New Development Partners and a Global Development Partnership. In Homi Kharas, Koji Makino, Woojin Jung (Eds.): *Catalyzing development. A new vision for aid*. Washington, D.C: Brookings Institution Press, pp. 38–60.

Quadir, Fahimul (2013): Rising Donors and the New Narrative of 'South-South' Cooperation: what prospects for changing the landscape of development assistance programmes? In *Third World Quarterly* 34 (2), pp. 321–338. Available online at <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.775788>, checked on 4/24/2013.

Rossi, Amanda (2013): Governo Dilma implementa 'agenda África' para ampliar relações. Estão em jogo o aumento do comércio e dos investimentos brasileiros no continente e também o reforço da cooperação Sul-Sul. In *Estado de São Paulo*, 10/29/2013. Available online at <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,governo-dilma-implementa-agenda-africa-para-ampliar-relacoes,1090701,0.htm>, checked on 10/30/2013.

Rowlands, Dane (2012): Individual BRICS or a collective bloc? Convergence and divergence amongst 'emerging donor' nations. In *Cambridge Review of International Affairs* 25 (4), pp. 629–649. DOI: 10.1080/09557571.2012.710578.

Sidiropoulos, Elizabeth (2008): Emerging Donors in International Development Assistance: The South Africa Case. One of five reports on the role played by emerging economies in funding international development. International Development Research Center - IDRC. Canada (Emerging Donors Study). Available online at http://www.idrc.ca/uploads/user-S/12441475471Case_of_South_Africa.pdf, updated on 3/19/2008, checked on 3/6/2009.

Singh, Rajesh Kumar (29.03.2012): BRICS flay West over IMF reform, monetary policy. Available online at <http://ca.reuters.com/article/topNews/idCABRE82S05K20120329>, checked on 12/10/2013.

Smith, Gordon (2011): G7 to G8 to G20: Evolution in Global Governance (CIGI G20 Papers, 6). Available online at [G7 to G8 to G20: Evolution in Global Governance](http://www.g7toG8toG20.org/).

SU TCDC (1978): Buenos Aires Plan of Action. United Nations Special Unit for TCDC. New York. Available online at <http://ssc.undp.org/content/dam/ssc/documents/Key%20Policy%20Documents/BAPA.pdf>, checked on 12/10/2013.

Stuenkel, Oliver (2010): Responding to Global Development Challenges. Views from Brazil and India. Deutsches Institut für Entwicklungspolitik / German Development Institute (DIE Discussion Paper, 11/ 2010). Available online at [http://www.die-gdi.de/CMS-Homepage/openwebcms3.nsf/\(ynDK_contentByKey\)/ANES-89YHBD/\\$FILE/DP%2011.2010.pdf](http://www.die-gdi.de/CMS-Homepage/openwebcms3.nsf/(ynDK_contentByKey)/ANES-89YHBD/$FILE/DP%2011.2010.pdf), checked on 5/10/2011.

Vickers, Brendan (2012): Towards a new aid paradigm: South Africa as African development partner. In *Cambridge Review of International Affairs* 25 (4), pp. 535–556. DOI: 10.1080/09557571.2012.744638.

Wihardja, Maria Monica (2011): The G20 and the BRICS: How to manage the politics? East Asia Forum. Indonesia. Available online at <http://www.eastasiaforum.org/2011/04/06/the-g20-and-the-brics-how-to-manage-the-politics/>, checked on 12/10/2013.

DESIGUALDADE URBANA NOS BRICS

AUTOR: RASIGAN MAHARAJH*

INTRODUÇÃO

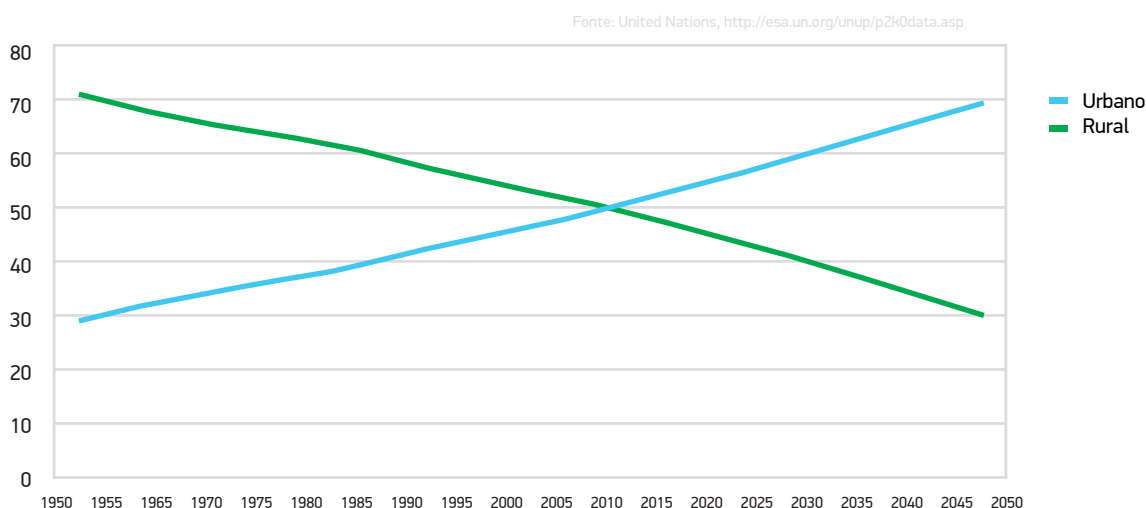
Este texto sobre Desigualdade Urbana no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) trata da urbanização e desigualdade nestes cinco países. Incluem-se três seções. Após esta introdução geral, são apresentados dados sobre o processo de urbanização. A desigualdade é representada através de informações sobre favelas. A terceira e última seção destaca os desafios emergentes e sugere uma orientação na direção da eliminação da desigualdade na urbanização como meio para atingir uma vida melhor para todos.

Até 2013, mais da metade da população mundial atualmente habita áreas urbanas, apesar deste nível de urbanização ser distribuída de forma desigual. Em 2011, estimou-se que este número seja 3.6 bilhões (ONU: 2012). Além disso, a urbanização é um conceito ambíguo já que países diferentes utilizam diversas definições de 'urbano'. De acordo com UNstats, os BRICS utilizam as seguintes definições administrativas: [BRASIL] 'Zonas urbanas e suburbanas de centros administrativos de municípios e distritos;' [RÚSSIA] 'Cidades e tipos de localidades urbanas, designados oficialmente como tais, geralmente de acordo com o critério de número habitantes e a predominância da agricultura, ou número de trabalhadores não agrícolas e suas famílias', [ÍNDIA] 'Cidades (lugares com corporações municipais, comitês de áreas municipais, comitê da cidade, áreas de comitê notificados ou conselho de acantonamento); incluindo todos os lugares a partir de 5.000 habitantes, com densidade de nada menos que 1.000 pessoas por milha quadrada ou 4000 por quilometro quadrado, com características urbanas pronunciadas e pelo menos três quartos da população masculina adulta empregada em profissões não agrícolas;' [CHINA] Cidades só se referem àquelas próprias das designadas pelo Conselho Estatal. No caso de cidades estabelecidas como distritos, a cidade em si refere-se à área administrativa inteira do distrito se a densidade populacional for a partir de 1.500 pessoas por quilômetro; ou a sede do governo distrital e de outras áreas de ruas sob a administração do distrito se a densidade populacional for menos de 1.500 pessoas por quilômetro. No caso de cidades sem estabelecimento distrital, se a construção urbana do distrito ou sede do governo municipal se estender a alguma parte de municípios ou municipalidades vizinhas, a cidade em si inclui a área administrativa do(s) município(s) ou municipalidade(s);' e [ÁFRICA DO SUL]. 'Lugares com alguma forma de autoridade local' (UNSTATS: 2005: tabela 6).

A sociedade humana evoluiu e se expandiu de suas raízes primitivas como espécie homínida enraizada em atividades de sobrevivência como o forrageio, a caça e coleta para uma organização cada vez mais complexa (Maharajh : 2013, entre outros) A transição para diversos modos de produção desde os tempos paleolíticos, atravessando a era neolítica para a agricultura e assentamentos viu maiores concentrações de pessoas que começam a coordenar melhor seus esforços, acumular sabedoria e transferir conhecimentos através de gerações. A urbanização foi inegavelmente facilitada por melhorias na agricultura e medicina, que possibilitou um fornecimento mais estável de nutrição e a capacidade de lidar com doenças. Com o advento do capitalismo industrial no século XVIII, acelerou-se o processo de urbanização. No contexto atual, estudiosos como David Harvey argumentam que "A urbanização desempenhou um papel particularmente ativo, ao lado de fenômenos como gastos militares em absorver o produto excedente que os capitalistas produzem perpetuamente em sua busca pelo lucro"(2008). Atualmente, a ONU considera que aproximadamente 80% do PIB é gerado pelas áreas urbanas. (2013:15)

* Rasigan Maharajh (Chief Director: Institute for Economic Research on Innovation, Faculty of Economics and Finance, Tshwane University of Technology, South Africa).

FIGURA 1: TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA GLOBAL, PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO MUNDIAL



Tal como indicado na Figura 1, somente no final do século XX que a sociedade humana em sua maioria habita ambientes urbanos. Enquanto o termo urbano está sujeito múltiplas definições, a ‘urbanização’ está sendo cada vez mais reconhecida como um processo “multidimensional que se manifesta através de populações humanas que mudam rapidamente e mudanças na cobertura do solo.” (Elmqvist et al: 2013: x). A ONU estima variadamente que a transição demográfica ocorreu em 2007. Apesar dos problemas de definição, em 2010, seis das dez maiores aglomerações urbanas no mundo: Nova Déli, São Paulo, Xangai, Mumbai, Pequim e Calcutá se encontram nos BRICS. (ONU: 2012)

O fantasma da desigualdade paira sobre todos os países que compõem os Sistemas Mundiais na Era Comum do século XXI. A desigualdade entre pessoas não é, contudo, intrínseco ao desenvolvimento evolucionário da espécie humana. A desigualdade é uma construção social determinada de forma estrutural e cíclica pela política econômica dos sistemas de produção, distribuição, troca e consumo na qual as pessoas são organizadas e necessidades materiais para a vida é gerada. A economia política refere-se às “relações sociais, mais especificamente, relações de poder, que constituem mutuamente a produção, distribuição e consumo de recursos” (Mosco: 2009:2). É através dessas relações sociais centrais que o fenômeno da iniquidade é estabelecido e desvantagens consequentes são reproduzidas através das gerações. Conforme afirma Peter Critchley, “uma cidade em particular não pode ser divorciada da economia política que a engloba, na qual está embutida e através da qual ela manifesta suas funções e formas particulares” (2004). Para Kuniko Fujita, “teorias urbanas contemporâneas tendem a indicar a globalização, neoliberalização e mudanças tecnológicas são as causas da crescente desigualdade de classe, pobreza e polarização social e espacial nas cidades” (2013:34-35).

URBANIZAÇÃO NOS BRICS

A seguinte tabela 1 compila a porcentagem da população dos BRICS que vivem em áreas classificadas como urbanas de acordo com o critério mencionado anteriormente.

TABELA 1: POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREAS URBANAS (%)

País	1990	2000	2007	2011
Brasil	85	81	75	85
Rússia	73	73	73	74
Índia	29	28	26	31
China	43	36	28	51
África do Sul	60	57	52	62

Fonte: Organização Mundial da Saúde (2013) - Estatísticas de Saúde Mundiais.

Em todos os cinco países a população urbana está aumentando. A taxa de mudança é diferenciada e ocorre através de escalas de população diferentes. Desse modo, a dinâmica resultante é assimétrica.

TABELA 2: TAXA ANUAL DE MUDANÇA NA PORCENTAGEM URBANA (%)

País	1990 - 1995	1995 - 2000	2000 - 2005	2005 - 2010	2010 - 2015
Brasil	0.97	0.90	0.40	0.36	0.32
Rússia	-0.01	-0.01	-0.11	0.20	0.23
Índia	0.81	0.78	1.10	1.13	1.15
China	3.16	2.95	3.40	2.93	2.44
África do Sul	0.92	0.86	0.81	0.76	0.70

Fonte: UN (2011 & 2012) World Population Prospects: The 2010 Revision & World Urbanisation Prospects: The 2011 Revision.

Como a Tabela 2 deixa evidente, a taxa real de mudança da percentagem de população urbana dos BRICS é geralmente pequena. Todos os países indicam reduções marginais na taxa de mudança e, assim, sinalizam uma desaceleração no processo de urbanização. Uma explicação parcial para isto é encontrada na Tabela 3.

TABELA 3: POPULAÇÃO URBANA COMO PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTAL

País	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020	2030
Brasil	37	46	57	67	75	81	86	89	90
Rússia	45	54	62	70	73	73	73	75	78
Índia	17	18	20	23	26	28	30	35	41
China	13	16	17	20	27	36	45	53	60
África do Sul	43	47	48	48	49	57	64	70	74

Notas

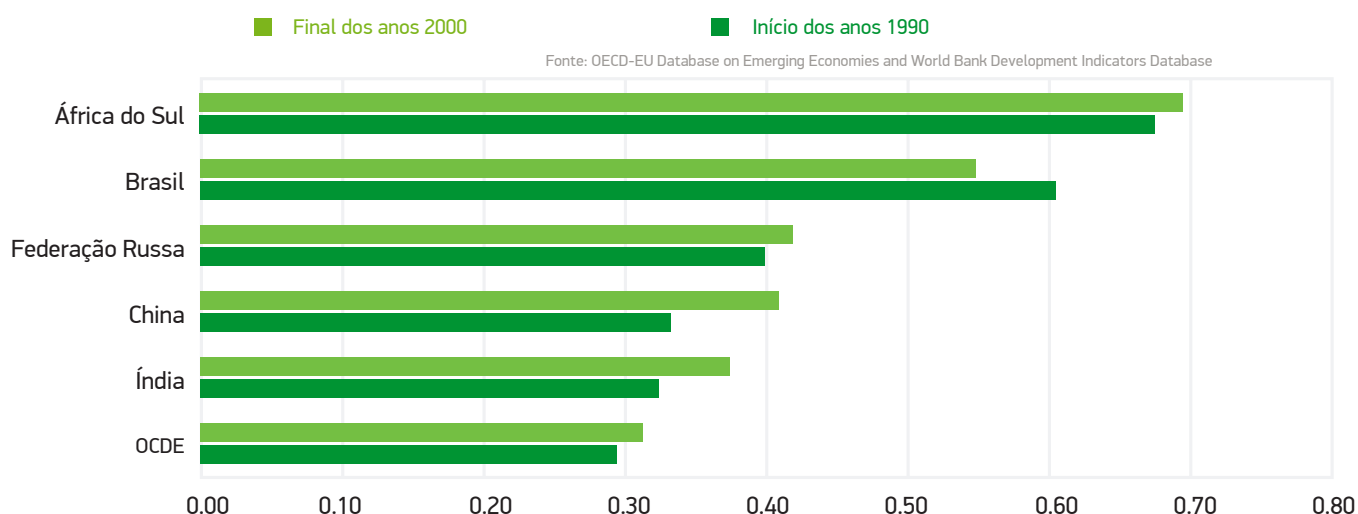
Estimativa variante para os anos 1950-1990

Varição Média para os anos 2000-2030

Fonte: ONU (2013) Perspectivas da População Mundial: Revisão de 2012.

Tabela 3 mostra que além dos países com grandes populações como a Índia e China, a maioria da população dos outros membros dos BRICS já reside em ambientes urbanos. O Brasil tem a maior proporção da sua população urbanizada, seguida pela Rússia, África do Sul, China e Índia em ordem de classificação. Enquanto o Brasil, sem dúvida, se urbanizou numa escala maior do que o resto dos BRICS, Martine e McGanahan notam que as dificuldades contemporâneas enfrentadas pelo Brasil originam de dois fatores: “uma estrutura de desigualdade social enraizada historicamente que perdura, e o fracasso persistente em prever, aceitar e planejar para o crescimento urbano massivo” (2010:1). De forma distinta, A figura 2 provém os dados que indicam que em todos os BRICS com a exceção do Brasil, houve aumento os níveis de desigualdade na renda familiar entre o início dos anos 1990 até o final dos anos 2000.

FIGURA 2: MUDANÇAS NOS NÍVEIS DE DESIGUALDADE ENTRE O INÍCIO DOS ANOS 1990¹ E O FINAL DOS ANOS 2000. COEFICIENTE DE GINI DA RENDA FAMILIAR.²



Becker et al lembra que “No socialismo, o curso da urbanização não é alterado por antagonismo de classes, a desigualdade social e racial, a luta dos monopólios e logo, não resulta em crises das cidades. Os assentamentos não são alterados para contradizer os requisitos estendidos pelo progresso econômico e social”. (2012: 19: citando Gokhman et al³). A Rússia não é a única afligida de forma similar. Como resposta à desigualdade crescente na China, Yeh argumenta que o “chamado inicial para ‘deixar algumas pessoas e regiões enriquecerem primeiro’ ativou iniciativas de desenvolvimento tanto em áreas urbanas quanto em rurais há três décadas. Atualmente parece ser o momento para enfatizar a segunda parte do slogan – ‘para atingir a prosperidade comum afinal.’” (2011:30). Como ambos os países enfatizam mecanismos de mercado, o passado planejado e coordenado tende a transmutar em níveis crescentes de desigualdade urbana presentes nessas áreas.

No caso da Índia, Kundu mostra que enquanto a desigualdade rural foi reduzida, “a pobreza nas áreas urbanas pode ser atribuída em parte à ausência de crescimento econômico e parcialmente à desigualdade que ocorreu.” (2011:30). Com a África do Sul sendo a líder mundial em desigualdade, Turok nota que “Os altos níveis de desigualdade de renda e segregação espacial são reforçadas por grandes disparidades na qualidade das escolas, infraestrutura e redes sociais úteis, com o resultado de que o status econômico, racial e espacial se sobrepõe e se misturam. Famílias pobres não têm condições para comprar ou alugar até pequenas propriedades ou terrenos em lugares bem localizados, exceto talvez de maneira informal.” Muitos são condenados a viver num ciclo de pobreza nas margens da cidade como resultado da desigualdade gerada no mercado de trabalho e refletida no mercado fundiário. Os mais pobres entre os pobres são forçados a ocupar terras que sobram, que são vulneráveis a perigos naturais e humanos.” (2012:42)

O acompanhamento na urbanização presenciou um aumento nos números de pessoas relegadas a condições de favela dentro de áreas urbanas. ONU-HABITAT define que uma família resida numa favela quando há um grupo de indivíduos que vivem sob o mesmo teto em áreas urbanas em que uma ou mais dos seguintes itens estejam ausentes:

1. Moradia durável de forma permanente que proteja contra condições climáticas.
2. Espaço de moradia suficiente, que significa não mais que três pessoas compartilhando o mesmo cômodo.
3. Acesso fácil à água potável em quantidades suficientes em preços acessíveis.
4. Acesso a condições de saneamento adequadas em forma de banheiro público ou privado compartilhado por um número razoável de pessoas.
5. Segurança de título de posse que previna remoções forçadas. (ONU-HABITAT: 2012)

Mike Davis produziu um texto seminal sobre o assunto em Planeta Favela (2006). A obra oferece ‘uma periodização das principais tendências e divisores de águas na urbanização da pobreza urbana’ desde 1945. No entanto, tal como reconhecido iminentemente por Richard Pithouse, uma narrativa tão ambiciosa e grandiosa tende a ir em direção a uma “descrição supertotalizada, superapocalíptica da política e cultura das favelas, assim como estar efetivamente mais interessado nas narrativas dos opressores – o Banco Mundial, a ONU, ONGs e as forças armadas dos EUA - do que dos oprimidos urbanos em si” (2006). Ao discutir os seguintes conjuntos de dados, é importante relembrar do ciclo da pobreza mencionado acima e buscar de forma séria não reproduzir os erros que resultam. A tabela 4 fornece dados sobre a extensão das populações urbanas na maioria dos BRICS. Nenhum dado sobre a Rússia estava disponível nos bancos de dados da ONU.

Página anterior:

¹ Figures for the early 1990s generally refer to 1993, whereas figures for the late 2000s generally refer to 2008.

² Gini coefficients are based on equivalised incomes for OECD countries and per capita incomes for all EEs except India for which per capita consumption was used. Equivalisation is a technique in economics in which members of a household receive different weightings. Total household income is then divided by the sum of the weightings to yield a representative income.

Nesta página:

³ Gokhman, V.; G. Lappo; I. Mayergoiz; and J. Mashbits (1976) Geographic Aspects of Urbanization and its Peculiarities in Countries with Different Social Systems, GeoForum 7(4) 271–283.

TABELA 4: POPULAÇÃO EM ÁREAS DE FAVELA

País	1990		1995		2000		2005		2007		2009	
Brasil	40,526,984	1	42,788,979	1	44,604,358	1	45,428,464	2	45,309,388	2	44,947,237	2,3
Índia	121,021,917	7	122,230,851	7	119,698,266	7	112,912,592	8,9	109,101,620	9	104,678,918	9,3
China	131,669,895	5,4	151,437,434	5,4	169,102,156	5,4	183,543,800	6	182,934,182	6	180,559,661	6
África do Sul	8,833,968	10	8,949,709	10	8,475,267	10	8,179,318	11,3	6,813,931	12	7,055,354	12

Notas:

1 - DHS 1986, 1991, 1996

2 - Sao Paulo UIS 2006, Census 2000 and DHS 1986, 1991, 1996.

3 - Análise das tendências foram usadas para estimar a porcentagem da favela

4- Estimativa baseada em dois componentes. Água e Saneamento

5 - UNICEF/WHO JMP. Água e Saneamento

6 - Computado do Anexo do Relatório 2006/7 do estado das Cidades do Mundo.

7 - DHS 1993, 1998/99

8 - Análise das tendências usadas para estimar favela 2005

9 - DHS 2005 e outras fontes

10 - DHS 1998 e outras fontes

11 - DHS 1998, Census 2001

12 - CENSUS 2007

Fonte: UN (2013) Millennium Development Goals Database.

O padrão emergente na tabela 4 sugere que as condições de favela são de natureza transitória. As diferenças massivas, conforme avaliadas durante um período de 5 anos mostram que em várias instâncias, a recompensação da forma de exclusão e injustiça engendradas pelas favelas, é na verdade, passível de reforma e transformação. A tabela 5 estimula esta perspectiva ao mostrar a tendência geral rumo à redução das populações das favelas assim como a porcentagem demográfica urbana total nos BRICS.

TABELA 5: POPULAÇÃO EM ÁREAS DE FAVELA, PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA

País	1990		1995		2000		2005		2007		2009	
Brasil	36.7	1	34.1	1	31.5	1	29.0	2	28.0	2	26.9	2,3
Índia	54.9	7	48.2	7	41.5	7	34.8	8,9	32.1	9	29.4	9,3
China	43.6	5,4	40.5	5,4	37.3	5,4	32.9	6	31.0	6	29.1	6
África do Sul	46.2	10	39.7	10	33.2	10	28.7	11,3	23.0	12	23.0	12

Notas:

1 - DHS 1986, 1991, 1996

2 - Sao Paulo UIS 2006, Census 2000 and DHS 1986, 1991, 1996.

3 - Trend analysis was used to estimate the percentage of slum.

4 - Estimation based on two components Water and Sanitation.

5 - UNICEF/WHO JMP Water and Sanitation

6 - Computed from the Annex of the State of the World's Cities Report 2006/7.

7 - DHS 1993, 1998/99

8 - Trend Analysis used to estimate 2005 slum.

9 - DHS 2005 and other sources

10 - DHS 1998 and other sources

11 - DHS 1998, Census 2001

12 - CENSUS 2007

Fonte: UN (2013) Millennium Development Goals Database.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPECTIVAS

A relação dinâmica entre relações de produção, consumo e troca, a estrutura do poder personificada pelo Estado e exercitado através de pesadas formas institucionais no ambiente urbano. Na medida em que os países do BRICS aumentam suas parcelas de populações urbanizadas, as prerrogativas de acumulação e as contradições embutidas nas fronteiras planetárias e ecológicas irão sem dúvida exasperar tensões e estresses.

A UNICEF argumenta que “evidências da Índia, China e Brasil indicam muito claramente que esforços para atenuar desigualdade geram mais dividendos para redução da pobreza do que um foco mais convencional no crescimento econômico” (2010). Ampliando ainda mais esta afirmação, Joan Clos afirmou nas boas vindas dos delegados para a 24ª sessão do Conselho de Governo da UN-Habitat que “nós temos que nos lembrar que ao longo da história, a urbanização tem sido sempre o processo pelas quais as sociedades são transformadas para maiores níveis de desenvolvimento. Na verdade, é possível afirmar que existe uma correlação verdadeira, poderosa e positiva entre urbanização e desenvolvimento, apesar dos desafios da urbanização. A experiência da maioria do BRIC e dos novos países industrializados, incluindo as grandes economias Asiáticas, demonstra o poder da urbanização como mecanismo para o desenvolvimento” (2013).

David Harvey sugere que a “democratização do direito à cidade e à construção de um movimento social amplo para fazer valer a sua vontade é imperativa, se os despossuídos estão prontos a reaver o controle da cidade da qual por tanto tempo haviam sido excluídos, e se novas formas de controlar o capital excedente enquanto eles trabalham através dos processos de urbanização, estão para ser instituído” (2008). Na retificação dos desafios da desigualdade urbana, assegurar formas transparentes e participativas de inclusão oferece aos BRICS um caminho alternativo, em direção à melhora efetiva da vida dos seus cidadãos. O aumento da capacidade de cada país do BRICS para mobilizar melhor suas capacidades domésticas e competências globais prevê um raio de esperança para o mundo em desenvolvimento como um todo. Conforme notado por McGranahan, “Nações menos industrializadas podem aprender muito com as experiências dos BRICS – tanto as boas quanto às ruins – e então conduzir sua própria urbanização para um caminho mais seguro” (2013).

A persistência da desigualdade urbana demanda ações audaciosas e agressivas para quebrar os ciclos do sub-desenvolvimento, desemprego, pobreza e desigualdade. Os BRICS têm tanto a estrutura quanto agência para cumprir este destino manifesto como estabelecido na Conferência de Bandung em 1955. A cúpula 2014 dos BRICS oferece a plataforma para realizar a autodeterminação política, o respeito mútuo pela soberania, sem agressão, sem interferência nos assuntos internos, e igualdade.

NOTAS EM COMUM PARA OS APÊNDICES

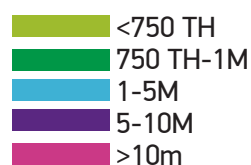
(1) Proporções de populações urbanas e rurais no país ou áreas atuais em porcentagem da população total, 1950 to 2050.

(2) Proporções de populações urbanas na região atual comparado com a área e região principal onde o país está localizado. A proporção é expressa em porcentagem da população entre 1950 e 2050.

(3) Proporção da população urbana no país atual (linha azul), área principal (linha vermelha) e região (linha verde) comparada com as proporções urbanas classificadas de todos os países do mundo (área cinza). A figura ilustra o nível de urbanização que um país comparou com sua área e região principal, assim como comparada com outros países do mundo.

(4) População urbana e rural no país atual.

(5) População urbana do país atual por classe de dimensão de suas aglomerações urbanas em 2011. A área em azul claro é uma categoria residual, que inclui todas as cidades e aglomerações urbanas com população de menos de 750.000 habitantes. A classe de dimensão corresponde à legenda abaixo:



(6) Taxa média de crescimento anual da população urbana entre 1950 e 2011 (linha azul), comparado com a taxa média de crescimento anual das populações urbanas de todos os países do mundo (área cinza). A figura ilustra que as taxas de crescimento entre 1950 e 2011 foram positivas na maioria dos países do mundo. Somente alguns países tiveram taxas de crescimento urbanas negativas – indicando que suas proporções urbanas estavam em declínio entre 1950 e 2011.

Devido a limitações de espaço, nomes oficiais dos países foram abreviados nas legendas das figuras das legendas.

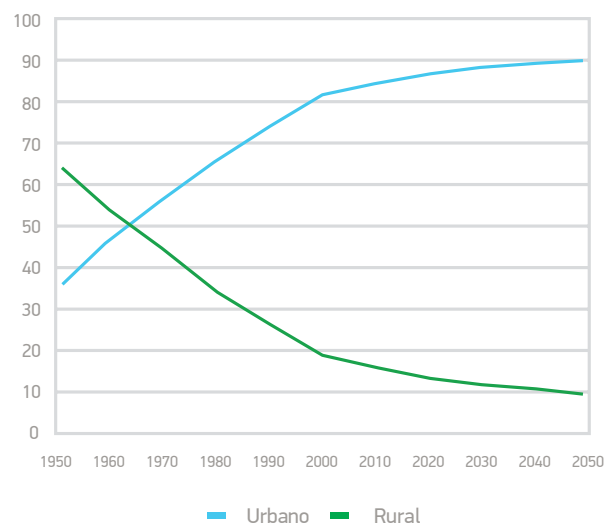
Fonte: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão da População.

(2012): Perspectivas de Urbanização: Revisão de 2011, Nova York,

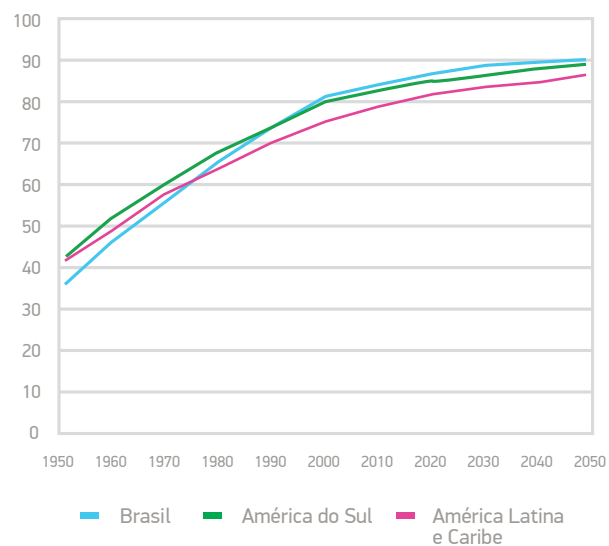
Atualizado: 25 de abril de 2012. Acessado: 22 de novembro de 2013.

BRASIL

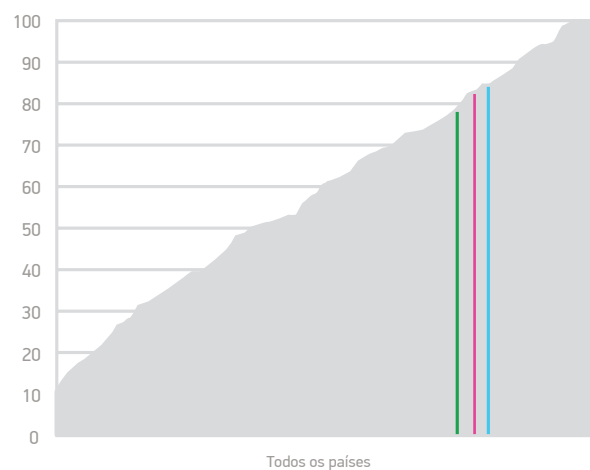
PROPORÇÃO URBANA E RURAL¹



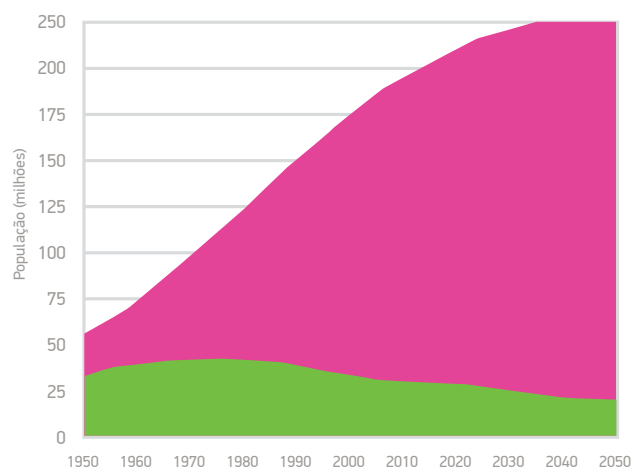
PROPORÇÃO URBANA POR REGIÃO E ÁREA²



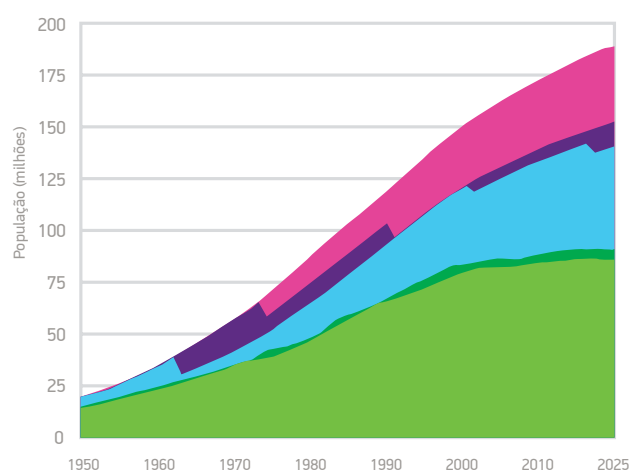
PROPORÇÃO URBANA POR PAÍS³



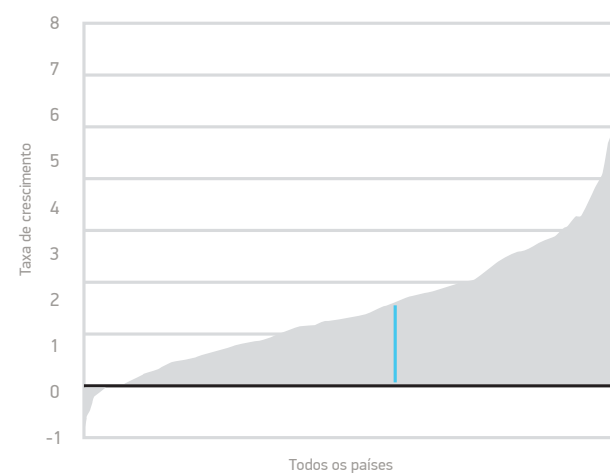
POPULAÇÃO URBANA E RURAL⁴



POPULAÇÃO URBANA POR TAMANHO DE CIDADE⁵



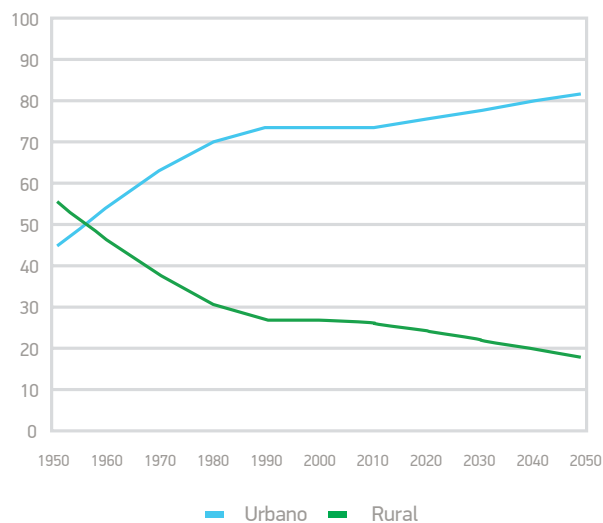
TAXA DE CRESCIMENTO URBANA PROPORCIONAL, 1950 – 2011



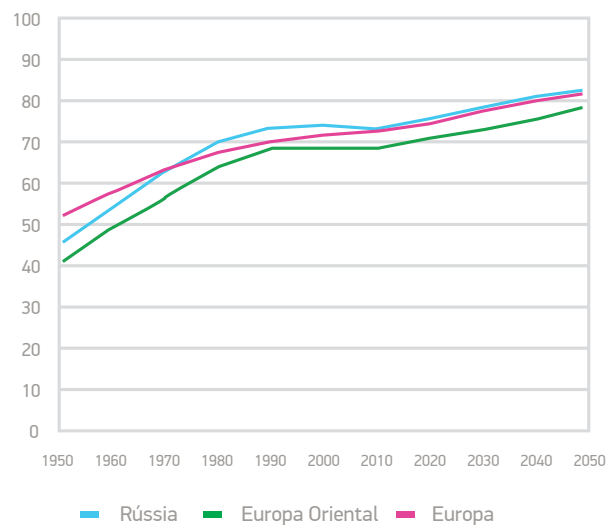
Copyright © 2012, United Nations, Population Division/DESA, www.unpopulation.org

RÚSSIA

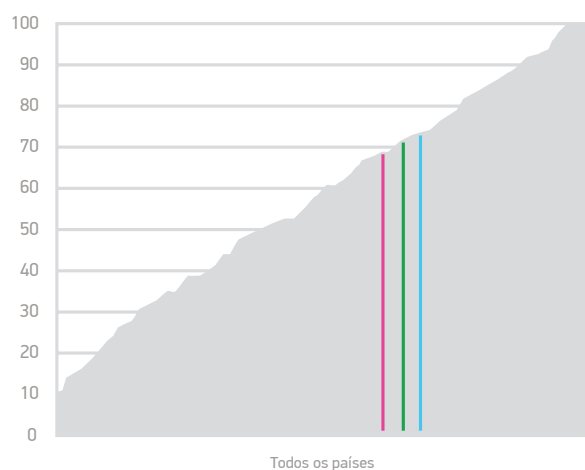
PROPORÇÃO URBANA E RURAL¹



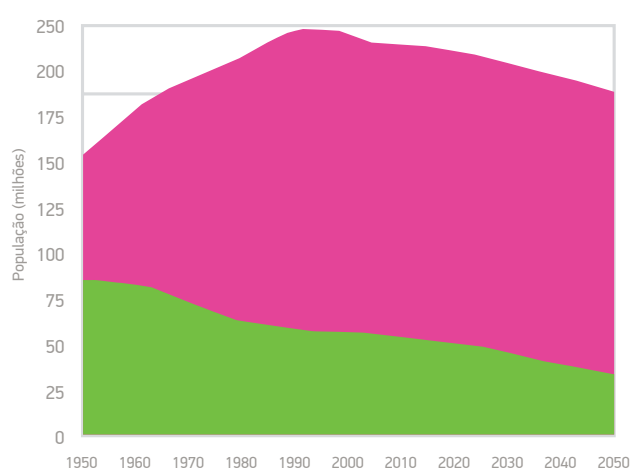
PROPORÇÃO URBANA POR REGIÃO E ÁREA²



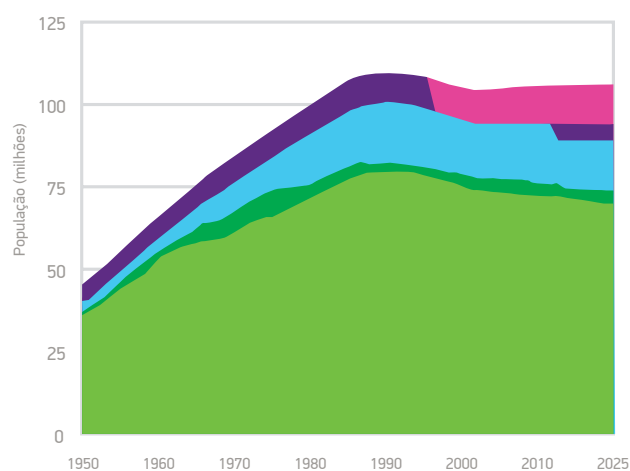
PROPORÇÃO URBANA POR PAÍS³



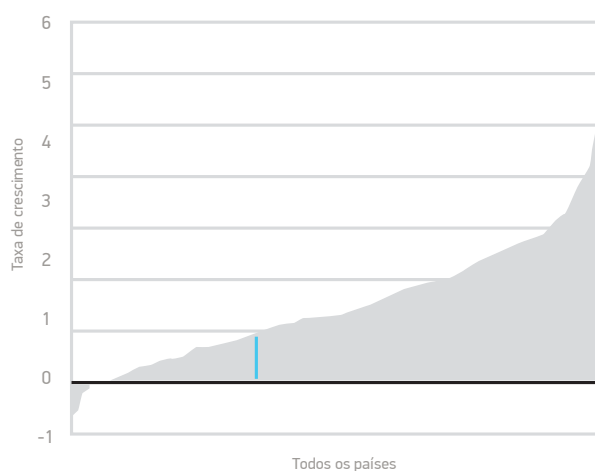
POPULAÇÃO URBANA E RURAL⁴



POPULAÇÃO URBANA POR TAMANHO DE CIDADE⁵



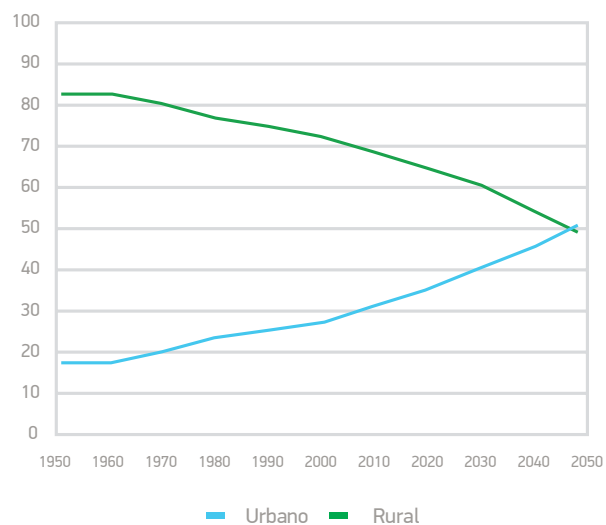
TAXA DE CRESCIMENTO URBANA PROPORCIONAL, 1950 – 2011



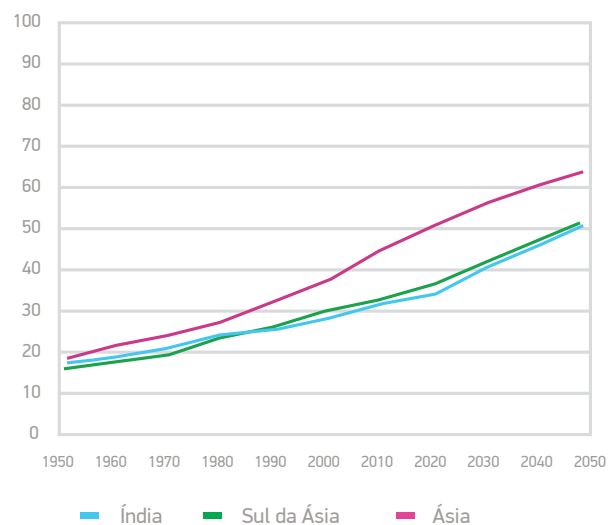
Copyright © 2012, United Nations, Population Division/DESA, www.unpopulation.org

ÍNDIA

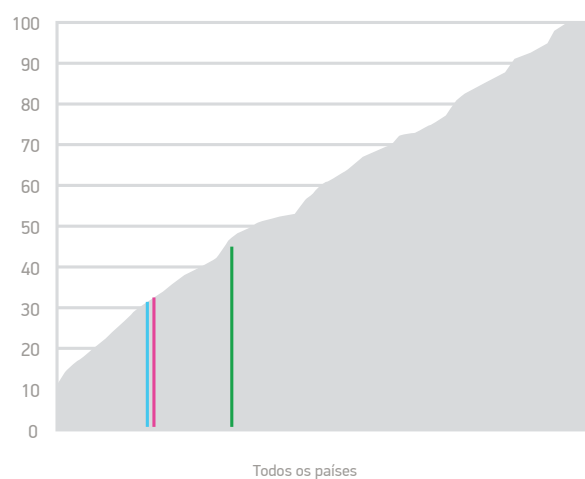
PROPORÇÃO URBANA E RURAL¹



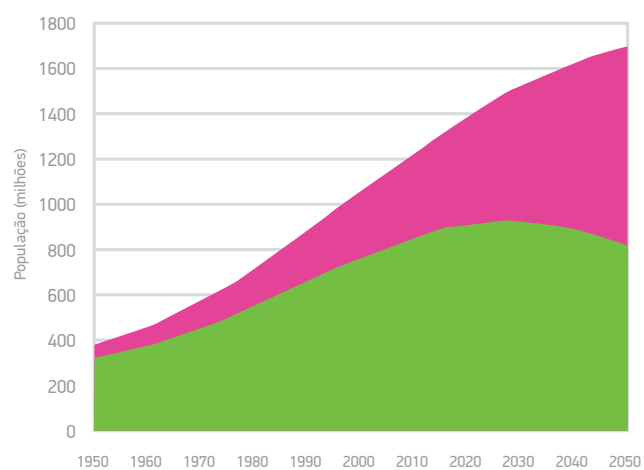
PROPORÇÃO URBANA POR REGIÃO E ÁREA²



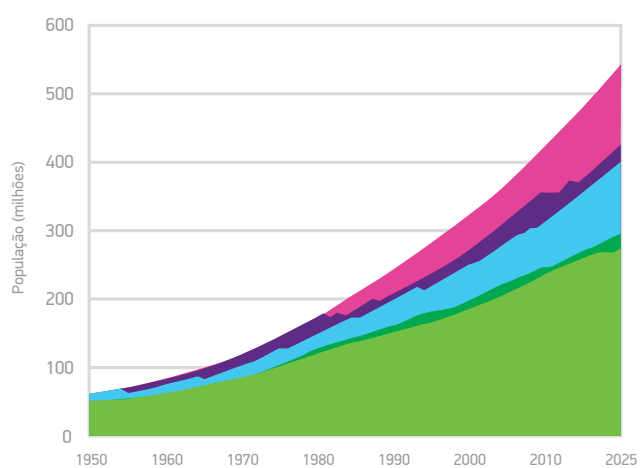
PROPORÇÃO URBANA POR PAÍS³



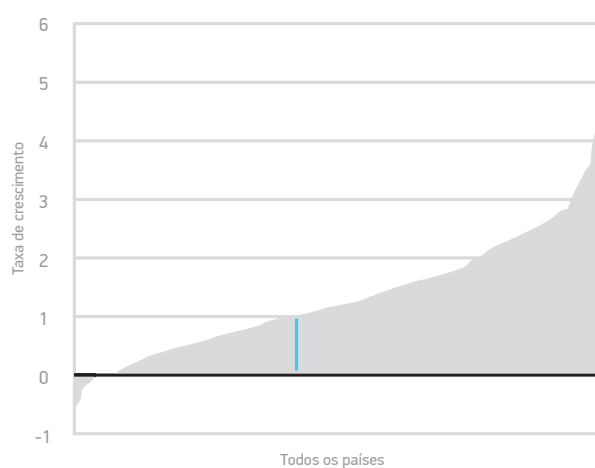
POPULAÇÃO URBANA E RURAL⁴



POPULAÇÃO URBANA POR TAMANHO DE CIDADE⁵



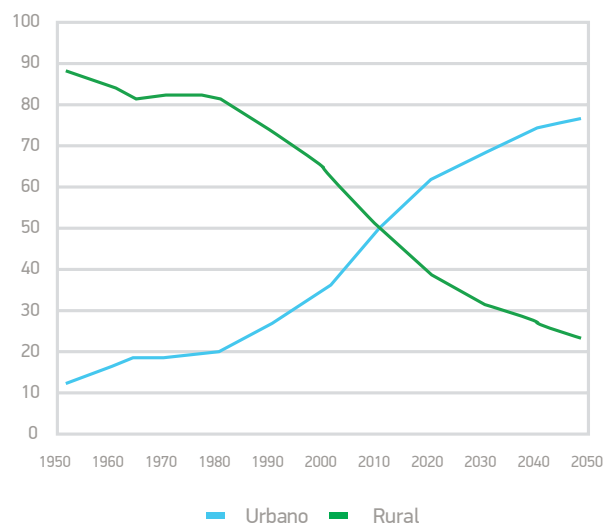
TAXA DE CRESCIMENTO URBANA PROPORCIONAL, 1950 – 2011



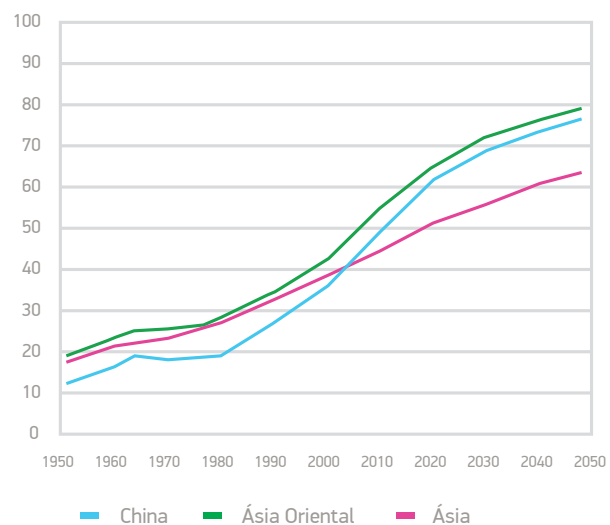
Copyright © 2012, United Nations, Population Division/DESA, www.unpopulation.org

CHINA

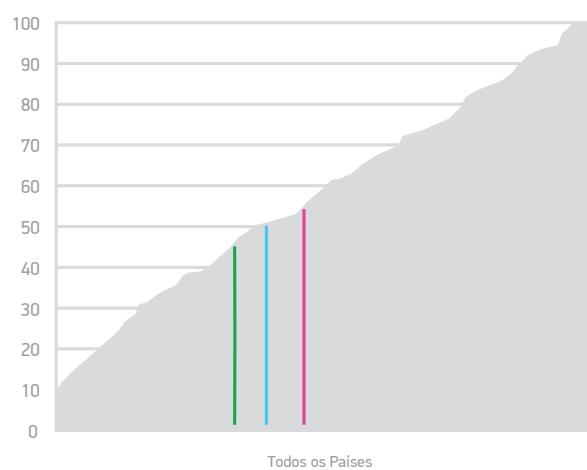
PROPORÇÃO URBANA E RURAL¹



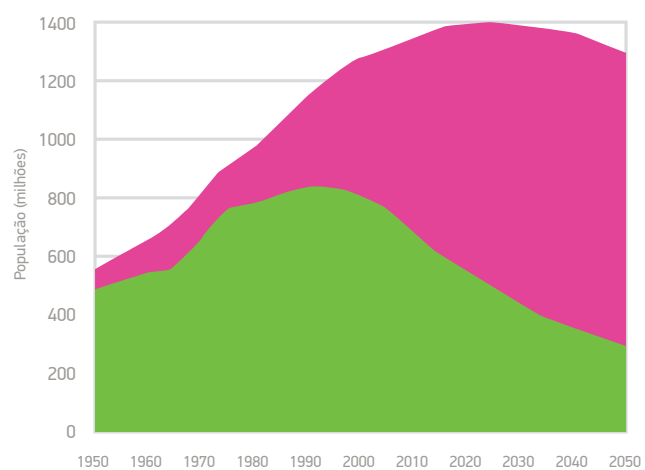
PROPORÇÃO URBANA POR REGIÃO E ÁREA²



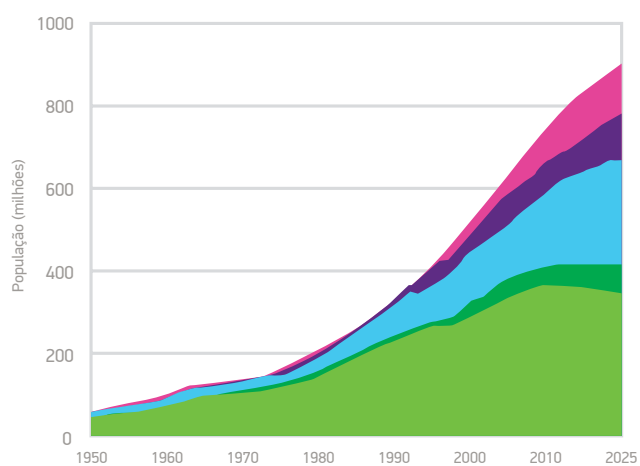
PROPORÇÃO URBANA POR PAÍS³



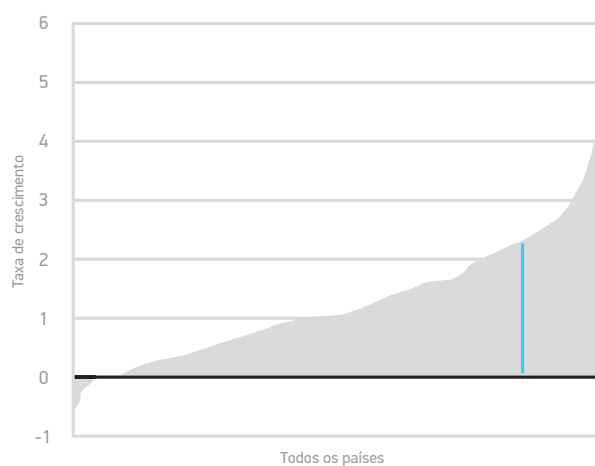
POPULAÇÃO URBANA E RURAL⁴



POPULAÇÃO URBANA POR TAMANHO DE CIDADE⁵



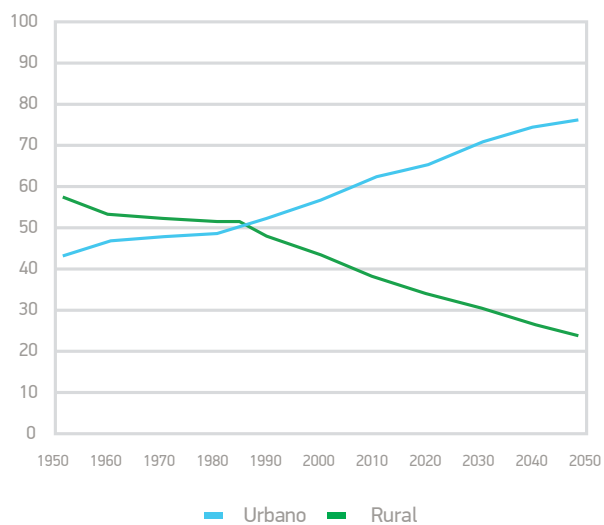
TAXA DE CRESCIMENTO URBANA PROPORCIONAL, 1950 – 2011



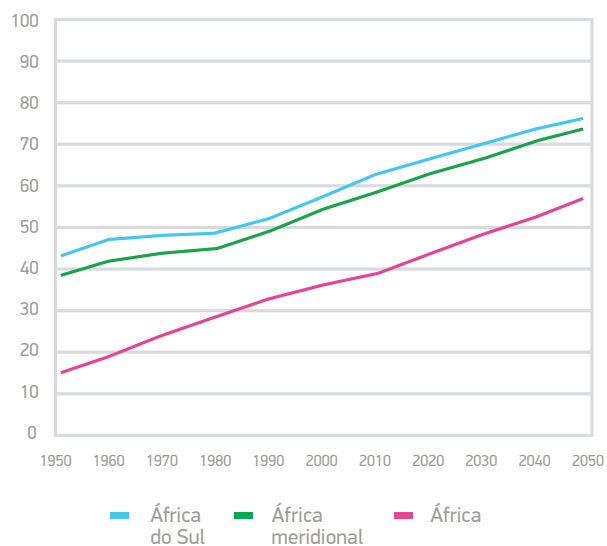
Copyright © 2012, United Nations, Population Division/DESA, www.unpopulation.org

ÁFRICA DO SUL

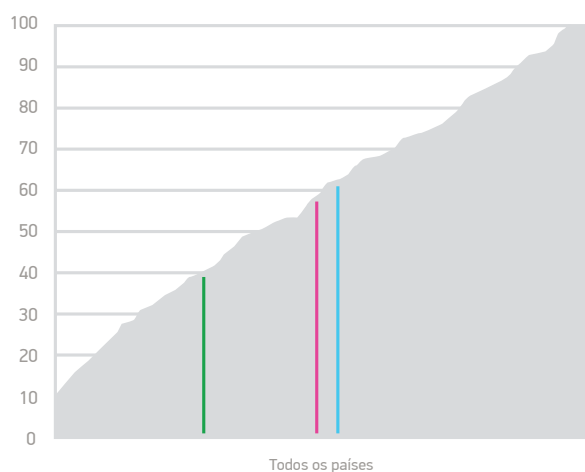
PROPORÇÃO URBANA E RURAL¹



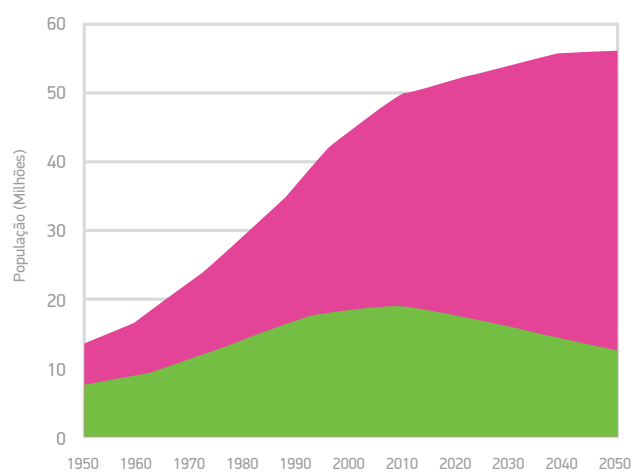
PROPORÇÃO URBANA POR REGIÃO E ÁREA²



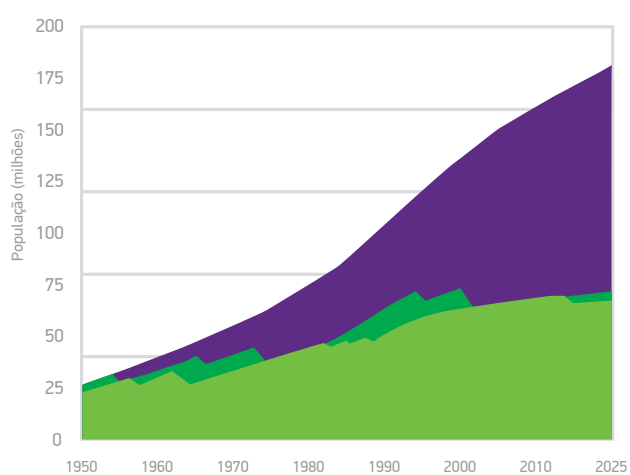
PROPORÇÃO URBANA POR PAÍS³



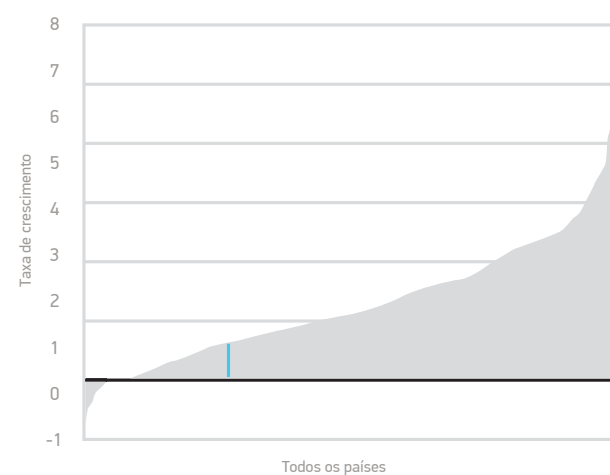
POPULAÇÃO URBANA E RURAL⁴



POPULAÇÃO URBANA POR TAMANHO DE CIDADE⁵



TAXA DE CRESCIMENTO URBANA PROPORCIONAL, 1950 – 2011



Copyright © 2012, United Nations, Population Division/DESA, www.unpopulation.org

REFERÊNCIAS

- Becker, Charles M.; S. Joshua Mendelsohn and Kseniya Benderskaya (2012) Russian Urbanisation in the Soviet and Post-soviet Eras, Series on Urbanisation and Emerging Population Issues 9, IIED and UNFPA, London and New York.
- Critchley, Peter (2004) Industrial Urbanism: The Political Economy of the City, [e-book].
- Davis, Mike (2006) Planet of Slums, Verso, London.
- Elmqvist, Thomas; Michail Fragkias; Julie Goodness; Burak Güneralp; Peter J. Marcotullio; Robert I. McDonald; Susan Parnell; Maria Schewenius; Marte Sendstad; Karen C. Seto; and Cathy Wilkinson [Editors] (2013) Urbanisation, Biodiversity and Ecosystem Services: Challenges and Opportunities - A Global Assessment, Springer, Dordrecht.
- Fujita, Kuniko (2013) Cities and Crisis New Critical Urban Theory, Sage, Los Angeles.
- Harvey, David (2005) The Political Economy of Public Space, in Setha Low and Neil Smith [Editors] The Politics of Public Space, Routledge, New York.
- Harvey, David (2008) The Right to the City, New Left Review 53, September-October.
- Kundu, Amitabh (2011), Trends and Processes of Urbanisation in India, Series on Urbanisation and Emerging Population Issues 6, IIED and UNFPA, London and New York.
- Maharajh, Rasigan (2013) Developing Sustainably and the Emergence of a New Productive Paradigm, in Jose Eduardo Cassiolato and Gabriela von Podcameni [editors] Innovation Policies and Structural Change in a Context of Growth and Crisis, Editora E-papers, Rio de Janeiro.
- Martine, George and Gordon McGranahan (2010), Brazil's Early Urban Transition: What can it teach Urbanizing Countries? Series on Urbanisation and Emerging Population Issues 4, IIED and UNFPA London and New York.
- Mosco, Vincent (2009) The Political Economy of Communication, Sage, London.
- OECD (2011) Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising, Organisation for Economic Cooperation and Development, Paris.
- Pithouse, Richard (2006) Review of Planet of Slums, Sunday Independent, South Africa.
- Turok, Ivan (2012), Urbanisation and Development in South Africa: Economic Imperatives, Spatial Distortions and Strategic responses, Series on Urbanisation and Emerging Population Issues 8, IIED and UNFPA, London and New York.
- UN (2012) World Urbanisation Prospects: The 2011 Revision, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York.
- UN (2013) World Population Prospects: The 2012 Revision, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York.
- UN-HABITAT (2008) State of the World's Cities Report 2008/2009: Harmonious Cities, Earthscan, London.
- UN-HABITAT (2012) State of the World's Cities Report 2012/2013: Prosperity of Cities, Earthscan, London.
- UNICEF (2010) Understanding Urban Inequalities in Bangladesh: A Prerequisite for Achieving Vision 2021, UNICEF Bangladesh, Dhaka.
- UNstats (2013) Demographic Yearbook, United Nations Statistical Division, New York.
- WHO (2013) World Health Statistics, World Health Organization, Geneva.
- Yeh, Anthony G.O.; Jiang Xu and Kaizhi Liu (2011), China's Post-reform Urbanisation: Retrospect, Policies and Trends, Series on Urbanisation and Emerging Population Issues 5, IIED and UNFPA, London and New York.



GASTOS PÚBLICOS EM INOVAÇÃO NOS BRICS

AUTORA: ANA SAGGIORO GARCIA*

CO-AUTORES: PAULA CRUZ, ETH LUDMILLA RODRIGUES, BRUNO MACCHIUTE

INTRODUÇÃO

Ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) têm importância estratégica no processo de desenvolvimento qualitativo e sustentado de longo prazo dos países. Ao longo de suas histórias, potências tradicionais fizeram uso de diferentes políticas públicas de C,T&I – tais como subsídios públicos à indústria, programas de investimento público, aquisição de tecnologia estrangeira, financiamento à pesquisa e desenvolvimento (P&D), à educação, parcerias público-privadas, entre outras – de modo a alavancar seus processos de industrialização e alcançar níveis cada vez mais altos de desenvolvimento industrial e tecnológico. Isso resultou em um processo de desenvolvimento desigual na economia mundial, na medida em que os países que detêm tecnologia buscaram evitar ou retardar sua difusão para outros países. Na atual fase da sociedade do conhecimento, a inovação implica também poder político.

Nesse contexto, os países que buscam se desenvolver e competir em pé de igualdade na esfera mundial, precisam também investir estrategicamente em C,T&I. Os países que compõem os BRICS tiveram crescimento econômico significativo na última década, chegando a representar aprox. 30% do PIB/PPC mundial em 2008. Seus indicadores de C,T&I também vêm crescendo, porém em um ritmo mais lento do que o rápido crescimento econômico. Isso é demonstrado nos índices ainda baixos de patenteamento e de participação em periódicos científicos indexados internacionalmente. Apesar disso, a China se destaca entre os BRICS com índices crescentes de investimento em P&D e de registro de patentes.

Para compreender os sistemas nacionais de inovação de cada país dos BRICS, apresentamos neste trabalho os principais dados quantitativos referentes aos gastos públicos em inovação nos últimos dez anos. Apresentaremos aqui os principais atores estatais envolvidos em C,T&I em cada país (ministérios, agências gerenciadoras, agências financiadoras, institutos de pesquisa, universidades, etc.), os gastos em P&D, diferenciando entre gastos governamentais e empresariais (em valores absolutos, na moeda local, e em valores relativos ao Poder Paritário de Compras e ao PIB), as principais áreas que concentram investimentos em P&D, e o número de depósito de patentes, tanto nos escritórios nacionais de cada país quanto no escritório americano USPTO.

Nota-se que países com maior gasto público em pesquisa e desenvolvimento também são aqueles com maiores índices de depósitos de patentes. A proteção à propriedade intelectual tem, em geral, maior efeito internacional quando a patente é registrada no escritório americano. Porém, a tendência geral nos BRICS é de um aumento dos depósitos de patentes nos escritórios nacionais de cada país, em detrimento da USPTO. Seria necessário um estudo específico sobre as razões dessa tendência, porém observamos os altos custos do processo de registro nos EUA e o papel de políticas nacionais de propriedade intelectual, que levam a uma modernização dos escritórios nacionais.

As fontes utilizadas para a pesquisa foram os ministérios e agências nacionais (desde que disponibilizassem informações em inglês ou português) e os organismos multilaterais, como a UNESCO e OCDE. Cabe ressaltar a dificuldade de acesso a informação e a falta de informação sistematizada em muitos casos.

* Ana Saggioro Garcia (Professora de Relações Internacionais da UFRJ), todos coautores (assistentes de pesquisa no BRICS Policy Center).

Os dados a seguir comprovarão que, dentre os BRICS, a China é o país que mais investe em P&D. Porém, ao contrário dos demais BRICS, o perfil do investimento em P&D chinês é liderado pelo setor privado, que no ano de 2011 investiu quase 160 bilhões de dólares. Seu investimento em P&D saltou de 0,95% do PIB em 2001 para 1,83% do PIB em 2011. A meta estabelecida pelo décimo primeiro plano quinquenal é de atingir 2,5% do PIB em 2020. Tais números colocariam a China acima da média de 2,1% do PIB exibida pelos países desenvolvidos. O forte investimento em P&D, tanto pelo governo quanto pelas empresas, se reflete no aumento exponencial nos depósitos de patentes em escritório nacional, que subiu de 63 mil em 2001 para mais de 415 mil em 2011. No âmbito do Tratado de Cooperação de Patentes (PTC), a China ocupa, desde 2012, a primeira colocação do ranking.

A China e a Rússia são os dois países dos BRICS que se destacam por terem mais residentes como depositários de patentes do que não-residentes. Esse dado é relevante, pois mostra que os sistemas nacionais de inovação de ambos estão mais consolidados que dos demais países. Os dados da Rússia mostram que os gastos públicos com P&D cresceram quase 700% entre 2001 e 2011. Apesar do crescimento da participação das empresas nesse campo, as instituições estatais são as peças fundamentais da P&D, como por exemplo a Russian Foundation for Basic Research e Russian Foundation for Humanities e das corporações estatais Rosnano, Rosatom e Rostekhnologii. A Rússia é o único país entre BRICS que tem cidades científicas, algo que foi comum durante o período da União Soviética e que hoje volta a ser relevante, como as cidades de Skolkovo Innovation City e Zhukovskiy. Também é notável o papel do poder legislativo, que tem comitês de decisão sobre a área de C,T&I, juntamente com o poder executivo.

No caso da Índia, o perfil do investimento em P&D também é liderado pelo governo. Os gastos governamentais em pesquisa e desenvolvimento se aproximam dos 15 bilhões de dólares (PPC), ao passo que o investimento das empresas eleva-se pouco acima dos 8 bilhões (PPC). A discrepância entre os números explica-se pelo modelo centralizado e hierarquizado do sistema de ciência e tecnologia indiano. As decisões são majoritariamente efetuadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MST) e, então, executadas pelos demais ministérios, agências, conselhos e instituições de pesquisa. Dentre os órgãos que coordenam e efetuam P&D, destacam-se o Ministério da Defesa (MoD) e o Council of Scientific & Industrial Research (CSIR). No que diz respeito ao investimento governamental, 28% dos recursos são destinados à defesa, 18% à pesquisa básica e 14% ao programa de exploração do espaço. Nota-se que tal perfil difere radicalmente dos setores contemplados pelo investimento empresarial, que destina 38% dos recursos para pesquisa na área da saúde. Por este motivo, no âmbito do Tratado de Cooperação de Patentes (PTC), a indústria farmacêutica indiana ocupa o primeiro lugar em aplicações de patentes, respondendo por 24,41% do total.

No caso do Brasil, como será verificado nos dados a seguir, os gastos totais em P&D aumentaram entre 2004 e 2011 mais de 50%. Em 2011, eles foram equivalentes a 1,21% do PIB, sendo 0,64% provenientes de gastos governamentais, contra 0,57% de gastos empresariais (incluindo grandes empresas estatais, como Petrobras e Embrapa). O baixo índice de depósitos de patentes solicitados por residentes ao escritório brasileiro, o INPI, revela a debilidade relativa dos gastos privados em inovação no país. Essa tendência também é indicada no número reduzido de depósitos de patentes submetidos ao escritório americano (USPTO). Além do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e suas principais agências, a inovação no país tem sido financiada através de recursos do FNDCT, o qual é composto por 16 Fundos Setoriais e administrado pela FINEP. Entre 2000 e 2010, a evolução da execução orçamentária do FNDCT passou de 120 milhões para 2,72 bilhões de reais. Entretanto, no nível estadual verifica-se um cenário de forte concentração de recursos públicos nas regiões Sudeste e Sul (95%), o que revela uma enorme desigualdade na distribuição desses investimentos. A maior parte do total investido pelo governo brasileiro tem sido tradicionalmente destinado ao ensino superior, que, em 2011, foi beneficiado com aproximadamente 60,93% dos gastos públicos em P&D.

Na África do Sul, os gastos em P&D no período de 2003 a 2009 mostraram uma tendência ao aumento do investimento empresarial, apesar da pouca diferença em relação ao investimento governamental. O governo possui estruturas organizacionais voltadas para ao investimento em inovação, mas o avanço nessa área enfrenta graves barreiras estruturais: o OECD Review on Innovation Policy da África do Sul (2007) aponta para desafios à economia sul-africana, tais como os altos níveis de desemprego, a pobreza, a criminalidade e o HIV/AIDS, além dos problemas educacionais que levam à falta de mão de obra qualificada. Nesse sentido, as questões estruturais podem configurar uma das razões para o baixo índice de depósitos de patentes solicitados por residentes ao escritório nacional. Para enfrentar isso, as áreas que mais concentram P&D na África do Sul são ciências naturais, tecnologia e engenharia, estrutura econômica, e educação e treinamento.

Concluimos que há uma tendência à mudança na geografia da inovação. Apesar de as potências tradicionais ainda concentrarem os gastos globais em P&D, países emergentes ou em desenvolvimento vêm aumentando sua participação no gasto global em P&D, principalmente a China, que foi, no ano de 2009, a segunda maior investidora em P&D¹. Apontamos, assim, para a necessidade dos BRICS de incorporar a pesquisa, desenvolvimento e inovação em seu crescimento econômico, se quiserem torná-lo qualitativo e sustentado no longo prazo, com impactos sobre as posições de poder desses países na ordem mundial.

¹ Fonte: WIPO. World Intellectual Property Report 2011: The Changing Face of Innovation. Disponível em: http://www.wipo.int/econ_stat/en/economics/wipr/, p. 6

BRASIL

PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Centro de Gestão e Assuntos estratégicos (CGEE) ,
outras agências e institutos de pesquisa

OUTROS MINISTÉRIOS E SUAS PRINCIPAIS AGÊNCIAS

Ministério da Educação (MEC): Coordenação de Aperfeiçoamento do Nível Superior (CAPES);
Ministério da Saúde (MS): Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Ministério da Agricultura (MAPA); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC): Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade (INMETRO);
Ministério da Defesa (MD): Centro Técnico Aeroespacial (CTA)

BANCOS E EMPRESAS E FUNDOS PÚBLICOS E ESTATAIS

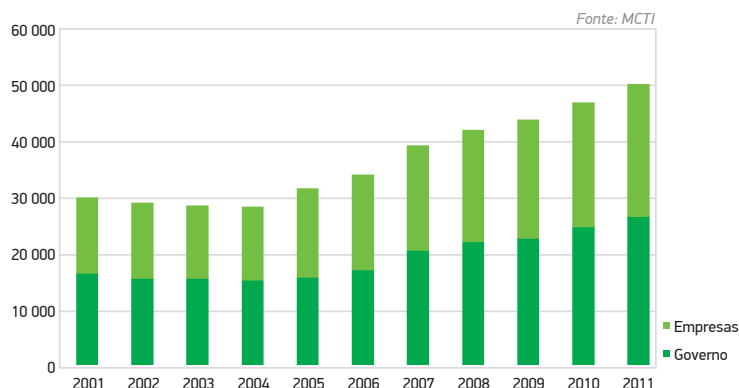
Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (EMBRAPA) , Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDT)

UNIVERSIDADES E INSTITUTOS DE PESQUISA

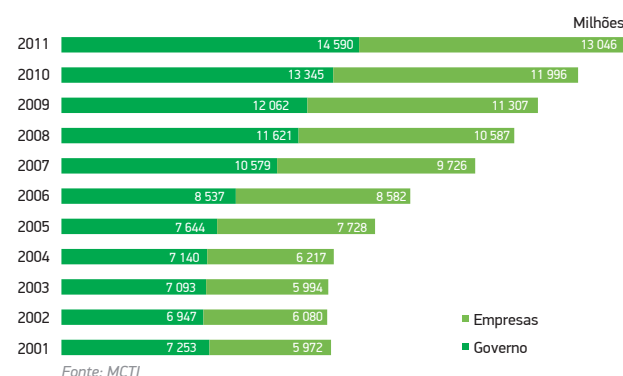
Universidades Federais, Estaduais e Privadas, Institutos de Pesquisa Científica e Tecnológica

→ VINCULADO AO MCTI, O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (FNDT) CONSTITUI FONTE COMPLEMENTAR DE RECURSOS PARA FINANCIAR PROJETOS DE P&D NO BRASIL. O FNDT É COMPOSTO POR 16 FUNDOS SETORIAIS, CUJOS RECURSOS SÃO ADMINISTRADOS PELA FINEP

GASTOS EM P&D EM MILHÕES DE REAIS (BRL)



GASTOS EM P&D DE PODER DE COMPRA (PPC) - US\$ CORRENTE

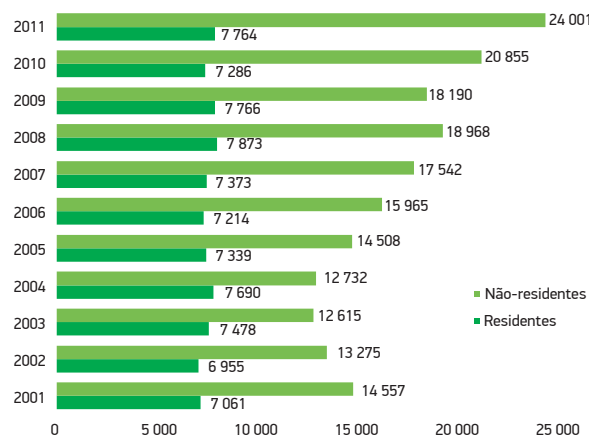


→ AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO GOVERNO BRASILEIRO FORAM DEFINIDAS NO PLANO DE AÇÃO PARA A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL (PACTI 2007-2010). ATUALMENTE, A POLÍTICA DE INOVAÇÃO TEM SIDO EXECUTADA EM CONSONÂNCIA COM O PLANO BRASIL MAIOR, ATRAVÉS DA ESTRATÉGIA NACIONAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (ENCTI 2012-2015).

GASTOS EM P&D EM % PIB



DEPÓSITOS DE PATENTES - ESCRITÓRIO NACIONAL

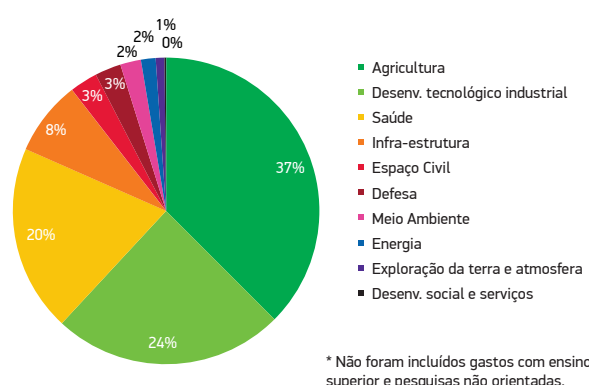


→ AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL SÃO TAMBÉM INSTRUMENTO DE FOMENTO À INOVAÇÃO NO BRASIL. EM 2009, A QUANTIDADE DE EMPRESAS BENEFICIADAS TRIPLICOU, E O MONTANTE INVESTIDO QUASE QUADRUPLICOU, EM RELAÇÃO A 2006. ENTRETANTO, OBSERVA-SE UMA GRANDE DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DESSES RECURSOS – 95% CONCENTRADOS NAS REGIÕES SUDESTE E SUL DO PAÍS.

DEPÓSITOS DE PATENTES - USPTO



GASTOS PÚBLICOS P&D POR OBJETIVO SOCIOECONÔMICO - 2011*



RÚSSIA

PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

PODER LEGISLATIVO

Assembléia Federal: Committee on Education, Science, Health and Ecology;
Duma Estatal: Committee on Science and High Technology

PODER EXECUTIVO

Presidente: Commission for Modernisation and Technical Development e Council for Science, technology and Education;
Primeiro Ministro: Commision on High Technology and Innovation

MINISTÉRIOS E AGÊNCIAS

Ministry of Education and Science (MES), Ministry of Economic Development, Ministry of Defence, Federal Space Agency (Roscosmos), Russian Academy of Sciences (RAS)

FUNDAÇÕES ESTATAIS

Russian Foundation for Basic Research, Russian Foundation for Humanities

CORPORAÇÕES ESTATAIS E CIDADES CIENTÍFICAS

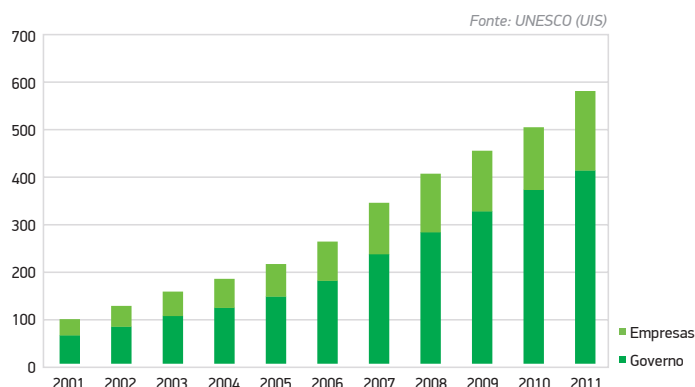
Russian Nanotechnology Corporation (Rosnano), Russian Atomic Energy Corporation (Rosatom), Russian Technologies Corporation (Rostekhnologii)

CIDADES CIENTÍFICAS

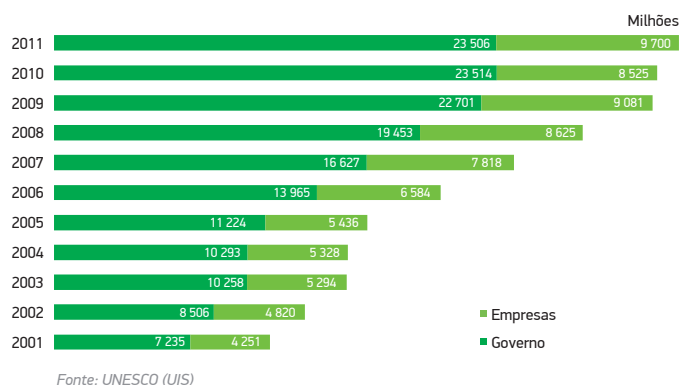
Skolkovo Innovation City, Zhukovsky City

→ AS CIDADES CIENTÍFICAS DATAM DA ERA SOVIÉTICA, QUANDO SE ALCANÇOU O NÚMERO DE 70 MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS COMO TAL. CRIADA EM 2010 COM O OBJETIVO DE ALCANCE INTERNACIONAL, A SKOLKOVO INNOVATION CITY É O MAIOR EXEMPLO DE ESFORÇO GOVERNAMENTAL PARA A ATRAÇÃO DE TALENTOS E INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS.

GASTOS EM P&D EM MILHÕES DE RUBLOS (RUB)

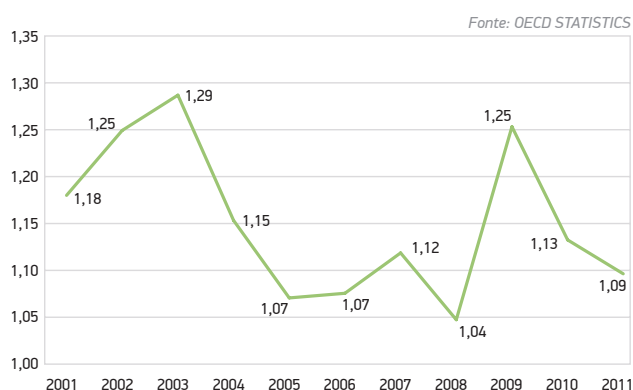


GASTOS EM P&D DE PODER DE COMPRA (PPC) - US\$ CORRENTE

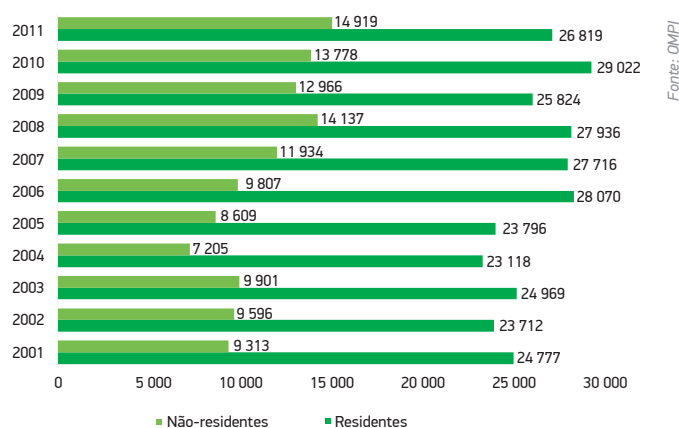


→ O MINISTÉRIO DA DEFESA CONTROLA APROXIMADAMENTE 50% DO ORÇAMENTO GOVERNAMENTAL DESTINADO À P&D NA RÚSSIA.

GASTOS EM P&D EM % PIB

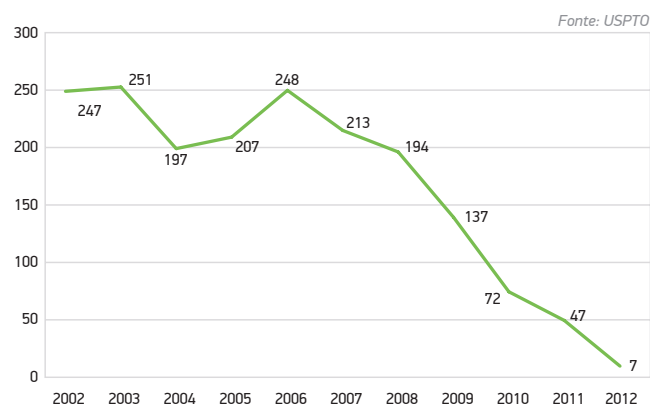


DEPÓSITOS DE PATENTES - ESCRITÓRIO NACIONAL

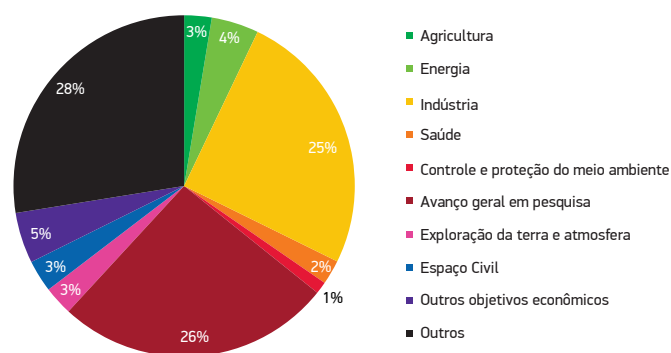


→ A RUSSIAN VENTURE COMPANY É UMA INSTITUIÇÃO VOLTADA À CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE INOVAÇÃO NACIONAL. SEU PAPEL É PROMOVER O INVESTIMENTO DE CAPITAL DE RISCO E SUPORTE FINANCEIRO À C&T.

DEPÓSITOS DE PATENTES - USPTO



GASTOS PÚBLICOS P&D POR OBJETIVO SOCIOECONÔMICO - 2008



ÁFRICA DO SUL

PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

Council on Higher Education, National Science and Technology Forum (NSTF); National Advisory Council on Innovation (NACI)

MINISTÉRIOS E SUAS AGÊNCIAS

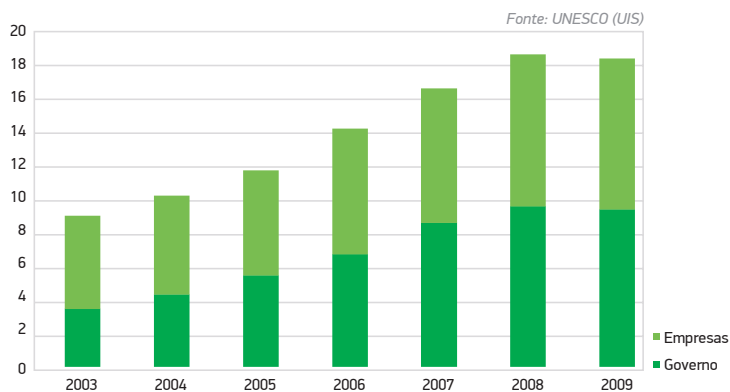
Department of Science and Technology (DST): National Research Foundation (NRF); Department of Trade & Industry: Industrial Development Corporation (IDC), Small Enterprise Development Agency (SEDA); Department of Minerals & Energy; Department of Agriculture; Department of Health: Medical Research Council; Department of Water Affairs and Forestry

INSTITUIÇÕES EM PESQUISA E INOVAÇÃO

Instituições de Educação Superior, Human Sciences Research Council (HSRC), Council for Scientific and Industrial Research (CSIR), Africa Research Institute, South Africa Energy Research Institute, South Africa Bureau of Standards, Council for Mineral Technologies (Mintek), Council for Geoscience, National Energy Research Institute, Nuclear Energy Corporation, Agricultural Research Center; Water Research Commission

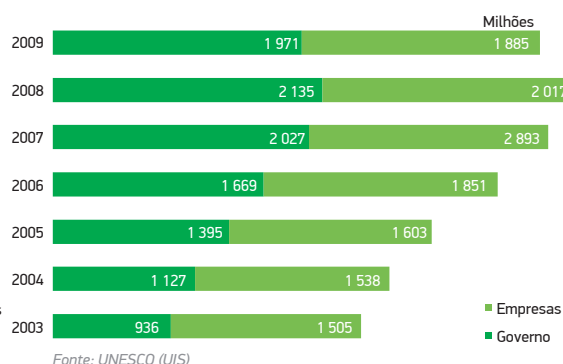
→ DIVISÃO DA NATIONAL RESEARCH FOUNDATION (NRF), A RESEARCH AND INNOVATION SUPPORT ADVANCEMENT (RISA) REPRESENTOU 75% (ZAR 685 MILHÕES) DOS GASTOS DA PRIMEIRA EM 2004/05.

GASTOS EM P&D EM MILHÕES DE RAND (ZAR)



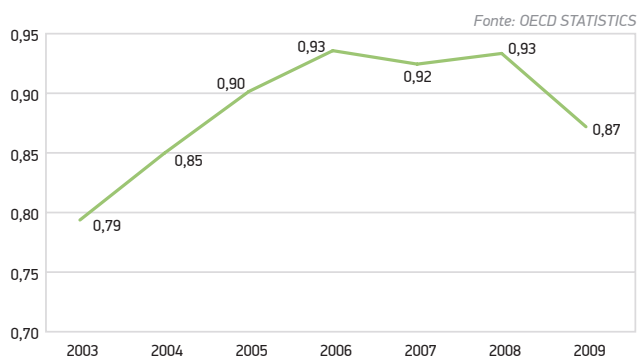
* Dados anteriores à 2003 e posteriores à 2009 não disponíveis.

GASTOS EM P&D EM PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPC) - US\$ CORRENTE



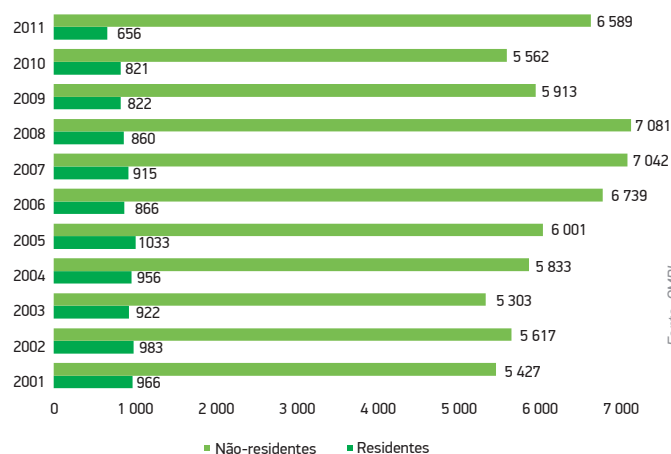
* Dados anteriores à 2003 e posteriores à 2009 não disponíveis.

GASTOS EM P&D EM % PIB



* Dados anteriores à 2003 e posteriores à 2009 não disponíveis.

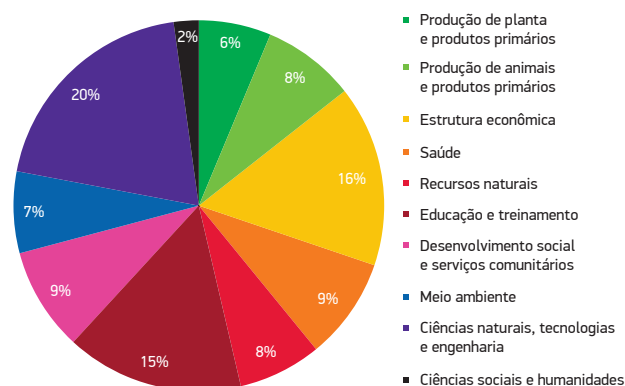
DEPÓSITOS DE PATENTES - ESCRITÓRIO NACIONAL



DEPÓSITOS DE PATENTES - USPTO



GASTOS PÚBLICOS P&D POR OBJETIVO SOCIOECONÔMICO - 2008



Fonte: National Survey of Research and Experimental Development: main results 2009/10

CHINA

PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

State Council Steering Committee of S&T and Education
Ministry of Science and Technology (MOST)

OUTROS MINISTÉRIOS

Ministry of Education (MOE), Ministry of Commerce (MOC), Ministry of Personnel (MOP)

AGÊNCIAS DE FINANCIAMENTO

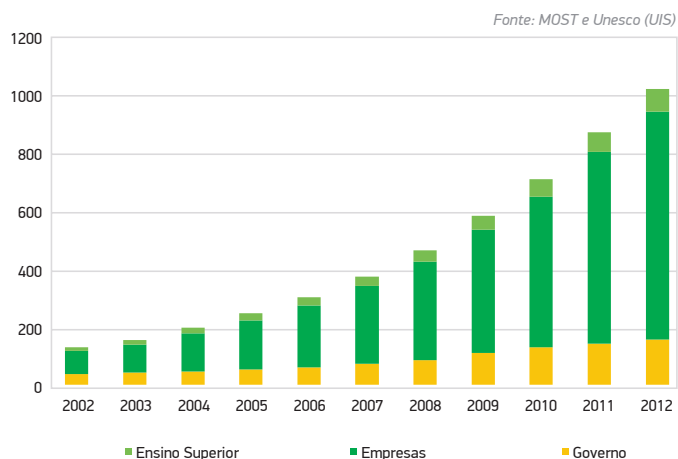
Ministry of Finance (MOF), National Natural Science Foundation of China (NSFC)

ÓRGÃOS QUE FINANCIAM E GERENCIAM INSTITUTOS DE PESQUISA

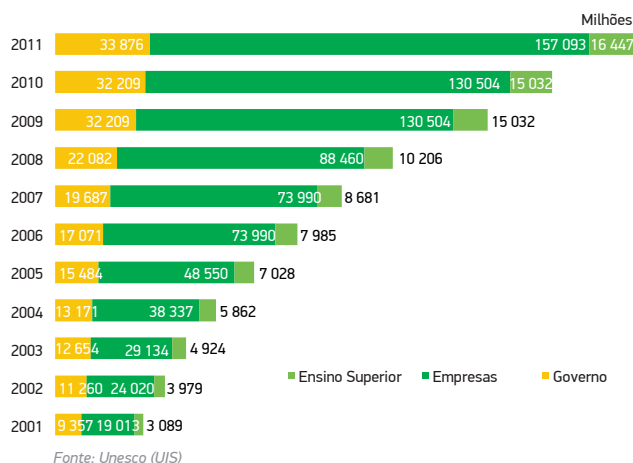
Chinese Academy of Sciences (CAS), Chinese Academy of Engineering (CAE)

→ A CHINA É O ÚNICO PAÍS ENTRE OS BRICS CUJO INVESTIMENTO PRIVADO EM P&D SUPERA O INVESTIMENTO PÚBLICO. NO INÍCIO DOS ANOS 90, O SETOR PRIVADO ERA RESPONSÁVEL POR MENOS DE 40% DOS GASTOS EM P&D; HOJE ELE ELEVOU SUA REPRESENTAÇÃO PARA MAIS DE DOIS TERÇOS DO TOTAL. EM GRANDE MEDIDA, ISSO SE DEVE À TRANSFORMAÇÃO DE INSTITUTOS DE PESQUISA GOVERNAMENTAIS (PRIS) EM EMPRESAS PRIVADAS. DE 1998 ATÉ 2003, 1149 PRIS FORAM CONVERTIDOS EM EMPRESAS.

GASTOS EM P&D EM MILHÕES DE YUANS (ZAR)

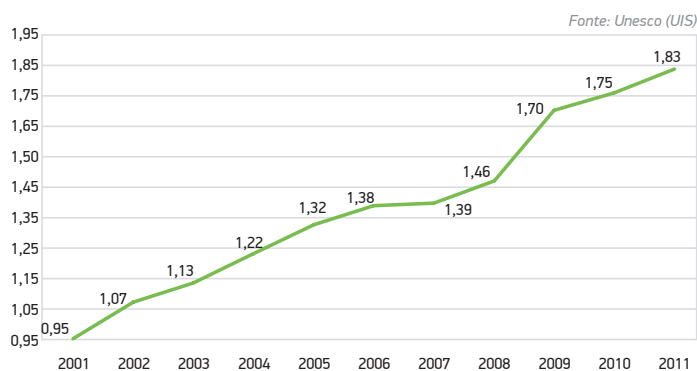


GASTOS EM P&D EM PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPC) - US\$ CORRENTE

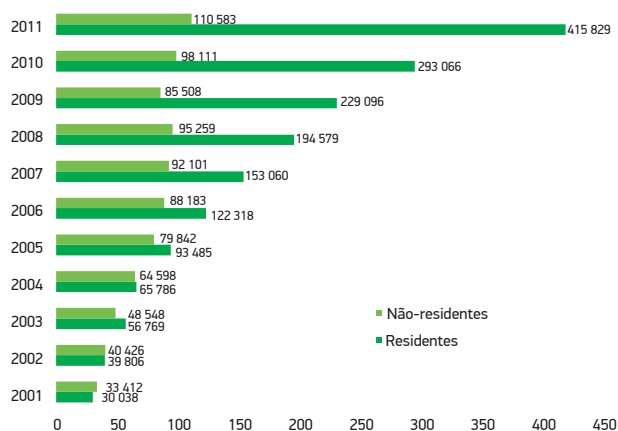


→ DE ACORDO COM OS DADOS DA UNESCO STATISTICS (UIS), AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CHINA TÊM PARTICIPAÇÃO SIGNIFICATIVA NOS INVESTIMENTOS EM P&D. NOS DEMAIS PAÍSES BRICS, ESSA PARTICIPAÇÃO É MUITO PEQUENA FRENTE A DE GOVERNOS E EMPRESAS.

GASTOS EM P&D EM % PIB



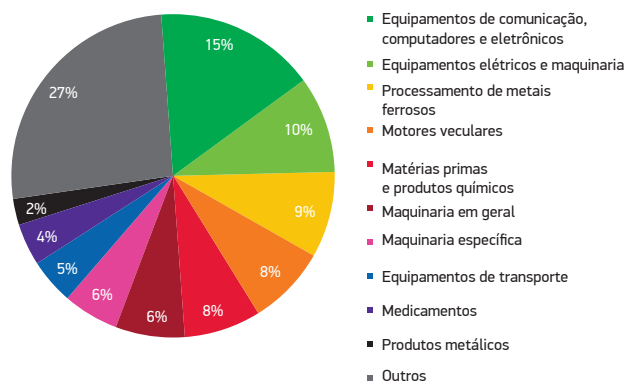
DEPÓSITOS DE PATENTES - ESCRITÓRIO NACIONAL



DEPÓSITOS DE PATENTES - USPTO



GASTOS EM P&D POR SETOR DA INDÚSTRIA - 2012



INDIA

PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS

Ministry of Science and Technology (MST)

OUTROS MINISTÉRIOS

Ministry of Earth Sciences (MoES), Ministry of Environment & Forests (MOEF), Ministry of Health & Family Welfare (MOH&FW), Ministry of Defence (MoD), Ministry of Agriculture (MOA)

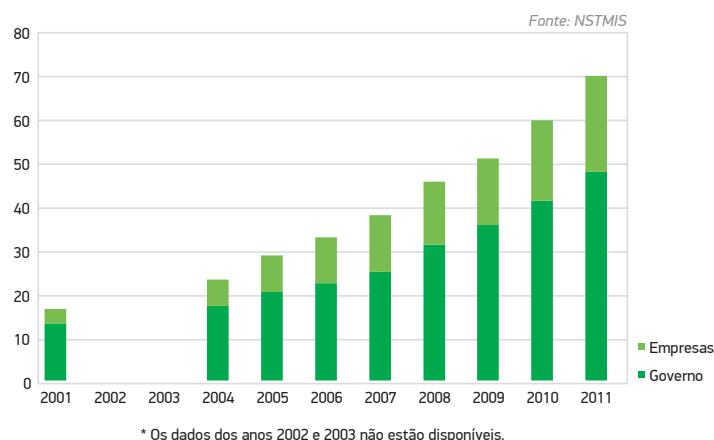
AGÊNCIAS E ÓRGÃOS MINISTERIAIS

Department of Science and Technology (DST), Department of Biotechnology (DBT), Department of Science and Industrial Research (DSIR), Department of Atomic Energy (DAE), Department of Space (DOS), Department of Research and Defense Organization (DRDO)

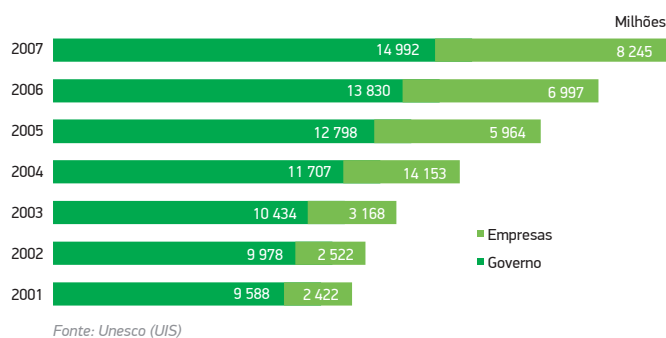
CONSELHOS E INSTITUIÇÕES DE PESQUISA

Council of Scientific & Industrial Research (CSIR), Indian Council of Medical Research ICMR), Indian Council of Agricultural Research (ICAR), Indian Space Research Organization (ISRO)

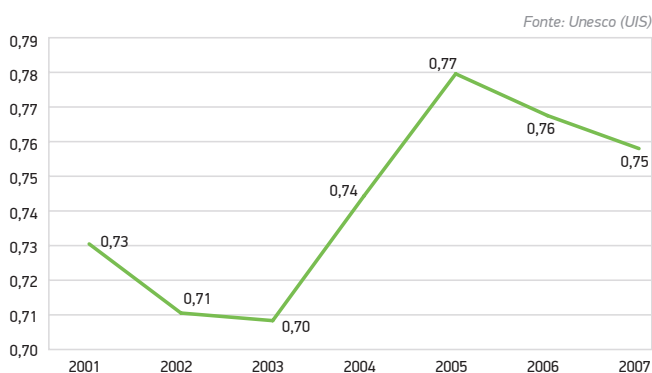
GASTOS EM P&D EM MILHÕES DE YUANS (ZAR)



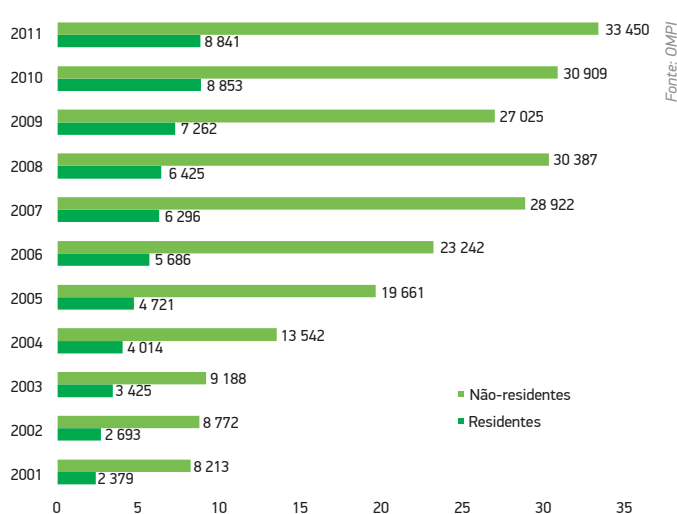
GASTOS EM P&D EM PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPC) - US\$ CORRENTE



GASTOS EM P&D EM % PIB

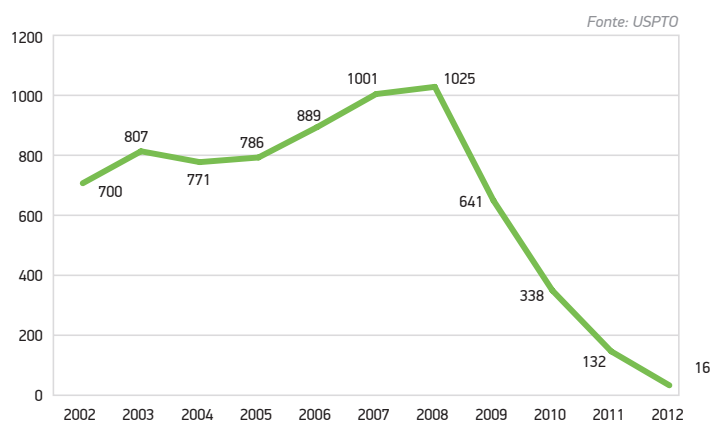


DEPÓSITOS DE PATENTES - ESCRITÓRIO NACIONAL EM MILHARES



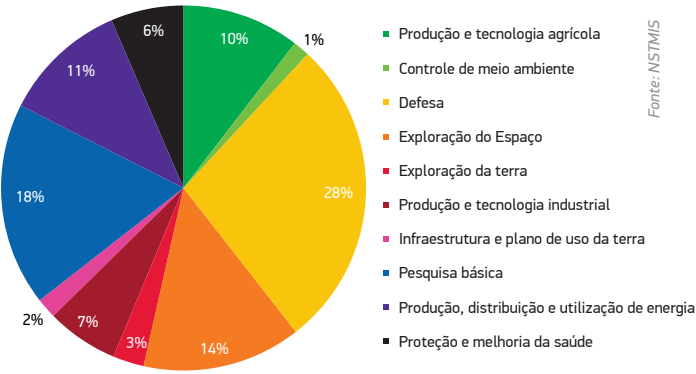
→ NA ÍNDIA, CINCO ESTADOS DO SUL DO PAÍS (MAHARASHTRA, TAMIL NADU, KARNATAKA, ANDHRA PRADESH E GUJARAT) ABRIGAM JUNTOS MAIS DE 50% DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA.

DEPÓSITOS DE PATENTES - USPTO

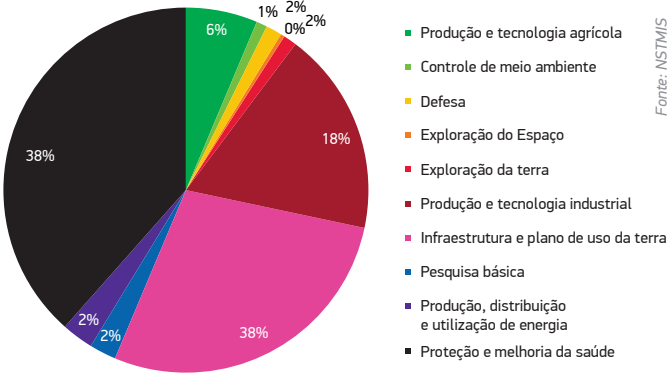


→ SE ANALISARMOS OS GASTOS PÚBLICOS EM P&D, O SETOR DE DEFESA TEM DESTAQUE NA ÍNDIA. ENTRETANTO, NOS ÚLTIMOS ANOS, O PAÍS TEM SE DESTACADO PELO CRESCIMENTO DE SUA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DEVIDO AO INVESTIMENTO PRIVADO EM P&D.

GASTOS PÚBLICOS EM P&D POR OBJETIVOS - 2012



GASTOS PRIVADOS EM P&D POR OBJETIVOS - 2012



SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NOS BRICS

AUTORES: FÁTIMA MELLO E JULIANNA MALERBA (FASE)

INTRODUÇÃO

Desde a sua constituição os BRICS têm atuado de forma cada vez mais coesa e decisiva nos fóruns que tratam da agenda econômico-financeira e têm se tornado um ator de peso crescente no sistema internacional. O volume das economias do bloco, sua participação no PIB mundial, suas dimensões demográficas e territoriais não deixam dúvidas sobre a sua relevância, o que tende a torná-lo cada vez mais também um ator político que está alterando a correlação de forças na ordem global.

Os dados aqui apresentados pretendem examinar se o modelo de desenvolvimento adotado pelos membros dos BRICS, para além de credenciá-los como atores econômicos e políticos de importância crescente na ordem global, tem o potencial de apontar para a constituição de uma nova agenda de desenvolvimento que tenha como pilar a sustentabilidade socioambiental. A riqueza produzida pelo bloco tem resultado em padrões de desenvolvimento sustentáveis e equitativos para a população dos países membros?

As taxas de crescimento econômico estão sendo acompanhadas por políticas distributivas? A exploração dos recursos naturais tem resultado em melhorias nas condições de vida da população? A sociedade tem voz e mecanismos de controle social sobre as políticas?

As relações comerciais e de investimentos entre os membros do bloco têm o potencial de se pautarem por uma complementariedade favorável à sustentabilidade? Qual é a matriz energética e o padrão das emissões de gases do efeito estufa entre os membros do bloco? Os mecanismos de cooperação econômico-financeira entre os membros, e deles com países extra-bloco, têm tentado dialogar com a agenda da sustentabilidade? Frente ao perfil dos membros do bloco quais seriam as possibilidades e bloqueios à constituição de uma agenda de desenvolvimento cujo centro seja a equidade e sustentabilidade socioambiental?

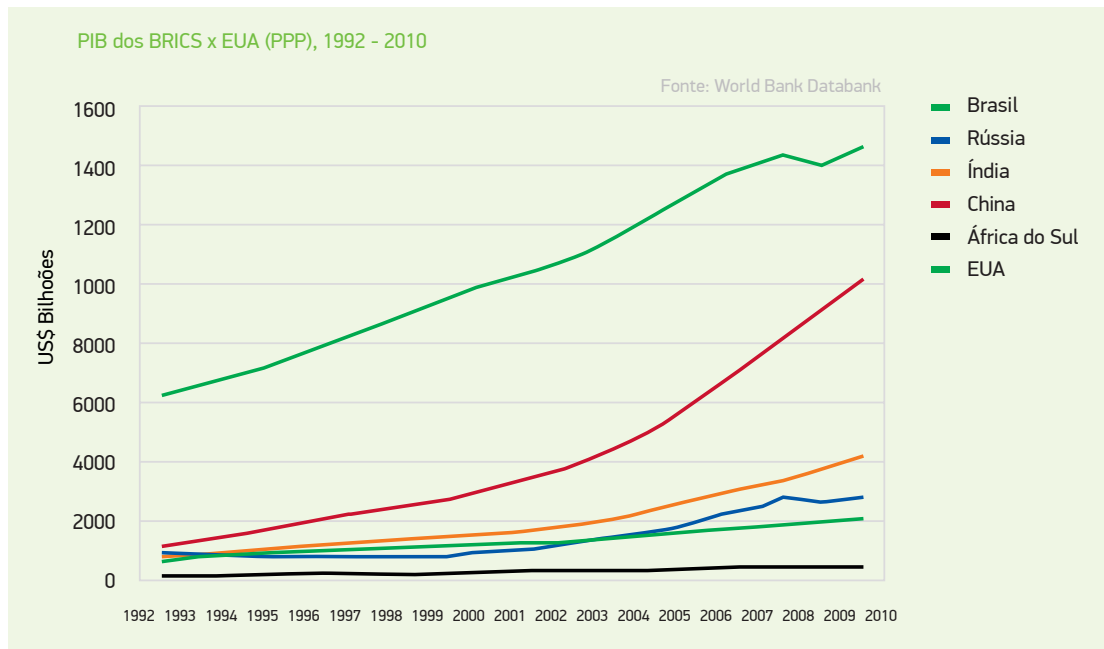
Para além de serem um novo ator econômico e político no sistema internacional, a pergunta é se os BRICS poderão atuar na constituição de uma nova agenda global, que coloque no centro não apenas a busca de altas taxas de crescimento econômico e a redução das assimetrias de poder entre o Norte e o Sul, mas sobretudo políticas que visem a distribuição da renda e da riqueza, a exploração dos abundantes e estratégicos recursos naturais que possuem os membros do bloco em prol da superação das desigualdades sociais, do bem estar dos seus cidadãos e da transição a padrões de desenvolvimento com baixas emissões de gases do efeito estufa, respeito aos direitos humanos e valorização da participação cidadã.

As informações aqui apresentadas compõem elementos iniciais de uma agenda de desafios colocados aos BRICS para que assumam um papel efetivo na democratização da ordem global, tornando-se produtores de uma riqueza e renda que se traduzam em uma agenda de transição rumo a um mundo menos desigual, mais sustentável e verdadeiramente democrático.

* Fátima Mello e Julianna Malerba são assessoras nacionais da FASE – Solidariedade e Educação.

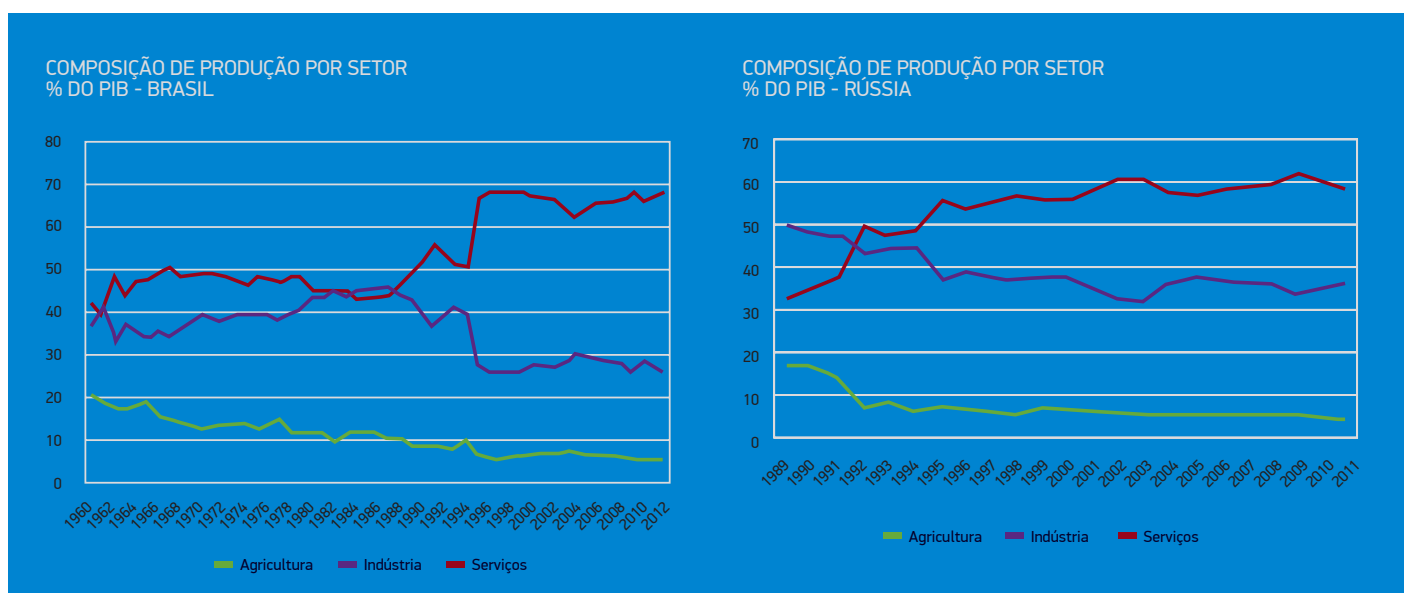
PIB

Uma primeira constatação que salta aos olhos é o crescente e grande volume do PIB da China, que aliado ao forte peso das exportações deste país não deixa dúvidas sobre o que Marcio Pochmann chama de protagonismo chinês nos BRICS que “é incontestável, em termos de contribuição à demanda global, e aprofundou-se com a crise de 2008. Seguida, em ordem decrescente de importância, por Índia, Rússia, Brasil e África do Sul, a China representa a locomotiva não apenas para o crescimento global, mas também para esse grupo dinâmico da acumulação capitalista; é, em outras palavras, o centro dentro desse novo centro. Isso tem implicações profundas sobre a estabilidade do grupo”.¹



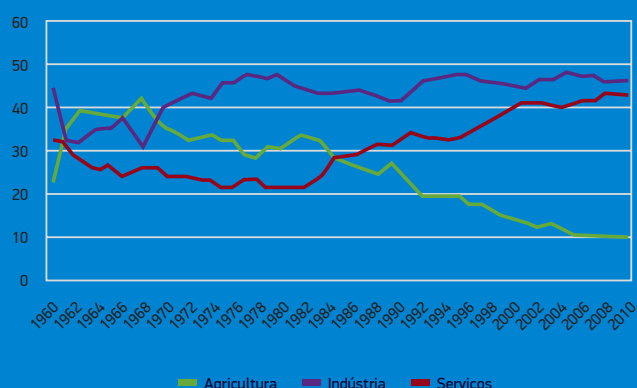
COMPOSIÇÃO DO PIB

Os gráficos abaixo demonstram tendência de queda da participação da indústria no PIB dos países cuja exploração de recursos naturais tem grande peso na economia. Este é o caso do Brasil (onde cresce o peso de setores como o agronegócio, exploração de minérios e de petróleo), África do Sul (com minérios) e Rússia (com gás). Os serviços são relevantes em todos os países do bloco, até na China, onde eles parecem tender a ultrapassar a indústria com o tempo.

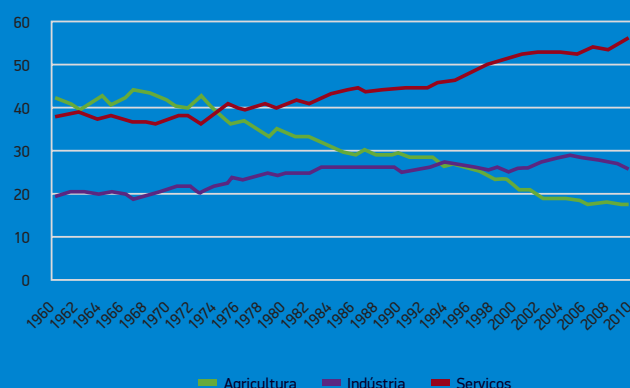


¹ Pochmann, Marcio – “Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países dos BRICS”, in O Brasil, Os BRICS e a agenda internacional, FUNAG, Brasília, 2012, <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/OBrasileosBrics.pdf>

COMPOSIÇÃO DE PRODUÇÃO POR SETOR
% DO PIB - CHINA

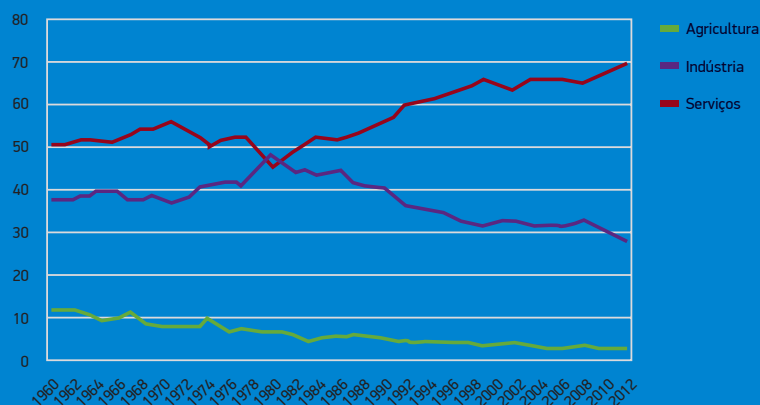


COMPOSIÇÃO DE PRODUÇÃO POR SETOR
% DO PIB - ÍNDIA



COMPOSIÇÃO DE PRODUÇÃO POR SETOR
% DO PIB - ÁFRICA DO SUL

Fonte: World Bank Databank



Dados da série histórica da Rússia iniciam no início dos anos 90.

EXPORTAÇÕES

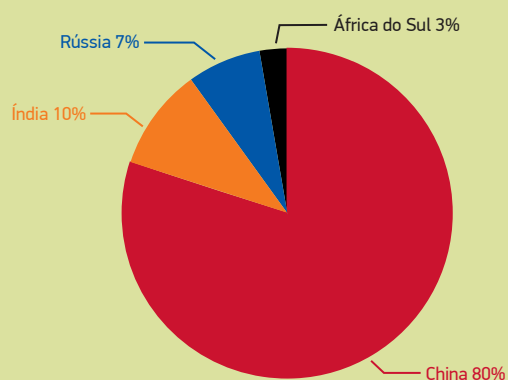
O conjunto das exportações dos BRICS para o mundo deu um salto de US\$ 494 bilhões em 2001 para US\$ 3.2 trilhões em 2012. A participação percentual dos BRICS nas exportações mundiais aumentou de 8% em 2001 para 17% em 2012. A China é a locomotiva deste salto em termos globais e também do comércio intra-bloco.²

COMÉRCIO INTRA-BLOCO

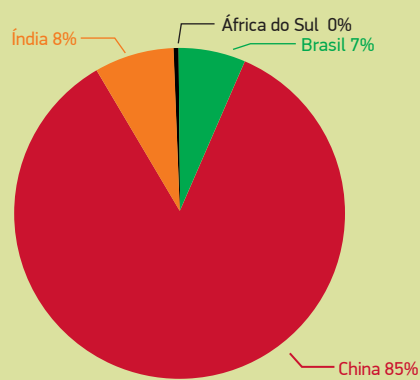
As figuras a seguir evidenciam o imenso peso da China como importador para todos membros dos BRICS. Já as exportações da China são distribuídas de forma equilibrada entre os demais membros do bloco.

² Fonte: <http://www.idc.co.za/media-room/articles/391-brics-trade-performance-focusing-on-africa>

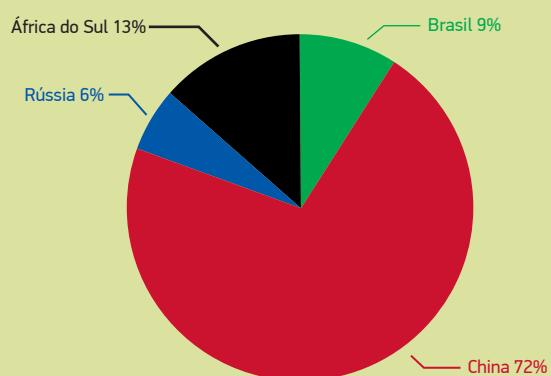
COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E OS DEMAIS BRICS



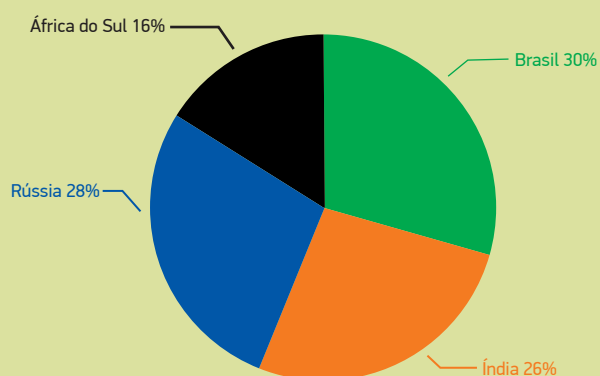
COMÉRCIO ENTRE A RÚSSIA E OS DEMAIS BRICS



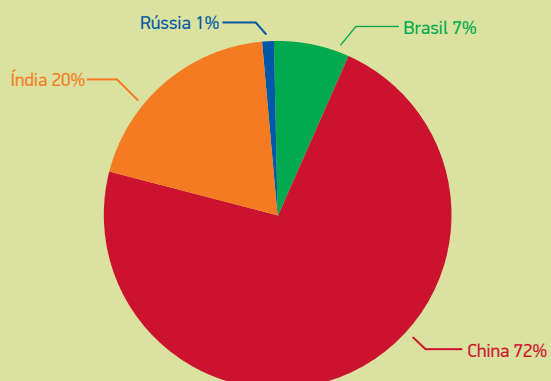
COMÉRCIO ENTRE A ÍNDIA E OS DEMAIS BRICS



COMÉRCIO ENTRE A CHINA E OS DEMAIS BRICS



COMÉRCIO ENTRE A ÁFRICA DO SUL E OS DEMAIS BRICS



Fonte: Informações baseadas no UN COMTRADE e <http://wits.worldbank.org/wits> (acesso em 28/01/2013)

A tabela abaixo indica com nitidez que Brasil, Índia, Rússia e África do Sul estão aumentando o peso das exportações de recursos naturais dentro do bloco, ao contrário da China.

PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES INTRA-BRICS, 2000 A 2007: CLASSIFICAÇÃO TECNOLÓGICA

	Brasil		China		Índia		Rússia		África do Sul	
Classificação Tecnológica	2000	2007	2000	2007	2000	2007	2000	2007	2000	2007
Baseadas em recursos naturais	64.8	72.7	4.0	-	29.5	42.7	21.0	48.9	44.8	58.8
Exportações de baixa tecnologia	1.9	3.3	21.4	11.4	17.3	-	-	-	2.4	5.4
Exportações de média tecnologia	5.4	5.2	5.0	5.6	-	5.2	26.6	19.5	13.7	10.4
Exportações de alta tecnologia	1.8	-	5.4	10.5	5.5	2.2	6.8	1.1	-	-

Fonte: WITS

Fonte: Pant, Manoj – "India and the BRICS Countries: Issues of Trade and Technology", in "BRICS - Trade Policies, Institutions and Areas for Deepening Cooperation", Centre for WTO Studies, Indian Institute of Foreign Trade, March 2013. <http://wtocentre.iift.ac.in/FA/Brics.pdf>

A tabela abaixo apresenta os principais produtos importados pela China provenientes dos demais membros dos BRICS, evidenciando o padrão primário destas trocas (minérios, petróleo e produtos agrícolas são os principais itens de exportação dos demais membros para a China).

10 COMMODITIES MAIS IMPORTADAS PELA CHINA DE OUTROS PAÍSES BRICS

Commodity	Brasil Valor		Commodity	Índia Valor	
	Milhões USD	Mudança em relação ao ano anterior (%)		Milhões USD	Mudança em relação ao ano anterior (%)
1. Minério de ferro e concentrados	22 641.6	-12.1	1. Produtos agrícolas	4 110.2	11.0
2. Produtos agrícolas	18 686.4	19.8	2. Minério de ferro e concentrados	3 676.9	-61.9
3. Gênero alimentícios	14 259.6	20.9	3. Algodão	3 030.1	14.2
4. Óleo bruto de petróleo	4 651.9	-4.8	4. Cobre em bruto e produtos de cobre	2 169.2	2.1
5. Celulose	1 641.1	-10.0	5. Diamante	1 249.8	5.1
6. Produtos mecânicos e eletrônicos	1 529.3	15.8	6. Produtos mecânicos e eletrônicos	1 206.8	-4.4
7. Óleos vegetais comestíveis	1 153.4	90.2	7. Fibras têxteis, tecidos e artigos confeccionados	1 109.5	70.9
8. Açúcar	1 132.0	-10.7	8. Plástico na sua forma primária	593.2	-5.5
9. Produtos de alta tecnologia	1 027.3	26.5	9. Produtos de alta tecnologia	461.5	-10.4
10. Aviões	940.48	24.7	10. Produtos petrolíferos refinados	419.32	557.1

10 COMMODITIES MAIS IMPORTADAS PELA CHINA DE OUTROS PAÍSES BRICS (2012)

Contd.

Commodity	Rússia Valor		Commodity	África do Sul Valor	
	milhões USD	Mudança em relação ao ano anterior (%)		milhões USD	Mudança em relação ao ano anterior (%)
1. Óleo bruto	20 485.3	25.5	1. Minério de ferro e concentrados	5 530.0	-14.3
2. Produtos petrolíferos refinados	6 144.0	29.7	2. Carvão e lignito	1 569.3	34.9
3. Carvão e lignito	2 399.4	51.2	3. Diamante	1 373.4	10.0
4. Minério de ferro e concentrados	1 774.7	-35.8	4. Minério de cromo	880.7	-29.5
5. Fertilizantes	1 672.0	46.8	5. Minério de manganês e concentrados	567.3	-17.5
6. Toras de madeira	1 562.2	-26.1	6. Produtos agrícolas	425.1	18.2
7. Produtos agrícolas	1 555.8	-8.1	7. Óleo bruto	364.7	
8. Madeira serrada	1 283.5	-2.9	8. Produtos mecânicos e eletrônicos	257.8	89.9
9. Peixe congelado	1 281.9	-16.6	9. Sucata de metal	188.4	56.5
10. Celulose	713.2	-21.4	10. Celulose	178.8	-7.6

Fonte (Páginas 06 e 07): General Administration of Customs of the People's Republic of China in BRICS Joint Statistical Publication, 2013 - http://www.statssa.gov.za/news_archive/Docs/FINAL_BRICS%20PUBLICATION_PRINT_23%20MARCH%202013_Reworked.pdf

O perfil das trocas entre os membros do bloco revela que ocorre uma complementariedade baseada na forte demanda da China por matérias primas e na respectiva dependência dos demais países em exportar recursos naturais para aquele país. No caso das trocas entre Brasil e China Marcio Pochmann afirma que “as relações comerciais Brasil-China, entre 2000 e 2010, tiveram crescimento superior à elevação do comércio entre o Brasil e o mundo. Entre 2000 e 2010, as exportações brasileiras para a China elevaram-se de US\$ 1,1 bilhão – 2% do total das exportações do Brasil – para US\$ 30,8 bilhões – 15% do total, ao passo que as importações brasileiras da China cresceram de US\$ 1,2 bilhão – 2% do total – para US\$ 25,6 bilhões – 14% do total. Ao longo desse período, o saldo foi positivo para o Brasil em seis anos. (...) Todavia, a pauta de exportações brasileiras vem se concentrando em produtos básicos. Entre 2000 e 2009, os produtos básicos passaram de 68% para 83% da pauta.

Os produtos que apresentaram a maior participação nas exportações, em 2010, foram minérios (40%), oleaginosas (23%) e combustíveis minerais (13%), que juntos responderam por 76% das exportações brasileiras.”³ Portanto, a tendência brasileira a concentração da pauta exportadora em produtos primários revela que a ampliação do comércio entre membros do bloco está longe de romper com um padrão desigual de trocas. Ao contrário, o estreitamento das relações com a China tem se revelado um importante fator de aprofundamento do lugar primário-exportador do Brasil. O mesmo ocorre para a América do Sul, que ancora suas exportações cada vez mais fortemente na demanda chinesa por recursos naturais.

O perfil das relações comerciais entre China e África do Sul também é marcado por assimetrias que resultam em impactos negativos importantes, com destaque para a perda de postos de trabalho: “a principal federação sindical da África do Sul, o Congresso de Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), tem sido particularmente crítica a respeito do crescimento das exportações da China para a África do Sul. Ao longo dos últimos anos, a indústria de calçados Sul-Africana foi essencialmente eliminada por importações mais baratas da China. Mais recentemente, a indústria têxtil tem sido vítima do tsunami de exportação da China (a China é hoje o maior exportador mundial de têxteis, com aumentos de US\$ 7,2 bilhões em 1990 para os US\$ 41,1 bilhões em 2005; 469% de crescimento ao longo de quinze anos). A COSATU tem sido cada vez mais explícita contra as importações chinesas e o impacto sobre o emprego na África do Sul. Rudi Dicks, coordenador do COSATU, estima que as perdas de emprego no setor de vestuário e dos têxteis estão entre 75 mil e 85 mil, onde há pouca perspectiva de reemprego na indústria ou em uma indústria relacionada. O Sindicato de Trabalhadores do Vestuário e dos Têxteis da África do Sul (SACTWU) calculou a perda de 75 mil empregos entre 1995 e 2005 (de uma alta de 230 000 pessoas empregadas na indústria em 1995). Dado os já elevados níveis de desemprego e pobreza na África do Sul, essas perdas foram descritas pelo SACTWU como “inaceitáveis”. ”⁴

EXPORTAÇÕES EM PERCENTUAIS DO TOTAL DE MERCADORIAS

MATÉRIAS-PRIMAS AGRÍCOLAS: % DO TOTAL DE MERCADORIAS EXPORTADAS, EM US\$

Fonte: World Bank Data Bank

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	11,9	3,9	4	2,6	3,4	5,2	4,8	3,8	3,9
Rússia							3,1	2,8	2,1
Índia	5,6	4	5	2,8	4,1	1,3	1,3	1,3	2
China				5,1	3,5	1,7	1,1	0,5	0,5
África do Sul		6,7	2,5			4	3,4	2	1,9

Baixa participação percentual e tendência de queda de todos os membros.

³ Pochmann, *op.cit.*

⁴ Fonte: <http://www.osisa.org/books/regional/doubts-about-development-civil-society-and-china%E2%80%99s-role>

ALIMENTOS: % DO TOTAL DE MERCADORIAS EXPORTADAS, EM US\$

Fonte: World Bank Data Bank

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	63,3	54,1	46,3	36,8	27,7	28,7	23,4	25,8	31,1
Rússia							1,2	1,6	1,9
Índia	29,7	37,7	28,2	25,3	15,6	18,7	12,8	9	8,3
China				12,6	12,7	8,2	5,4	3,2	2,8
África do Sul		28,7	8,7			8	8,5	8,5	8,7

Tendência de queda para todos os membros. No caso do Brasil é grande o peso percentual nos anos 70 mas com tendência de queda até meados dos anos 2000, quando volta a ocorrer elevação muito expressiva entre os anos 2000 e 2010. A Índia tem elevação em meados dos anos 70. Há uma diferença significativa da participação dos alimentos na pauta exportadora brasileira em comparação com os demais membros do bloco. A despeito das variações entre 1970 e 2010, é muito expressivo o peso que o setor mantém na pauta atual de exportações, representando 30% dela. Nos outros países não ultrapassa 9%, mesmo na Índia onde a exportação de alimentos chegou a representar quase 40% das exportações na década de 70.

COMBUSTÍVEIS: % DO TOTAL DE MERCADORIAS EXPORTADAS, EM US\$

Fonte: World Bank Data Bank

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	0,6	2,3	1,8	6,4	2,2	0,9	1,6	6	10,1
Rússia							50,6	61,8	65,6
Índia	0,8	0,9	0,4	6	2,9	1,7	3,4	10,3	16,9
China				25,8	8,3	3,6	3,1	2,3	1,7
África do Sul		1,3	3,8			8,9	10	10,3	9,9

Todos com tendência de elevação (ainda que com oscilações) exceto a China que tem forte queda em 1985 e hoje tem peso irrisório. A China é um grande consumidor de combustíveis.

MANUFATURAS: % DO TOTAL DE MERCADORIAS EXPORTADAS, EM US\$

Fonte: World Bank Data Bank

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	13,2	25,3	37,2	43,7	51,9	53,5	58,4	53	37,1
Rússia							23,6	18,8	14,1
Índia	51,7	44,9	58,6	58,1	70,7	73,5	77,8	71,1	63,8
China				26,4	71,6	84,1	88,2	91,9	93,6
África do Sul		26,7	18,2			43,5	53,8	56,7	46,6

China e Índia têm grande peso no percentual total, sendo que no caso da China é muito mais significativo, chegando a quase 94 %. China teve forte pico entre meados dos anos 80 e 1990. No caso da Índia observa-se elevação nos anos 80 e 90, mas vem caindo significativamente. Brasil observou tendência de elevação exceto em 2010. Entre 2000 e 2010, todos caem bastante, exceto a China, o que pode estar vinculado à expansão trabalho-intensiva das manufaturas chinesas que diminui a competitividade dos demais países e indica uma tendência a desindustrialização. Rússia em queda. África do Sul em elevação desde meados dos anos 90 mas volta a cair em 2010.

MINÉRIOS E METAIS: % DO TOTAL DE MERCADORIAS EXPORTADAS, EM US\$

Fonte: World Bank Data Bank

	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	10,1	12,4	9,4	9,4	13,6	10,3	9,8	9,6	17,8
Rússia							9,3	6,7	5,6
Índia	11,9	12,3	7,5	7,6	5,2	3,3	2,7	7,2	7
China				1,5	2,1	2,1	1,9	1,9	1,4
África do Sul		15,4	7			8,1	10,8	22,4	32,7

Observa-se elevação muito expressiva nos casos do Brasil e da África do Sul no período 2000-2010, exatamente quando as manufaturas perdem terreno. Os demais membros têm peso baixo, sendo que a Índia tinha peso um pouco maior nos anos 70 e 80, caiu nos 90 e voltou a crescer nos anos 2000.

EXPORTAÇÕES DE ALTA TECNOLOGIA (% DAS EXPORTAÇÕES DE MANUFATURAS)

Fonte: World Bank Data Bank

	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	6,5	4,9	18,7	12,8	11,2
Rússia			16,1	8,4	9,3
Índia	3,9	5,8	6,3	5,8	7,2
China		10,4	19	30,8	27,5
África do Sul		5,7	7	6,7	4,3

Exportações de alta tecnologia - China observa forte elevação, Índia em elevação. Brasil tem pico nos anos 2000 mas volta a cair. Rússia e África do Sul em queda.

ICT (% DOS BENS EXPORTADOS)

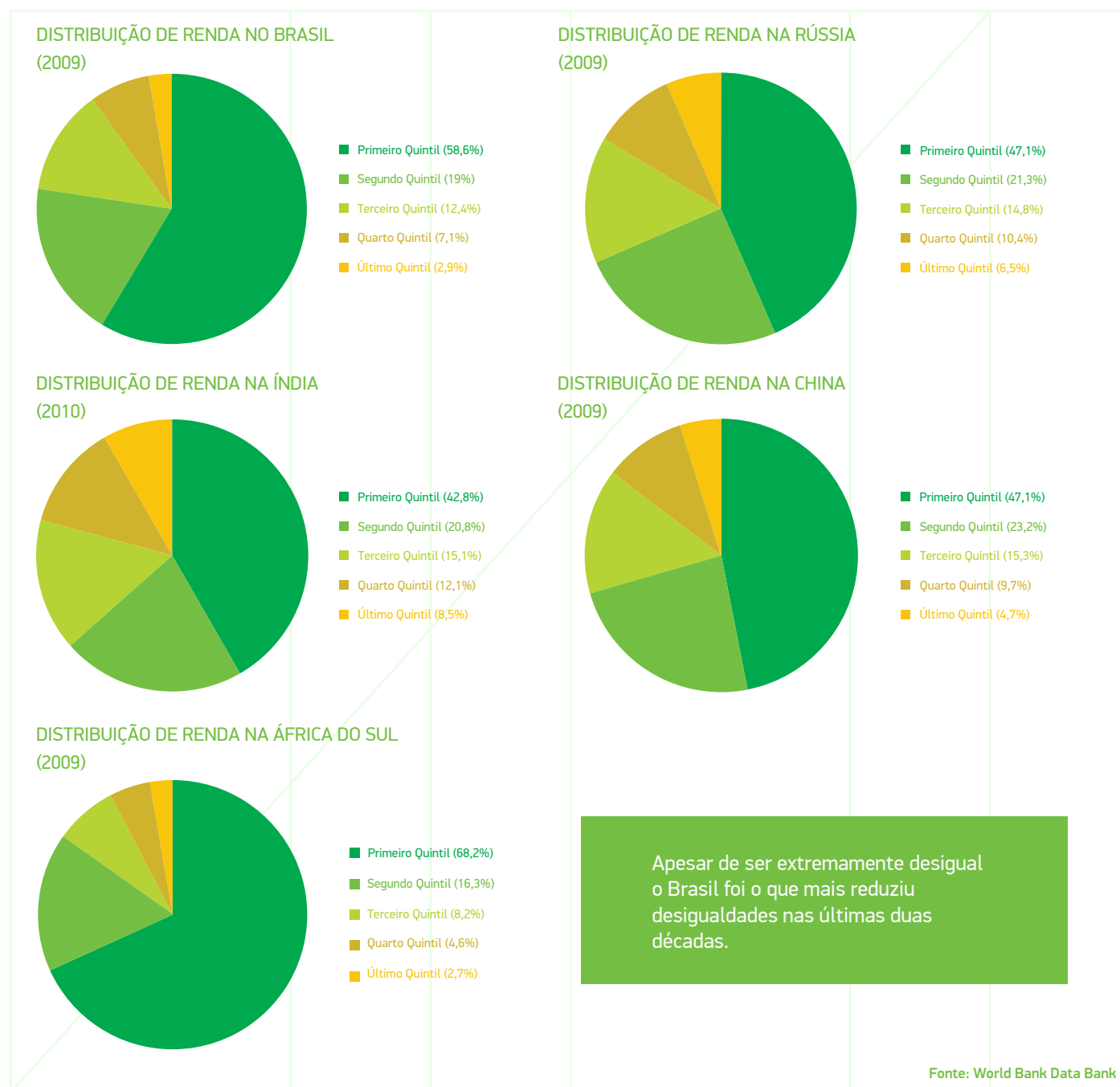
Fonte: World Bank Data Bank

	2000	2005	2010
Brasil	4	3,1	1
Rússia	0,4	0,2	0,2
Índia	1,7	1,1	2
China	17,7	30,7	29,1
África do Sul	1,6	1,2	1

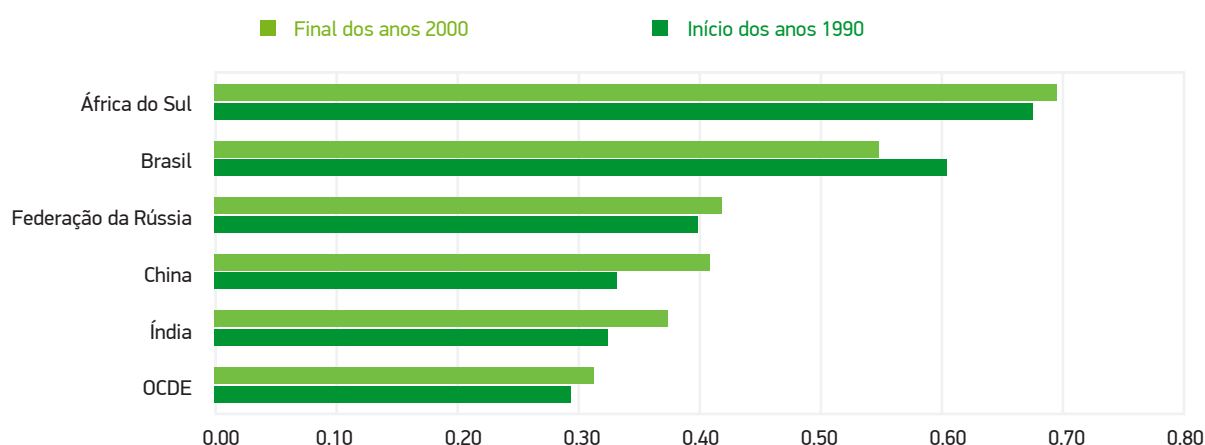
ICT – Somente a China tem peso significativo e percentual em elevação. Os demais membros têm baixíssimo percentual.

DESIGUALDADES

Todos os membros dos BRICS são extremamente desiguais, sendo África do Sul e Brasil os que mais concentram renda, e a Índia a que menos concentra.



MUDANÇAS NOS NÍVEIS DE DESIGUALDADE ENTRE O INÍCIO DOS ANOS 1990 E O FINAL DOS ANOS 2000.
COEFICIENTE DE GINI DA RENDA FAMILIAR.



Fonte: Banco de dados da OCDE sobre as economias emergentes e World Bank, World Development Indicators. OECD Divided We Stand. 2011. Acesso em: <http://dx.doi.org/10.1787/888932535432>

1. Os dados para o início dos anos 1990 geralmente se referem a 1993, enquanto os dados para o final dos anos 2000 geralmente se referem a 2008.

2. Os Coeficientes de Gini são baseados na equalização das rendas dos países da OCDE e na renda per capita de todas as economias emergentes, exceto a Índia e Indonésia para as quais foram utilizados o consumo per capita.

ENERGIA

Matriz energética, matriz elétrica e energias renováveis e alternativas

Os BRICS são grandes produtores e consumidores de energia, embora o consumo *per capita* nestes países ainda esteja abaixo da média dos países da OCDE, que corresponde a 4,39 tep/hab.

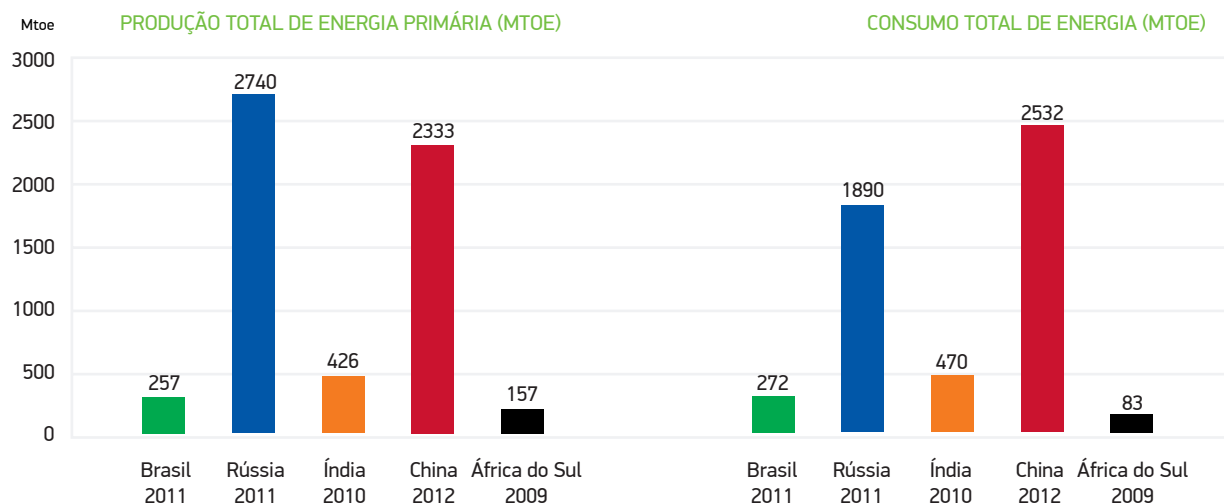
“Segundo os dados da Agência Internacional de Energia (AIE), para o ano de 2010 Brasil, Rússia, Índia e China respondem por 32% da demanda de energia mundial.⁵ Entre eles o destaque fica com a China com 2.417 milhões de tep (toneladas equivalentes de petróleo), que correspondem a 19% da demanda de energia do mundo. A Rússia vem em seguida com 701 milhões de tep (6% da demanda mundial), depois a Índia com 692 milhões de tep (5%) e finalmente o Brasil com 265 milhões de tep (2%).

Embora a China apresente a maior demanda de energia do mundo, seu consumo *per capita* (1,81 tep/hab) está abaixo da média mundial (1,86 tep/hab). Do mesmo modo a Índia que, mesmo alcançando 5% da demanda mundial, apresenta um baixo consumo *per capita* (0,59 tep/hab). Por outro lado, a Rússia apresenta um consumo *per capita* de energia (4,95 tep/hab) de país desenvolvido. O consumo brasileiro (1,36 tep/hab) fica em uma posição intermediária entre os BRICS, um pouco abaixo do consumo chinês. Para situar esses valores, os Estados Unidos, segundo maior consumidor de energia do mundo, têm uma demanda *per capita* de 7,15 tep/hab”.

A África do Sul encontra-se em um patamar energético menor em relação a estes países. Sua demanda é de 136 Mtep e seu consumo *per capita* é de 2,74 tep/hab.⁶

⁵ Demanda significa Demanda Interna Bruta; ou seja, a quantidade de energia que é colocada à disposição do país para ser transformada e/ou consumida diretamente, incluída tanto as perdas de transformação quanto as perdas de transporte, distribuição, estocagem e armazenamento.

⁶ Bicalho, Ronaldo. A energia dos Brics <http://infopetro.wordpress.com/2013/01/07/a-energia-dos-brics/>



Fonte: BRICS Joint Statistical Publication, 2013 - http://www.statssa.gov.za/news_archive/Docs/FINAL_BRICS%20PUBLICATION_PRINT_23%20MARCH%202013_Reworked.pdf

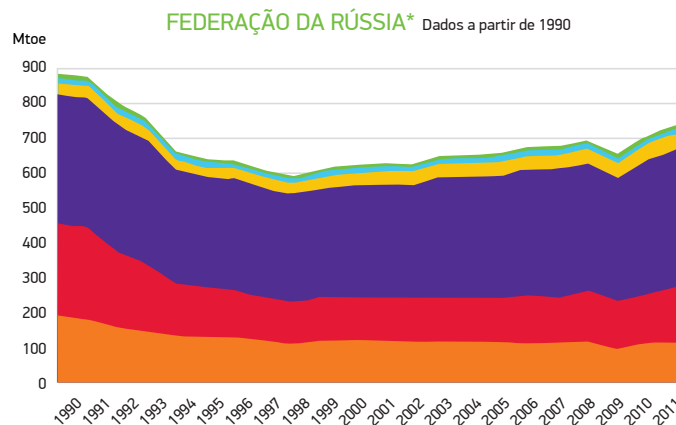
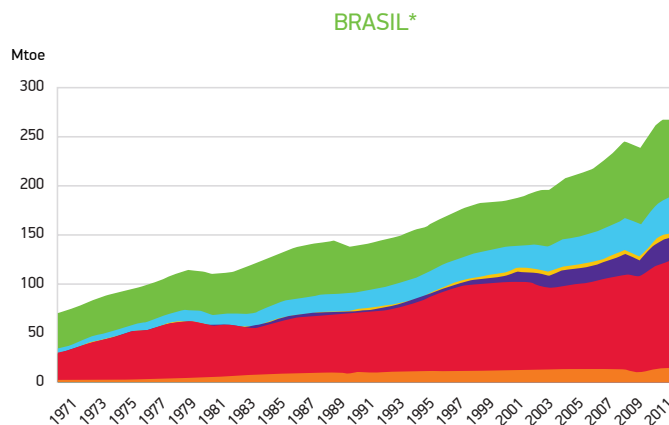
Matriz energética é toda a energia disponibilizada para ser transformada, distribuída e consumida nos processos produtivos. É uma representação quantitativa da oferta de energia, ou seja, da quantidade de recursos energéticos disponibilizados por um país ou por uma região. De maneira geral, os principais recursos energéticos são ofertados na forma de combustíveis e de geração de energia elétrica.

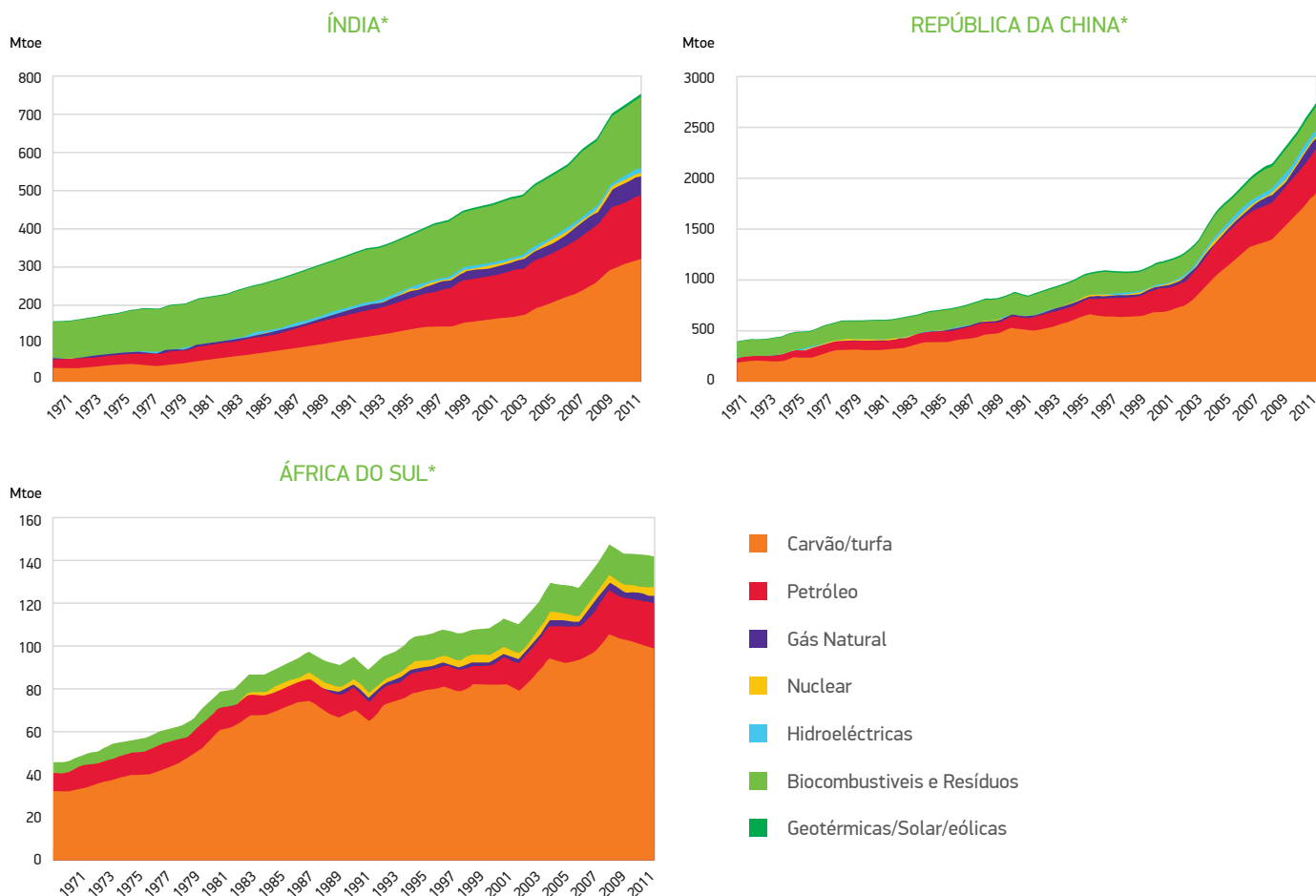
Matriz elétrica representa a quantidade de energia elétrica ofertada dentro de uma determinada matriz energética, quaisquer que sejam as fontes (renováveis ou não renováveis) a partir das quais a eletricidade é produzida.

MATRIZ ENERGÉTICA

Os gráficos a seguir apresentam a evolução histórica do perfil da matriz energética de cada país membro do bloco. Observa-se um crescimento vertiginoso da demanda energética nesses países desde a década de 70, exceto no caso da Rússia, cuja série histórica inicia nos anos 90. Este crescimento é revelador dos grandes desafios em curso para promoção de sustentabilidade frente a uma crescente e acelerada demanda energética. Registra-se também, ainda que as fontes sejam distintas, um forte peso dos combustíveis fósseis na composição das matrizes. Mesmo sendo o país com menor participação dos fósseis em sua matriz energética, os índices de participação dos combustíveis fósseis (gás, carvão e petróleo) na matriz energética brasileira é de mais de 50%. Em 2011 a África do Sul teve uma participação de quase 70% do carvão em sua matriz.

OFERTA TOTAL DE ENERGIA PRIMÁRIA





© OECD/IEA 2013

* exclui o comércio de electricidade

Para dados mais detalhados, por favor consultar o serviço online: <http://data.oea.org>

Fonte: IEA Energy Statistics, estatística na web: <http://www.iea.org/statistics/>

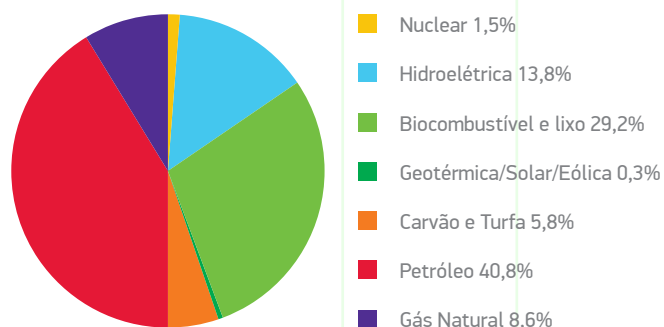
Ainda que com perfis energéticos distintos, todos os membros dos BRICS vêm tendo um papel relevante na evolução do contexto energético mundial pelo acelerado crescimento de sua demanda energética e deverão ter cada vez mais influência sobre o comportamento da oferta e consumo de energia a nível global. “Em termos de dependência energética, a África do Sul é uma exportadora líquida de energia (-12%), essencialmente carvão (92% das exportações energéticas). No entanto, importa praticamente todo o petróleo e derivados que utiliza. Se Brasil, China e Índia importam, em termos líquidos, respectivamente, 9%, 14% e 26% da energia que demandam, a Rússia exporta, em termos líquidos, o correspondente a 83% do que demanda. Isto faz com que China, Índia e Brasil sejam responsáveis por 8%, 5% e 1%, respectivamente, das importações mundiais de energia, ao passo que a Rússia se encarrega de 12% das exportações.

No caso específico da dependência energética do petróleo e derivados, a importação líquida da China alcança 59% da sua demanda e a da Índia 76%. Já no caso da Rússia esses valores atingem (-) 256% – o que significa, na verdade, uma exportação líquida de petróleo –, e no do Brasil, praticamente, 0%, significando uma importação praticamente igual à exportação – a chamada autossuficiência”⁷.

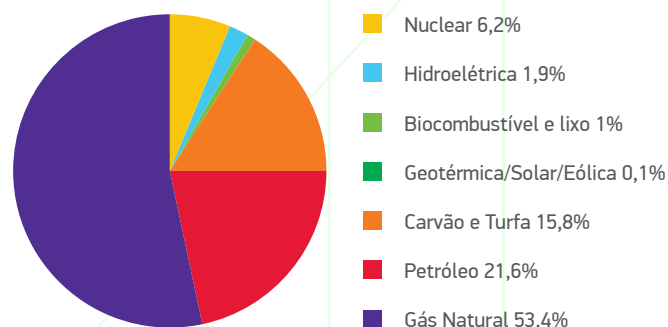
⁷ Idem

COMPOSIÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA EM 2011

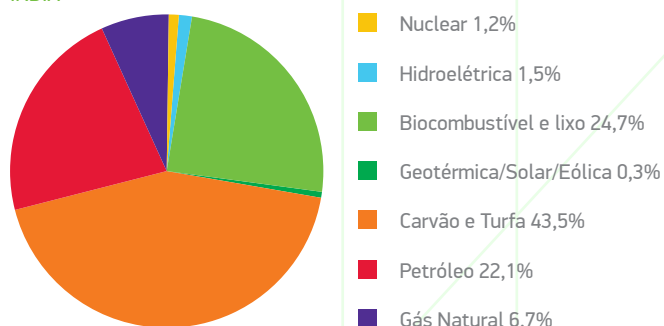
BRASIL



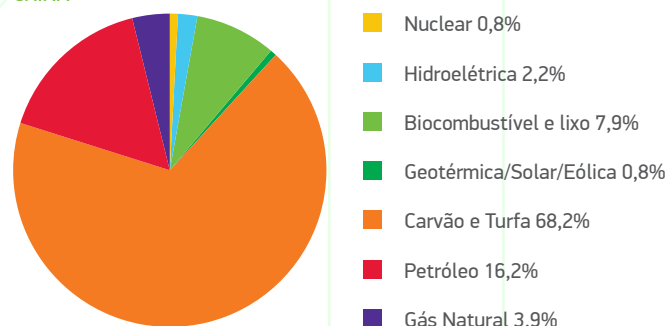
RÚSSIA



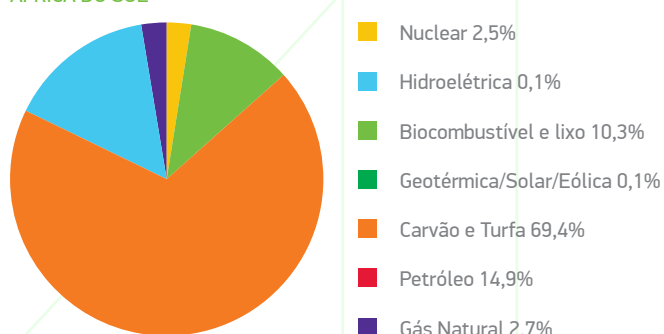
ÍNDIA



CHINA



ÁFRICA DO SUL



Fonte: Agência Internacional de Energia

⁷ Idem.

PERFIL DE EMISSÕES DE CO² – SÉRIE HISTÓRICA DE SETORES SELECIONADOS

EMISSIONES PROVENIENTES DA GERAÇÃO DE ELETRICIDADE (% COMBUSTÃO)

Fonte: Agência Internacional de Energia

	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	10,7	11,3	14,1	14,3	13,3	16,5	18,2	18
Rússia				55,9	60	60,9	61,6	56,6
Índia	27,7	31,4	37,7	43,4	51,2	56,7	58,9	57,6
China	17,9	25	25,9	32,2	39,3	48,8	52,7	53
África do Sul	48,1	46,6	54,4	56,3	60,6	63,5	63,8	69,2

EMISSIONS DE RESIDÊNCIAS, COMÉRCIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS (% COMBUSTÃO)

Fonte: Agência Internacional de Energia

	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	5,5	5,7	7,3	8,4	8,1	7	5,9	5,1
Rússia				13,1	10,4	10,7	9,2	8,6
Índia	12,1	12,3	11,2	9,9	8,6	7,6	6,9	5,5
China	19,6	17,3	18,7	16,5	11,7	8,6	6,5	6,1
África do Sul	6,5	4,8	4,1	4,4	4,4	2,5	6,8	4,3

EMISSIONS DE TRANSPORTE (% COMBUSTÃO)

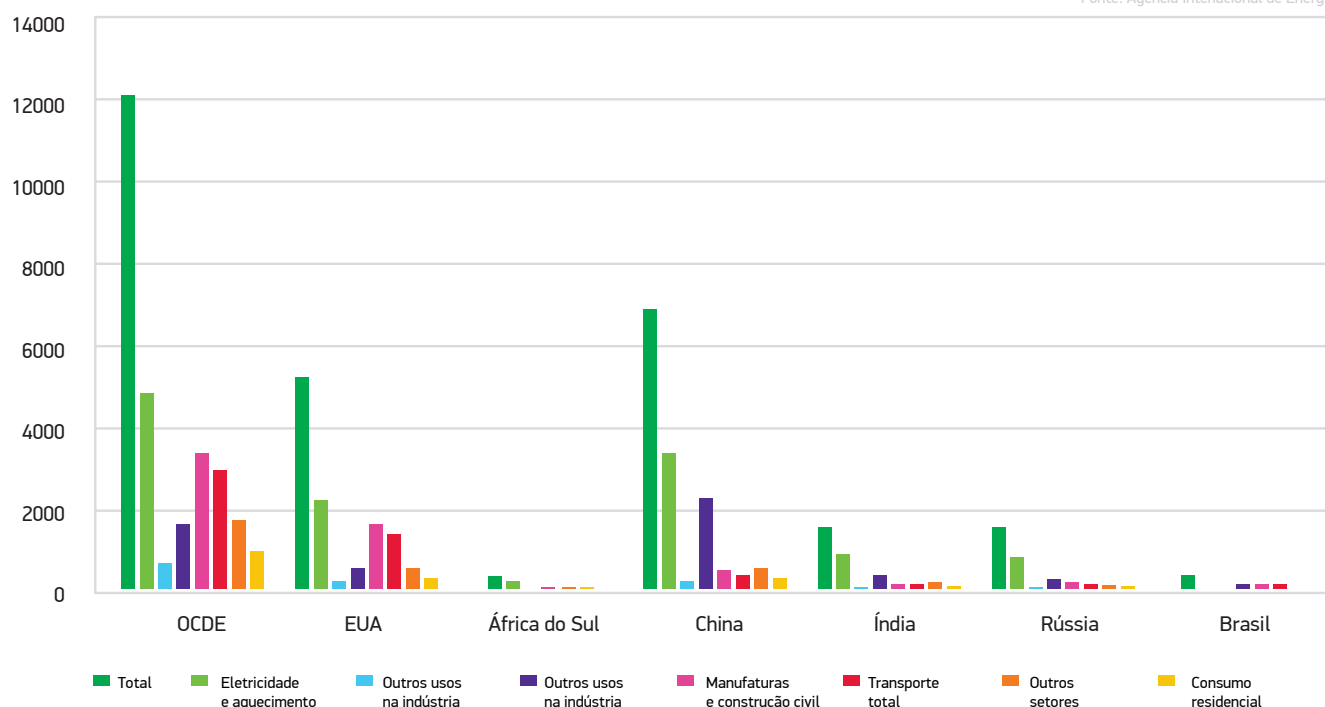
Fonte: Agência Internacional de Energia

	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Brasil	47,7	40,2	41,3	41,9	42,9	40,9	42	42,8
Rússia				13,6	12	12,5	14,4	15,3
Índia	21,4	20	16,5	14,3	13,8	9,7	8,7	9,9
China	6,3	5,7	5,8	5,3	5,1	8,1	7,2	7
África do Sul	15,3	12,1	11,4	11,5	12,7	12	13	11

EMISSIONS DE CO2 POR SETOR - BRICS (2010)

Mtoe (CO₂)

Fonte: Agência Internacional de Energia

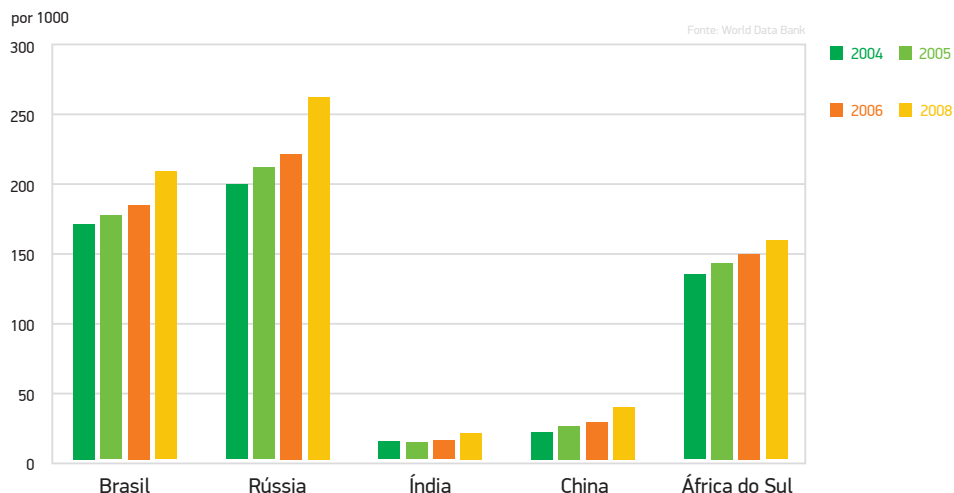


Na China, Rússia, Índia e África do Sul o setor de eletricidade e aquecimento apresenta os índices mais elevados de emissões, um perfil semelhante ao dos países da OCDE e EUA. No Brasil, o setor de transportes lidera as emissões de CO₂.

China, Índia, Brasil e Rússia têm no setor de manufaturas e construção civil sua segunda maior fonte de emissões. Na África do Sul o setor de transportes é o segundo maior responsável pelas emissões de CO₂ do país. Em todos os países as emissões dos setores residenciais, de comércio e serviços públicos são baixas. Mesmo na China e Índia, onde esses setores tiveram um peso maior nas décadas de 1970 e 1980, o percentual dessa participação diminuiu significativamente nos últimos 20 anos.

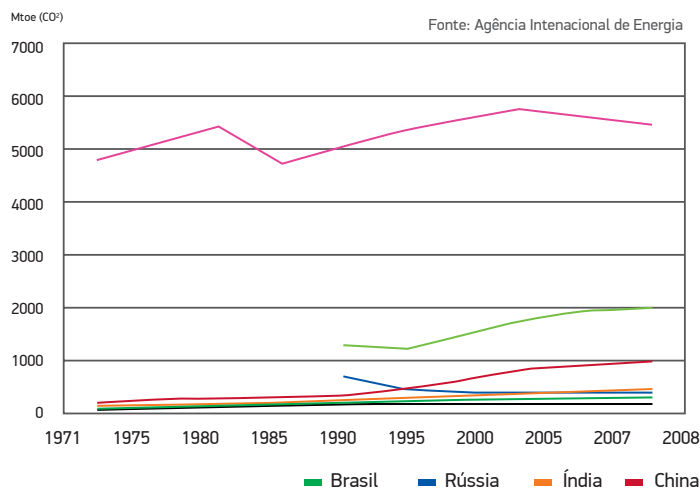
Os dados que apresentam o índice de aumento de veículos motorizados nos países dos BRICS sugerem que a tendência ao aumento das emissões do setor de transportes está presente em todos os países, ainda que em termos absolutos o número de veículos motorizados seja bastante distinto.

VEÍCULOS MOTORIZADOS

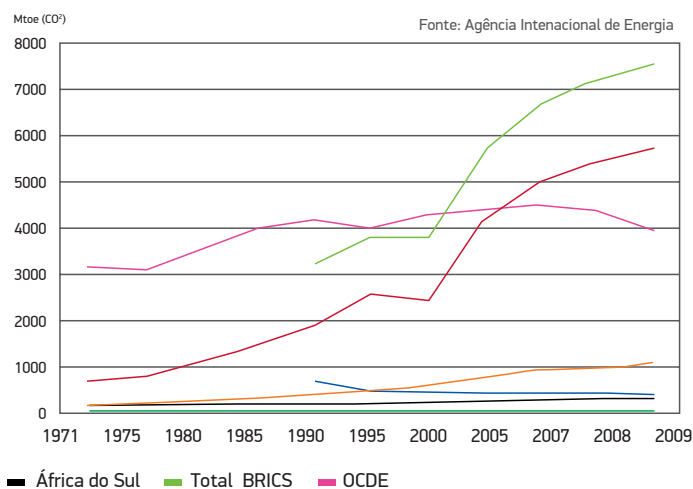


PERFIL DAS EMISSÕES DE CO2 POR FONTE

PETRÓLEO



CARVÃO



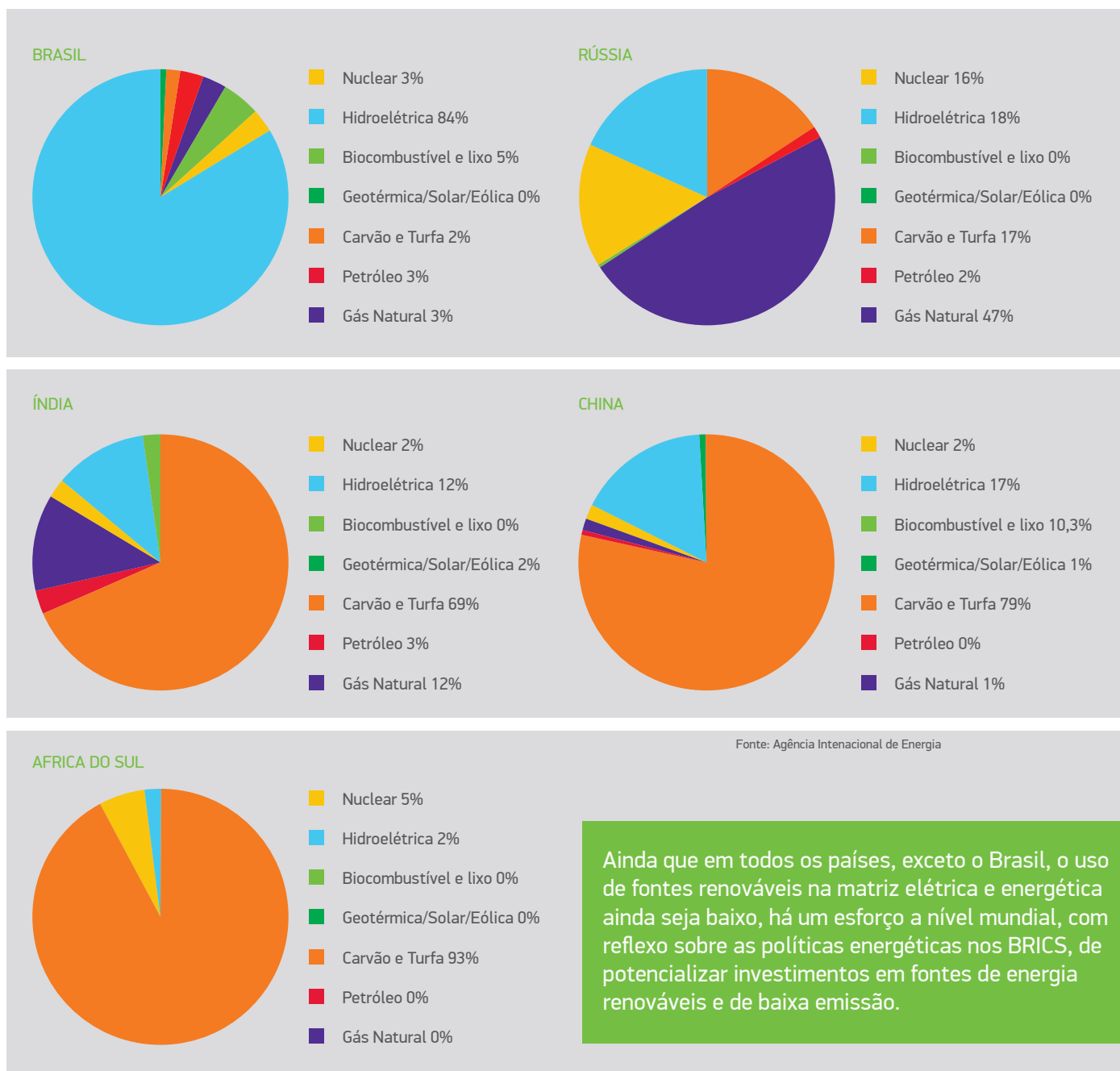
É significativo o aumento constante das emissões de CO₂ por petróleo e carvão na China. O comportamento das emissões deste país coincide e define a curva das emissões por combustíveis fósseis para os BRICS.

A grande dependência dos combustíveis fósseis nas matrizes energéticas de todos os países vis a vis o crescimento acelerado do PIB dos BRICS resulta em um crescimento constante da participação dos combustíveis fósseis no perfil das emissões por fonte de energia. Isto ocorre também no caso do Brasil, onde 55,2% da energia ofertada vem de fontes fósseis, ainda que o país conte com forte presença das hidrelétricas na produção de eletricidade.

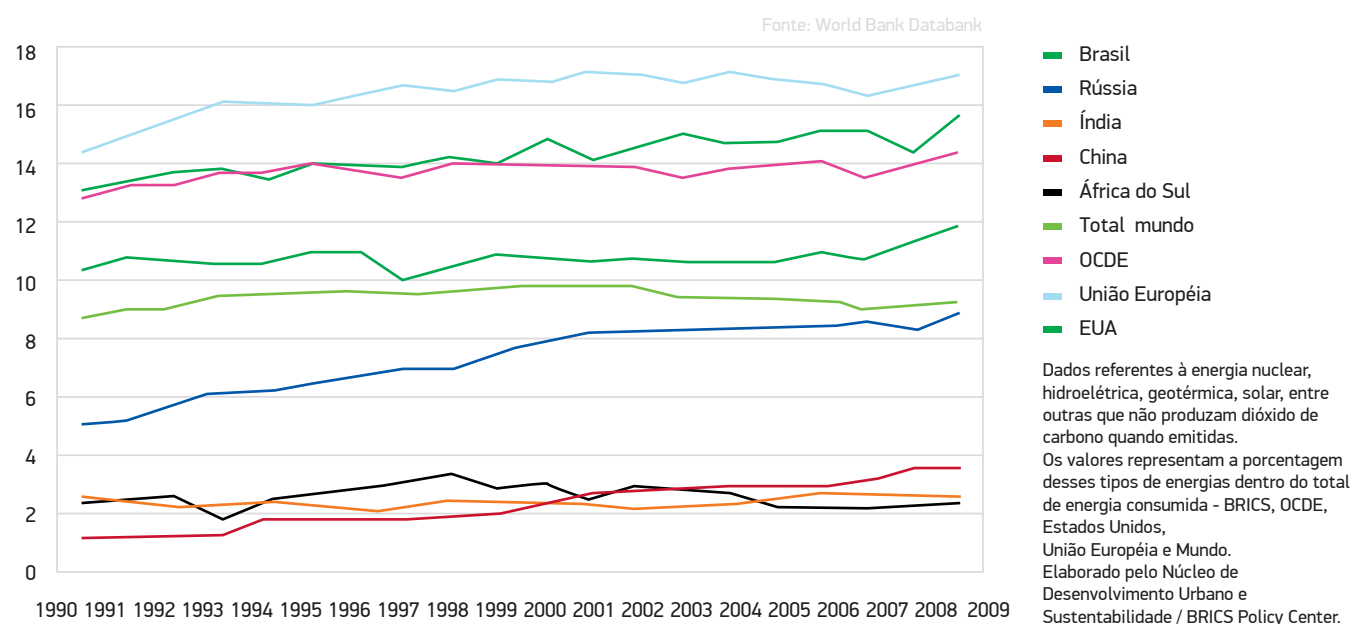
MATRIZ ELÉTRICA

Nos BRICS a maior parte das fontes de produção de energia elétrica provém de recursos não renováveis (petróleo e derivados, gás e derivados, carvão mineral e urânio). O Brasil é o único que tem uma matriz elétrica considerada predominantemente limpa, já que a fonte hídrica representa mais de 80% da produção de sua eletricidade.

Entretanto, muitos analistas têm questionado a sustentabilidade dessa fonte em função dos impactos socioambientais das grandes hidrelétricas – que representam a principal fonte de energia elétrica industrial – cuja implementação é acompanhada de deslocamentos compulsórios, perdas significativas de biodiversidade em função do alagamento de áreas extensas, alterações nos ciclos hidrológicos que resultam em mudanças nas formas de ocupação e uso do espaço e na reconversão de atividades tradicionais de grupos que dependem diretamente dos rios para sobreviver, além do repentino aumento populacional pela chegada massiva de trabalhadores nas localidades onde essas obras são construídas.



ENERGIA NUCLEAR E ALTERNATIVA (% DO CONSUMO TOTAL DE ENERGIA)



FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA

Nos últimos anos, os investimentos em fontes provenientes de recursos renováveis – como sol, água, vento e biomassa – e que geram energia com menores níveis de emissão de gases de efeito estufa (GEE) passaram a ganhar relevância nas escolhas que definem as políticas energéticas dos países.

Um esforço para introduzi-las nas matrizes, buscando sua diversificação representa avanços, sobretudo quando resulta na diversificação da matriz energética. Entretanto, é preciso considerar que as fontes renováveis de energia não representam, por si só, alternativas energéticas mais sustentáveis. No que se refere à produção de energia nuclear, inúmeros estudos questionam a sustentabilidade dessa fonte em função dos enormes riscos a saúde e ao ambiente que o material radiativo e os resíduos nucleares geram.

Em relação às fontes renováveis – hidrelétrica, eólica, biomassa, etc – algumas pesquisas têm demonstrado que qualquer fonte de energia tem que ser avaliada em relação aos seus impactos sociais e ambientais no contexto local. Uma pequena central hidrelétrica, instalada em uma área densamente povoada, pode afetar mais famílias que uma usina de médio ou grande porte em áreas com menor densidade populacional. Igualmente os distintos modos de vida e as lógicas socioculturais dos grupos sociais que serão afetados por um projeto de geração de energia resultarão em impactos diferenciados e mais ou menos irreversíveis a depender das consequências que podem ter para as práticas socioculturais e produtivas locais.

Além disso, em um cenário de aumento contínuo da demanda por energia, onde a necessidade constante de implementação de novos projetos pauta a política energética, as fontes alternativas, como a solar, eólica e a biomassa tendem a ocupar um papel apenas complementar na matriz.

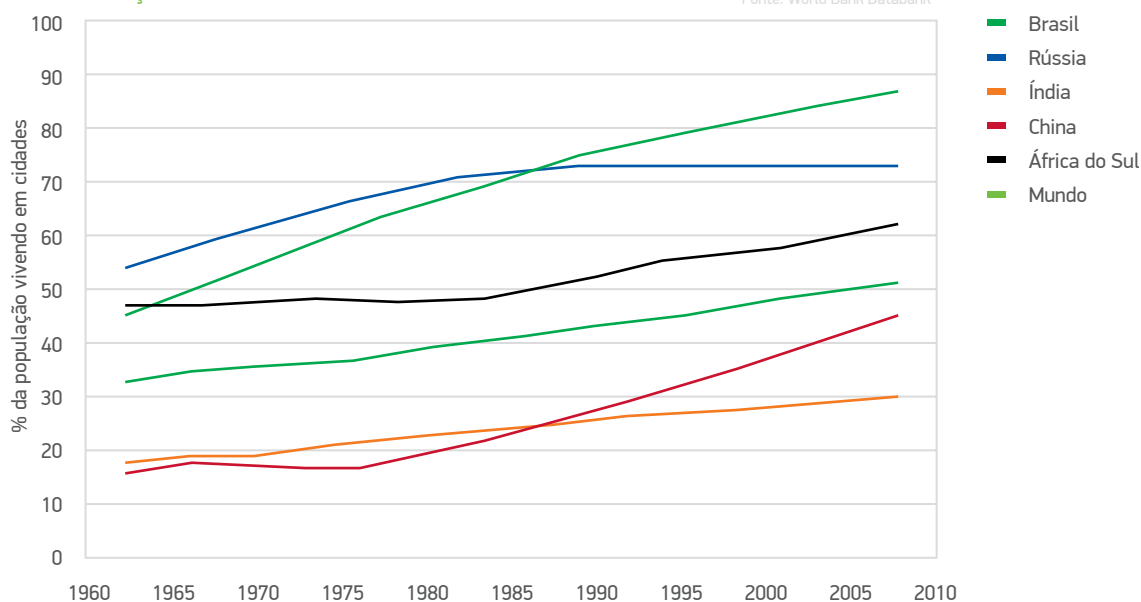
A isso se soma um discurso permanente de naturalização a respeito da progressiva demanda energética, tanto por parte do Estado quanto de vários setores da sociedade, que concorre para esvaziar o debate público sobre as razões e finalidades que justificam o crescimento permanente dessa demanda.

A isso se soma um discurso permanente de naturalização a respeito da progressiva demanda energética, tanto por parte do Estado quanto de vários setores da sociedade, que concorre para esvaziar o debate público sobre as razões e finalidades que justificam o crescimento permanente dessa demanda.⁸

URBANIZAÇÃO E ACESSO A CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE QUALIDADE

URBANIZAÇÃO 1960 - 2010

Fonte: World Bank Databank



⁸ É o caso, por exemplo, da PCH Fumaça, construída pela Alcan para atender a demanda energética de sua fábrica de alumínio primário em Minas Gerais. Para gerar apenas 10MW a hidrelétrica deslocou, em média, 92 famílias por quilômetro quadrado de área afetada. Conf. Klemmens Laschefski. *RIO + 20 em busca de uma economia sustentável. Energia: Para Que e Para Quem? 2011 (mimeo)*

O processo de urbanização nos BRICS tem crescido progressivamente e provavelmente tem sido responsável pelo crescimento da média mundial da taxa de urbanização. A tabela abaixo apresenta a projeção de geração de resíduos sólidos nos BRICS. Em todos os países (com exceção da África do Sul) a tendência é de aumento *per capita* na geração de lixo. Brasil, Índia e China mais que dobrarão a geração absoluta. Esses dados revelam o processo acelerado de urbanização desses países, uma vez que o modo de vida urbano é altamente gerador de resíduos. Esse crescimento acelerado coloca inúmeros desafios para os países em termos de sustentabilidade socioambiental, saúde e oferta de serviços aos cidadãos, como saneamento, transporte, assistência social em áreas densamente povoadas.

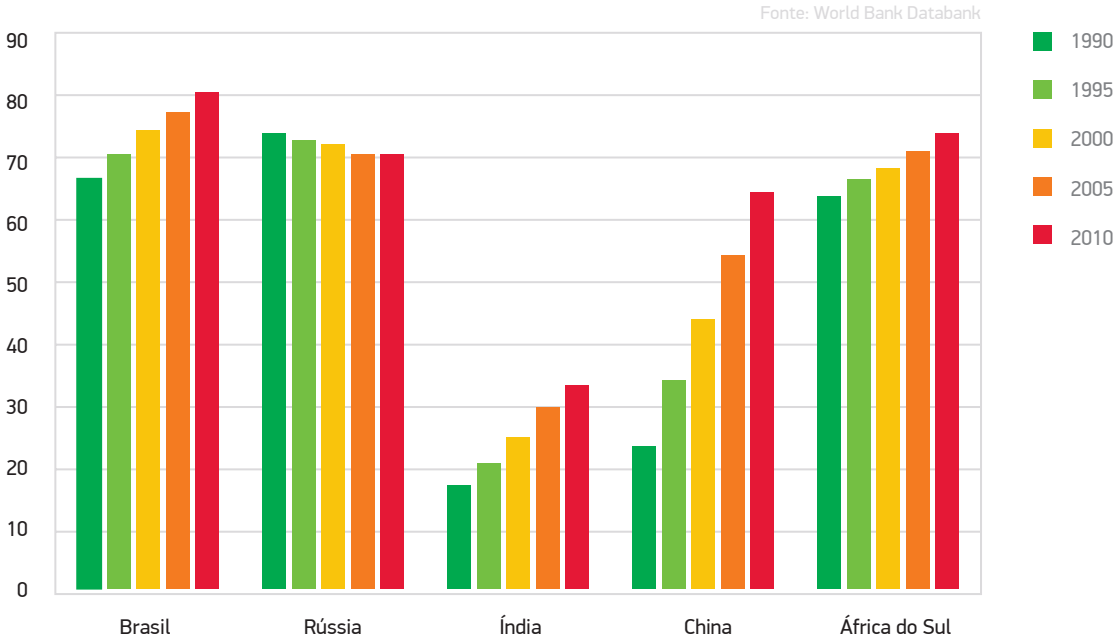
GERAÇÃO MUNICIPAL DE LIXO SÓLIDO

	2012			2025			
	População Urbana total	Geração municipal de lixo sólido <i>per capita</i> (Kg/capita/dia)	Total de lixo sólido municipal gerado (toneladas/dia)	População Total	População Urbana total	Geração municipal de lixo sólido <i>per capita</i> (Kg/capita/dia)	Total de lixo sólido municipal gerado (toneladas/dia)
Brasil	144.507.175	1,03	149.096	228.833.000	206.850.000	1,6	330.960
Rússia	107.386.402	0,93	100.027	128.193.000	96.061.000	1,25	120.076
Índia	321.623.271	0,34	109.589	1.447.499.000	538.055.000	0,7	376.639
China	511.722.970	1,02	520.448	1.445.782.000	822.209.000	1,7	1.397.755
África do Sul	26.720.493	2	53.425	52.300.000	36.073.000	2	72.146

HOORNWEG et. Al. What a Waste: a global review of solid waste management. Urban Development Series Knowledge Papers. The World Bank & Urban Development and Local Government. Washington n.15 Março 2012

Ainda há um enorme desafio quanto à universalização do acesso a instalações sanitárias de qualidade em quase todos os países do BRICS. Brasil, Rússia e África do Sul apresentam melhores índices de acesso. China e Índia estão aumentando o acesso, no entanto no caso da Índia os índices ainda são muito baixos. No caso brasileiro há, entretanto, disparidades regionais, reflexo das iniquidades regionais e de renda que marcam a desigualdade brasileira. De todo modo, é importante assinalar que no Brasil a melhoria no acesso coincide com o esforço de redução das desigualdades empreendido na última década.

BRICS: % DA POPULAÇÃO COM ACESSO A SANEAMENTO



CONFLITOS AMBIENTAIS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS ESTÃO PRESENTES EM TODOS OS MEMBROS DO BLOCO

A geopolítica mundial em torno dos recursos de energia, água, minérios e produtos agrícolas é acompanhada por impactos sociais, ambientais e territoriais. O avanço da fronteira de exploração de tais recursos é acompanhado da implementação de redes de infraestrutura, alterações nas formas de ocupação e uso do espaço e reconversão de atividades tradicionais.

BRASIL

A hidrelétrica de Belo Monte, projetada para ser a segunda maior do país (11.000 MW), em construção no rio Xingu, na Amazônia, é um exemplo emblemático disso. Seu custo, estimado em R\$ 24 bilhões, está sendo integralmente financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A chegada de milhares de migrantes em busca de oportunidades de trabalho, após a concessão da licença de instalação, já começou a gerar conflitos, violência e pressão sobre os serviços públicos e a habitação.⁹

O processo de licenciamento do empreendimento, segundo denúncias do Ministério Público Federal (MPF), apresentou inúmeras irregularidades. A licença de instalação da usina foi aprovada sem o cumprimento das condições prévias para preparar a região para os impactos. Foi o caso, por exemplo, das obras de saneamento nas regiões onde ficarão os canteiros da obra que deveriam estar prontas para a concessão da licença, mas que sequer haviam sido iniciadas.

A expansão de setores intensivos no uso de energia na Amazônia – como as atividades mineradoras – aliada ao ainda pouco explorado potencial hidrelétrico da região tem feito com que a construção de usinas de grande porte sejam priorizadas pelo governo e executadas a revelia dos critérios e normas de proteção social e ambiental estabelecidos pelo próprio Estado.

Isso tem fragilizado o planejamento territorial e esvaziado as possibilidades de participação social e de debate com os grupos diretamente afetados sobre os impactos socioambientais que atingirão populações que necessitam diretamente dos recursos naturais dos territórios que serão modificados radicalmente com as obras.

Quando as obras para construção das hidrelétricas de Santo Antonio e Jirau (6.400 MW), no rio Madeira, na região ocidental da Amazônia, iniciaram em 2007, foi registrado um aumento de 602% nos índices de desmatamento na região em comparação ao ano anterior, estimulado pelo anúncio do início das obras. Em 2011, as péssimas condições de trabalho no canteiro de obras dessas hidrelétricas fizeram eclodir uma manifestação massiva que resultou na destruição de alojamentos, ônibus, maquinário, para que fosse estabelecido um compromisso por parte das grandes empreiteiras responsáveis pelas obras em garantir melhores condições de trabalho e o cumprimento dos direitos trabalhistas previstos nas leis do país.¹⁰

A despeito disso, outras seis hidrelétricas estão previstas para serem construídas somente na bacia dos rios Tapajós e Jamanxim, que juntas deverão produzir em torno de 10.000 MW de energia. Para viabilizá-las o órgão ambiental reduziu unidades de conservação em uma das áreas mais preservadas e mais biodiversas da floresta Amazônica.¹¹

⁹ Ver *A violência que veio com a usina*. Revista Isto é. Edição 2197, 16/12/11. Disponível em http://www.istoe.com.br/reportagens/183241_A+VIOLENCIA+QUE+VEIO+COM+A+USINA

¹⁰ Ver <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/04/11/operarios-encerram-greve-na-usina-hidreletrica-de-jirau>

¹¹ *Por usinas, governo vai reduzir áreas de proteção na Amazônia*. Folha de SP, 07/06/2011 e *Menos preservação na Amazônia*. O Globo, 07/01/2012

RÚSSIA

Exploração de petróleo e gás e violações dos direitos de povos tradicionais.

O direito a terra é o principal problema enfrentado pelos povos indígenas do Norte da Rússia, que está relacionado ao uso de recursos naturais, como petróleo e gás, e se traduz na necessidade de proteção do território que garante o seu modo tradicional de vida. Existem 41 grupos indígenas no Norte da Rússia como os *Chukchis*, *Nenets*, *Sami*, *Kets*, *Selkups* e *Nanais*. Ao todo são cerca de 250 mil pessoas. A maioria preserva um estilo de vida tradicional e possui uma identidade étnica.¹²

Enormes reservas de petróleo e gás estão situadas sob a fauna tundra no Nordeste da região do Mar de Barents, conhecida como a Nenets Autônomo Okrug. Embora as empresas de petróleo estejam na região desde os anos 1960, a exploração de petróleo tem aumentado drasticamente nos últimos dez anos. Para o *Nenets* e *Izhma Komi*, os povos indígenas que vivem na região, a atividade de petróleo representa uma grave ameaça. O petróleo encontrado a vários quilômetros sob o permafrost mudou a face da vida na tundra. As áreas onde os nômades mantiveram seus rebanhos e praticaram um modo de vida de subsistência desde os tempos imemoriais foram tomadas por plataformas de perfuração, oleodutos, escavadeiras e enormes instalações de produção. A tundra e as pastagens estão sendo degradadas e poluídas em grande escala e os povos indígenas estão lutando para manter suas práticas de criação de renas tradicionais e salvar o seu patrimônio cultural.¹³

O ativismo por direitos humanos e justiça ambiental na Rússia tem sofrido ataques constantes das autoridades do país. Entre os vários casos estão incluídos a prisão de 30 ativistas do Greenpeace que protestavam contra a exploração de petróleo no Ártico e as pressões pelo fechamento da Associação Russa de Povos Indígenas do Norte (RAIPON). Em seu trabalho a RAIPON lida com os problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais enfrentados pelos povos indígenas do Norte da Rússia. Ao longo dos 20 anos de sua existência, a Associação tem trabalhado ativamente para proteger os direitos humanos e interesses jurídicos dos povos indígenas, bem como promover o direito à auto governança dos mesmos. Raipon representa 41 grupos de povos indígenas. Eles vivem em 60 por cento de todo o território da Federação da Rússia, desde *Murmansk* a *Kamchatka*.¹⁴

¹² Extraído de “RAIPON - Russian Association of Indigenous Peoples of the North” - <http://arcticstudies.pbworks.com/w/page/13623318/RAIPON>

¹³ Extraído de “Norwegian researchers arm indigenous people in their struggle for existence” - http://www.forskningssradet.no/en/Newsarticle/Norwegian_researchers_arm_indigenous_people_in_their_struggle_for_existence/1236685398660

¹⁴ Extraído de “Moscow orders closure of indigenous peoples organization” - <http://barentsobserver.com/en/arctic/moscow-orders-closure-indigenous-peoples-organization-12-11>

ÍNDIA

“Com 4.300 grandes barragens já construídas e muitas outras planejadas, a Índia é um dos países mais prolíficos em termos de construção de barragens do mundo. Estima-se que as grandes barragens na Índia foram responsáveis pela submersão de cerca de 37.500 quilômetros quadrados - uma área quase do tamanho da Suíça - e a remoção de dezenas de milhões de pessoas. Em decorrência destes impactos e da distribuição desigual dos riscos e riquezas que as grandes barragens causam, populações na Índia lutam há décadas contra as barragens. Através do *Narmada Bachao Andolan* (Movimento Salve o *Narmada*), moradores estão se opondo ao gigantesco Projeto de Desenvolvimento do Vale de *Narmada* que prevê centenas de grandes barragens e um extenso sistema de irrigação que juntos removerão milhões de pessoas.

A controvérsia sobre grandes barragens no rio *Narmada* passou a simbolizar a luta por uma sociedade justa e igualitária na Índia. O plano do governo é construir 30 grandes, 135 médias e 3.000 pequenas barragens para aproveitar as águas do *Narmada* e seus afluentes. Um grande número de comunidades pobres e carentes (principalmente as tribais e os *dalits*) estão sendo despojadas de seus meios de subsistência e até mesmo seus modos de vida para abrir caminho para as barragens construídas com base em alegações extremamente duvidosas de benefício comum e “interesse nacional”. Além do Projeto de Desenvolvimento do Vale de *Narmada*, o governo da Índia está comprometido com uma enorme aceleração no processo de construção de barragens nas regiões Norte e Nordeste do país e países vizinhos. A maioria das barragens planejadas está localizada em *Uttaranchal*, *Himachal Pradesh*, *Arunachal Pradesh*, *Manipur*, *Assam*, *Sikkim* e *Mizoram*, bem como no Nepal e Butão. O Banco Mundial e Banco Asiático de Desenvolvimento estão prontos para fornecer o apoio financeiro para algumas das barragens planejadas.”¹⁵

¹⁵ Extraído de “India” - <http://www.internationalrivers.org/campaigns/india> e “A Brief Introduction to the Narmada Issue” - <http://www.narmada.org/introduction.html>

CHINA

“A Barragem das Três Gargantas é o maior projeto hidrelétrico e a barragem mais conhecida do mundo. Este mega-projeto estabelece recordes em termos do número de remoções (mais de 1,2 milhões de pessoas), número de cidades e vilas inundadas (13 cidades, 140 vilas e 1.350 aldeias) e comprimento de reservatório (mais de 600 km). O projeto tem sido assolado pela corrupção, custos crescentes, impactos ambientais, violações de direitos humanos e dificuldades de reassentamento.

Os impactos ambientais do projeto já são profundos e a previsão é de uma piora na situação com o tempo. A submersão de centenas de fábricas, minas e aterros sanitários bem como a presença de grandes centros industriais à montante estão criando um pântano purulento de efluentes, sedimentos, poluentes industriais e lixo no reservatório. A erosão das margens do reservatório e dos rios à jusante está causando deslizamentos de terra e ameaçando um dos maiores pesqueiros do mundo no Mar da China Oriental. O peso da água do reservatório vem gerando preocupações entre muitos cientistas em torno da sismicidade induzida por reservatórios. Os críticos também argumentam que o projeto pode ter agravado as recentes secas retendo o abastecimento fundamental de água para os usuários à jusante e os ecossistemas e criando um microclima em decorrência do seu gigantesco reservatório. Em 2011, pela primeira vez, o mais alto órgão de governo chinês reconheceu oficialmente a existência de “problemas urgentes” em decorrência da Barragem das Três Gargantas.

Embora a Barragem das Três Gargantas seja um modelo de desastre, o mesmo está sendo replicado pelas empresas chinesas tanto nacional como internacionalmente. Enormes usinas hidrelétricas em cascatas estão sendo propostas e construídas na China em algumas das mais puras e biológica e culturalmente diversas bacias hidrográficas do país - o Rio *Lancang* (Alto Mekong), Rio *Nu* (*Salween*) e no Rio *Yangtze* e seus afluentes à montante da Barragem das Três Gargantas.”¹⁶

¹⁶ Extraído de “Three Gorges Dam” - <http://www.internationalrivers.org/campaigns/three-gorges-dam>

ÁFRICA DO SUL

Mineração, desigualdades e violações dos direitos dos trabalhadores – o Massacre de *Marikana*.

A greve dos mineiros de Marikana ocorreu em uma mina de propriedade da empresa *Lonmin* na África do Sul em 2012. O evento chamou a atenção internacional após uma série de incidentes violentos que resultou na morte de 47 pessoas, a maioria sendo mineiros em greve mortos em 16 de agosto. O número total de trabalhadores feridos durante a greve permanece desconhecido. Além dos grevistas de *Lonmin*, existem ocorrências de greves em todo o setor de mineração da África do Sul. O tiroteio de 16 de agosto que a imprensa apelidou de “o massacre de *Marikana*” foi o mais letal uso da força pelos agentes de segurança Sul-Africanos contra civis desde 1960 e do fim da era do apartheid.¹⁷

Sobre a indústria de mineração e as violações dos direitos dos trabalhadores, a COSATU afirma que “o setor de mineração emprega diretamente cerca de meio milhão de trabalhadores, com outros 400 mil empregados indiretamente por fornecedores de bens e serviços. A contribuição direta e indireta da indústria para o nosso Produto Interno Bruto é de cerca de 18%. A mineração também representa mais da metade das divisas da África do Sul. Estas estatísticas são aparentemente “neutras”. Mas a indústria tem o que o Sindicato Nacional dos Mineiros (NUM) descreveu como “uma face assassina”, refletida nas fatalidades em curso, doenças profissionais em rápido crescimento, degradação ambiental e condições de vida miseráveis sob as quais muitos trabalhadores das minas são submetidos. Entre 1900 e 1994, 69 mil mineiros morreram em decorrência de acidentes e mais de um milhão ficaram gravemente feridos. Enquanto a taxa de fatalidades e de feridos diminuiu, a situação ainda é totalmente inaceitável e portanto levou o NUM a convocar greves regulares em torno da questão da segurança. Nos dez anos entre 2001 e 2011, 2.301 trabalhadores perderam suas vidas e cerca de 43 mil ficaram gravemente feridos. Vínculos entre a indústria de mineração e 760 mil novos casos de infecção de tuberculose por ano foram encontrados devido aos efeitos da poeira contendo sílica, más condições de vida e a prevalência de HIV/AIDS. Um dado catastrófico já que a tuberculose é uma doença infecciosa e muitas vezes mortal. As consequências sociais na região Sul-Africana podem ser desastrosas. Além disso, a silicose (causada pela inalação de poeira subterrânea contendo sílica) por si só é uma doença fatal, tirando a vida de milhares de pessoas a cada ano. A desigualdade é extrema na indústria de mineração. Não é coincidência que os diretores executivos mais bem pagos na África do Sul em 2009 foram da *BHP Billiton* (média de R41 milhões), *Anglo American* (média de R20.5 milhões), *Lonmin* (média de R20 milhões) e *Anglo Gold Ashanti* (média de R17.5 milhões). Compare estes salários grotescos com o salário médio atual de R4000 por mês (ou R48 mil por ano) e a média mínima de R3600 por mês (R43,2 mil por ano) dos membros do NUM! Vale ressaltar que a indústria de mineração tem uma característica peculiar considerando que a redução da demanda pelo seu produto não necessariamente resulta na redução de lucros. O lucro depende do preço da mercadoria o qual pode ser manipulado através da manipulação artificial da oferta e da demanda. Assim, apesar da reduzida procura por platina na Europa Ocidental e nos EUA devido à recessão, por exemplo, as três empresas de platina *Lonmin*, *Implats* e *Anglo Platinum*¹⁸ registraram um lucro operacional de mais de R160 bilhões nos últimos cinco anos!”

¹⁷ Extraído de “Marikana miners’ strike” - http://en.wikipedia.org/wiki/Marikana_miners'_strike

¹⁸ Extraído de “COSATU 11th Congress Declaration on the Lonmin Marikana platinum mine tragedy, the mining industry, and general poverty wages”, 17 de setembro de 2012, <http://www.cosatu.org.za/show.php?ID=6530>

JUSTIÇA AMBIENTAL

A Justiça Ambiental estabelece que todos os grupos sociais, independente da sua origem, renda, classe social, sexo, cor ou etnia, devem participar da decisão sobre o acesso e uso dado aos recursos naturais, de forma a garantir proteção equânime em relação aos potenciais danos ambientais e a saúde que as atividades a serem implementadas em seus territórios possam causar.¹⁹

O conceito de Justiça Ambiental nasceu na década de 1980 quando o movimento negro norte americano entrou para o debate ambiental denunciando que os depósitos de lixo tóxico e de indústrias com efluentes poluentes concentravam-se nas áreas habitadas pela população negra. Ao denunciar que estava sendo vítima de racismo ambiental esse movimento deu visibilidade à articulação existente entre degradação ambiental e injustiça social e ao fato de que não é possível separar os problemas ambientais da forma como se distribui o poder sobre os recursos naturais. O movimento negro nos EUA explicitou a dinâmica política que determina a distribuição dos impactos ambientais, apontando o papel que o racismo cumpre nesse processo.

Uma das estratégias centrais do movimento foi a produção de conhecimento. Em alianças com setores acadêmicos, em 1987, o movimento realizou uma pesquisa que demonstrou que “a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta para explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área”. Dentre os fatores explicativos estavam incluídos a disponibilidade de terras baratas em comunidades de minorias ou em suas vizinhanças; a falta de oposição da população local por fraqueza organizativa e carência de recursos políticos das comunidades; a falta de mobilidade espacial destes grupos devido a discriminação residencial; a sub-representação nas agências governamentais responsáveis pelas decisões de localização dos rejeitos.”²⁰

A pesquisa evidenciou que as forças de mercado e práticas discriminatórias das agências governamentais atuavam de forma articulada para a produção das desigualdades ambientais. Se, de um lado, os mecanismos de mercado trabalham no sentido de produzirem desigualdades ambientais (por exemplo, os mais baixos custos para localização das atividades poluentes apontam para áreas onde moram as populações pobres), deve-se considerar que muitas vezes é a omissão das políticas públicas – ou sua ação discriminatória – que permite a ação perversa do mercado.

Ao contrário de certo “senso comum” ambiental muito difundido nos meios de comunicação hegemônicos, a ação desses movimentos demonstrou que “a poluição não é democrática, não atinge a todos de maneira uniforme e não submete todos os grupos sociais aos mesmos riscos e incertezas. A demanda dos movimentos por Justiça Ambiental aponta para a busca de: a) um tratamento justo - que nenhum grupo, seja ele definido por raça, etnia ou classe socioeconômica, irá arcar de maneira desproporcional com as consequências ambientais negativas de determinada obra ou projeto; e b) um envolvimento efetivo - em todas as etapas pelas quais necessariamente passa o projeto, desde a sua concepção no planejamento até o processo de tomada de decisão”.²¹

¹⁹ Cf Declaração de princípios da Rede Brasileira de Justiça Ambiental www.justicaambiental.org.br

²⁰ Cf. ETERN/IPPUR, FASE. Relatório Síntese. Projeto de Avaliação de Equidade Ambiental. FASE: Rio de Janeiro, 2011.

²¹ Cf. Henri Acselrad. Justiça Ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia. p.3 (mimeo)

A experiência dos movimentos sociais que desde então passaram a adotar esse conceito mostra que essa noção tem um sentido político. Ela contesta a representação dominante da questão ambiental ao questionar a distribuição de poder sobre os recursos naturais, possibilitando a emergência de novos sujeitos e estimulando debates sobre os fins que justificam os usos predominantemente dados aos recursos naturais pela sociedade.

Com esta noção a discussão sobre sustentabilidade não se subordina ao paradigma da eficiência e da modernização ecológica. A degradação ecológica, sob esse prisma, não é fruto somente da falta de eficiência na gestão dos recursos, mas antes é resultado de um modelo de produção/consumo e de crescimento econômico infinito em um mundo desigual e de recursos finitos. Nesse sistema a desigualdade social cumpre um papel central porque é funcional à reprodução do modelo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

DEMOCRACIA, SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

A atuação dos BRICS na arena global tem sido marcada por uma forte convergência de interesses comuns relacionados à reforma da governança econômico-financeira internacional, e desta convergência resulta que o bloco é um ator global de crescente relevância econômica e política. Para além desta agenda, no entanto, os membros do bloco guardam importantes diferenças entre eles, o que produz bloqueios à constituição de um projeto de maior fôlego estratégico. As diferenças de sistemas políticos, de inserção em seus respectivos contextos regionais, somam-se às diferenças aqui apresentadas acerca do lugar de cada país nas relações de comércio, do perfil de suas economias – e do imenso peso da economia chinesa em relação aos demais membros do bloco –, no padrão de suas matrizes energéticas, elétricas e de emissões de gases do efeito estufa.

Para além das diferenças, os BRICS têm importantes características em comum. A mais relevante é o perfil de fortes desigualdades que marca todos os membros do bloco, conforme demonstrado nos dados. Outra marca é a intensificação da exploração dos recursos naturais, alguns não renováveis, a exemplo do petróleo e dos minérios, em especial nos casos do Brasil, Rússia, África do Sul e China. As violações dos direitos das populações atingidas pela exploração intensiva dos recursos naturais também é um problema comum a todos os membros do bloco. Os casos aqui apresentados revelam que estas violações ocorrem de forma articulada com a ausência e/ou precariedade de mecanismos efetivos de participação, consulta e controle social que visem democratizar os processos decisórios sobre o uso dos recursos naturais.

A existência de tais mecanismos é um passo importante para promoção de justiça ambiental. Alguns países, como é o caso do Brasil, possuem mecanismos de consulta e participação cidadã em diversas agendas. Porém é preciso checar se mecanismos similares podem ser eficazes para o processamento de conflitos ambientais, de modo que Estado e sociedade reconheçam a existência de desigualdades distributivas no acesso aos recursos naturais e na proteção aos riscos ambientais e, assim, formularem diretrizes e políticas para corrigir essas desigualdades e garantir igual proteção ambiental a todos os grupos sociais.

A ampliação da participação cidadã e do debate público dentro de cada país membro sobre o papel dos BRICS no sistema internacional é crucial para que se possa debater o potencial, ou não, do bloco fazer avançar uma nova agenda de desenvolvimento com justiça social e ambiental. Este debate é fundamental não apenas para os países do bloco, mas também para outros países do Sul que são receptores da cooperação e investimentos provenientes de países do bloco, e que serão beneficiários – ou afetados – pelos investimentos em infraestrutura do futuro banco dos BRICS. Sem participação social e debate público a cooperação e investimentos destes países no continente africano estão ocorrendo sem que o bloco atue a favor de regulações que visem fortalecer os direitos sociais e trabalhistas, normas de proteção do meio ambiente e dos grupos sociais que serão atingidos pelos empreendimentos. Muitos analistas e movimentos sociais avaliam que são grandes os riscos de que, sem participação social, o futuro banco dos BRICS reproduza padrões de financiamento a projetos de infraestrutura marcados pela insustentabilidade ambiental, por violações de direitos trabalhistas e territoriais. É por isso que a realização da justiça ambiental tem na participação social o requisito mais fundamental para a sua efetivação, seja dentro dos países membros dos BRICS, seja nos países receptores dos investimentos do bloco.

